



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ALBERTO DOS SANTOS BARROS FILHO

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA JUNTO AO ADOLESCENTE EM
CONFLITO COM A LEI: A PASTORAL DO MENOR E O PROGRAMA
LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA**

FORTALEZA – CE

2012

ALBERTO DOS SANTOS BARROS FILHO

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA JUNTO AO ADOLESCENTE EM
CONFLITO COM A LEI: A PASTORAL DO MENOR E O PROGRAMA
LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Política e Conflitos Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu

FORTALEZA – CE

2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- B273a Barros Filho, Alberto dos Santos.
A atuação da igreja católica junto ao adolescente em conflito com a lei : a Pastoral do Menor e o Programa Liberdade Assistida Comunitária / Alberto dos Santos Barros Filho. – 2012.
153 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Sociologia.
Orientação: Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu.
- 1.Obras da Igreja junto aos delinquentes juvenis – Fortaleza(CE) – Igreja Católica. 2.Liberdade assistida – Fortaleza(CE). 3.Delinquentes juvenis – Política governamental – Fortaleza(CE).
4.Liberdade Assistida Comunitária. I. Título.

ALBERTO DOS SANTOS BARROS FILHO

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA JUNTO AO ADOLESCENTE EM
CONFLITO COM A LEI: A PASTORAL DO MENOR E O PROGRAMA
LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Ciências Sociais do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Domingos Sávio Abreu (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Geovani Jacó de Freitas
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Socorro, por ela ser a mulher que é. Por amar os filhos acima de qualquer coisa. Por me incentivar em tudo e não medir esforços para que eu pudesse dedicar-me aos estudos. Por sua força de lutar sempre, encarando a vida de cabeça erguida frente às adversidades. Por sua alegria e bom humor constantes, suas marcas registradas. Por aceitar e compreender meus inúmeros defeitos. E, finalmente, pelo AMOR incondicional.

Às minhas queridas irmãs, Kelcy, Karla e Karina, por cuidarem de mim desde o meu nascimento até hoje. Pelo apoio, carinho e amor irrestritos.

Ao meu pai, por incentivar o gosto pelo estudo desde criança e me ensinar a lutar por um mundo mais justo. Por seu amor e apoio sempre.

À Cláudia Veras, meu amor, por me fazer muito mais feliz. Por ser minha companheira, compartilhando alegrias e dificuldades de nossas vidas. Sem ela esse trabalho não teria sido feito, uma vez que entre ideias, leituras ou escritas sempre tive nela um olhar terno e incentivador e um abraço confortável, além de beijos apaixonados. Pela paciência e pelo amor crescente construído diariamente.

A toda equipe da Pastoral do Menor da Arquidiocese de Fortaleza e, especialmente, do Programa Liberdade Assistida Comunitária, pelo tempo dispensado a mim, pela solicitude, atenção e entrevistas concedidas.

Ao professor Domingos Abreu, por orientar a pesquisa e escrita desta dissertação. Pela sua compreensão e apoio nos momentos difíceis dessa caminhada, pelo incentivo e por sua disposição em contribuir para o meu crescimento acadêmico e humano. Obrigado pela amizade!

À professora Alba Carvalho pelas contribuições desde a seleção para o ingresso no curso de Mestrado em Sociologia da UFC, passando pela disciplina de Métodos de Investigação Social e pelo Exame de Qualificação até culminar com o aceite ao convite de compor a Banca Examinadora. Obrigado pela leitura, sugestões e críticas.

Ao professor Geovani Jacó de Freitas pela solicitude em aceitar o convite para participar da Banca Examinadora e pelas contribuições ao trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, em especial, à Rejane Vasconcelos, Andrea Borges Leão, Isabelle Bráz, Jadah Abu El Haj, por terem contribuído nessa etapa da minha formação acadêmica.

Aos meus amigos Marcos Silva, Joannes Forte, Raul Gondim, Manoel Neto, Thiago Mont'alverne, Márcio Pessoa, Edson Marques, Thiago Vasconcelos, Vinícius

Limaverde, Emídio, Yandra Lôbo, Karinne Marques e Mário Castro pelo companheirismo sempre.

Aos colegas de mestrado, em especial, da turma de 2010 pela convivência e aprendizados partilhados.

A todos que, imperdoavelmente, não foram mencionados, mas que eu agradeço por terem contribuído direta ou indiretamente para que eu conseguisse ultrapassar essa etapa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pela concessão de bolsa de estudo.

“O adolescente infrator que assalta e rouba tem que ser reprovado pela sociedade por causa de sua ganância e de apropriação ilícita dos bens pela violência. A sociedade apregoa como valor prioritário a acumulação ilimitada de bens e consumismo. Com que força de persuasão um adolescente infrator pode ser convencido de seu erro quando pretende enriquecer rapidamente pelo roubo e pela violência? A sociedade precisa ela mesma se regenerar para poder repreender o adolescente e julgá-lo. O adolescente infrator não entende que a sociedade o penalize por causa de apropriação indevida de bens aos quais deveria ter tido acesso e dos quais foi privado por injustiça da mesma sociedade. Assim, ao penalizar os adolescentes infratores, a sociedade deve examinar a si mesma e reconhecer suas graves omissões e a parte que lhe cabe nas infrações cada vez mais numerosas de adolescentes e crianças. Foi-lhes negado o alimento, a educação mais elementar, o aconchego de um lar. Não tiveram um acesso aos benefícios necessários para o próprio desenvolvimento e agora são considerados culpados diante da lei por atos decorrentes do fato de não lhes terem sido concedidas as condições mínimas de sobrevivência condigna”.

(Dom Luciano Mendes de Almeida – Fundador da Pastoral Menor)

RESUMO

A presente pesquisa trata da execução da medida socioeducativa liberdade assistida, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal medida é uma das sanções direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei. O campo empírico analisado foi o Programa Liberdade Assistida Comunitária (LAC), pertencente à Pastoral do Menor (PAMEM) – organismo vinculado à Igreja Católica – no município de Fortaleza, no estado do Ceará – Brasil. O objetivo foi perceber e analisar quais as formas e os significados desse tipo de ação em um determinado setor da Igreja Católica; quais as práticas e percepções movidas pelos agentes que compõem a PAMEN, em especial, os profissionais da equipe do LAC; como isso influencia na atuação e no tipo de política ofertada aos adolescentes e jovens a quem o Programa se propõe atender; e quais as relações e percepções referentes ao poder público. Esta pesquisa possui, portanto, interface entre os chamados *campos* das Políticas Públicas para Infância, Adolescência e Juventude e o das Políticas Sociais da Igreja Católica. Ambos possuem regras e funcionamentos próprios e são formados por diversas disputas político-ideológicas, nas quais existem conflitos, tensões e negociações sobre os tipos de discursos e ações a serem adotados. Nesse contexto, ressalta-se que as *lutas simbólicas* (BOURDIEU, 2003, 2005, 2008) em relação ao tratamento dado ou que deveria ser proporcionado aos referidos adolescentes possuem hierarquias e conexões entre os diversos agentes e instituições envolvidos em suas *trajetórias*.

Palavras-chave: Liberdade Assistida Comunitária. Pastoral do Menor. Adolescentes em conflito com a lei. Ressocialização.

ABSTRACT

This research deals with the execution of the socio-educational procedure for assisted conditional release of minors according to the Child and Adolescent By-laws. This measure is one of the sanctions applied to adolescents who have broken the law. The empirical field under analysis was the Assisted Conditional Release Community Program (LAC) developed by the Catholic Church's organization Pastoral do Menor (PANEM) in the city of Fortaleza, State of Ceara, Brazil. The aim was to identify and evaluate configurations and meanings of that kind of action within a certain area of the Catholic Church; what were the practices and perceptions undertaken by the PANEM's agents, mainly by professionals from LAC; how this has an effect on the action and the kind of politics offered to targeted adolescents and other young people by the Program; and what is the role of the government in face of those relations and perceptions. This research has, therefore, an interface with the so-called areas covered by Public Policies for Infancy, Adolescence and Youth as well as Social Policies from the Catholic Church. Both institutions, government and Catholic Church, have their own rules and procedures and are influenced by several political and ideological disputes from which arise conflicts, tensions and negotiations related to the kind of discourse and actions to be adopted. Within this configuration one is to center attention upon the symbolic struggles (Bourdieu, 2003, 2005, 2008) that present hierarchies and connections involving the several agents and institutions in relation to the treatment given or that should be given to these adolescents in their trajectories.

Key-words: Community-Assisted Parole, Catholic Church Minor Program, Adolescents in Conflict with the Law, Re-socialization

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Divisão por sexo	150
Tabela 2 – Divisão por local de atendimento e sexo	150
Tabela 3 – Divisão por idade e sexo	150
Tabela 4 – Com quem reside	150
Tabela 5 – Quanto à escola	151
Tabela 6 – Quanto à escolaridade	151
Tabela 7 – Quanto ao trabalho	151
Tabela 8 – Renda Familiar	151
Tabela 9 – Benefícios Sociais	151
Tabela 10 – Uso de drogas	152
Tabela 11 – Tipificação do Ato Infracional	152
Tabela 12 – Quanto ao cumprimento da medida	152
Tabela 13 – Uso de drogas (LAM).....	153
Tabela 14 – Tipo de drogas utilizadas (LAM).....	153

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Objeto da pesquisa.....	10
1.2	Justificativa.....	12
1.3	Procedimentos Metodológicos.....	15
2	A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NAS “QUESTÕES SOCIAIS”.....	19
2.1	O lugar da criança e do adolescente no Brasil: representações e práticas sociais	20
2.2	A Igreja Católica e as “questões sociais”.....	37
2.3	Cristianismo e libertação: a Igreja Católica e as “questões sociais” no Brasil	42
2.4	Pastorais Sociais, Renovação Carismática e Hierarquia Eclesiástica: (di)visões da Igreja Católica no Ceará	48
3	ATUAÇÃO DA “IGREJA DOS HOMENS” NO CAMPO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.....	55
3.1	A Pastoral do Menor e a Liberdade Assistida comunitária.....	55
3.2	A Pastoral do Menor no Ceará: “missão” e “atuação política”.....	62
3.3	O Programa Liberdade Assistida Comunitária em Fortaleza.....	68
3.3.1	“Profissionais” e “Agentes de Pastoral”: “conversão” para atuação no LAC.....	72
3.3.2	<i>Crítica ao poder público e “distinção” em relação à Liberdade Assistida municipalizada</i>	<i>76</i>
4	PÚBLICO, ATIVIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA	87
4.1	Condições sociais do adolescente autor de ato infracional: o público do LAC	87
4.2	O percurso dos adolescentes no LAC: socialização e controle social	107
4.3	Do delito à liberdade assistida: representações sociais sobre a (re)socialização dos adolescentes em conflito com a lei através do LAC	113
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
	REFERÊNCIAS	138
	APÊNDICES.....	147
	ANEXOS.....	149

1 INTRODUÇÃO¹

1.1 Objeto de Pesquisa

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 13 de Julho de 1990, por meio da lei 8.069/1990, constitui-se como marco legal que dispõe sobre os direitos e deveres de crianças e adolescentes². Para atos delituosos cometidos por adolescentes, o artigo 103 do ECA explicita que é “ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. (BRASIL, 2007, p. 37). O ECA prevê, ainda, no artigo 112, quando verificado o denominado *ato infracional*, as seguintes *medidas socioeducativas*: “I) advertência; II) obrigação de reparar o dano; III) prestação de serviço à comunidade; IV) **liberdade assistida**; V) inserção em regime de semiliberdade e VI) internação em estabelecimento educacional”. (BRASIL, 2007, p. 39, grifo nosso.).

A proposta de pesquisa, aqui, apresentada visa compreender as práticas sociais utilizadas na *ressocialização* de adolescentes em conflito com a lei, em regime de Liberdade Assistida (LA), pela Pastoral do Menor (PAMEN) através do Programa Liberdade Assistida Comunitária (LAC), na cidade de Fortaleza – CE.

O objetivo, portanto, é perceber e analisar quais as formas e os significados desse tipo ação em determinado setor da Igreja Católica no Brasil; quais as práticas e percepções movidas pelos *agentes* que compõem a PAMEN, em especial, os profissionais da equipe do LAC; e como isso influencia na atuação e no tipo de política ofertada aos adolescentes e jovens a quem o programa se propõe atender.

Pode-se sintetizar esse objeto de investigação por meio da seguinte pergunta: quais práticas sociais (ações, falas, relações e representações) são estabelecidas para a escolha e execução dessas políticas públicas, especialmente, para a aplicação da medida socioeducativa Liberdade Assistida?

¹ Este trabalho segue as orientações do “Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC”, no qual estabelece a normalização das teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso produzidos na UFC”. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, 2012, p. 02).

² Segundo o artigo 02 do ECA “Considera-se criança para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. (BRASIL, 2007, p. 07).

Esta pesquisa possui, portanto, interface entre o chamado *campo* das Políticas Públicas³ para infância, adolescência e juventude e o *campo* das denominadas Políticas Sociais da Igreja Católica.

Nesse contexto, ressalta-se que as *lutas simbólicas* (BOURDIEU, 2005, 2008, 2003) em relação ao tratamento dado (ou que deveria ser proporcionado) aos adolescentes em conflito com a lei possuem hierarquias e conexões entre os diversos agentes e instituições envolvidos na trajetória desses adolescentes.

A Pastoral do Menor e o Programa LAC fazem parte, portanto, do *campo* composto pela rede sócio-assistencial direcionada para crianças e adolescentes, bem como participam do *campo* religioso, mais especificamente, da Igreja Católica. Ambos possuem regras e funcionamento próprios e são formados por diversas disputas político-ideológicas, nas quais existem conflitos, tensões e negociações sobre os tipos de discursos e ações a serem adotados.

É no interior dos *campos* que se constrói o *habitus* adotado pelos seus agentes como esquemas de apreensão, percepção e produção de práticas que sempre revelam “a posição social em que foram construídos”. (BOURDIEU, 1990, p. 158). O conceito de *habitus* designa o conhecimento adquirido pelos indivíduos nos diversos processos de socialização que perpassam sua existência, de acordo com Bourdieu:

Produto da incorporação de uma estrutura social sob a forma de uma disposição quase natural, muitas vezes dotada de todas as aparências do inato, o *habitus* é a *vis insita*, a energia potencial, a força adormecida, donde a violência simbólica, e em particular a que se exerce através dos performativos, extrai a sua misteriosa eficácia. (BOURDIEU, 1998, p. 149-150).

O *campo*, por sua vez, é um espaço de relações sociais objetivas, ou seja, além de possuir códigos de condutas que lhe são próprios, é também um espaço permeado por disputas de consolidação da visão de mundo. Portanto, “é o lugar de relações de força e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las”. (BOURDIEU, 1990, p. 158). Essa noção possibilita compreender as particularidades do universo investigado, como também relacioná-lo a outros meios como, por exemplo, os lugares sociais de onde são oriundos os agentes em questão.

³ Relaciona-se, nesse caso, tanto com as Organizações Governamentais como com as Organizações Não Governamentais, pois, por exemplo, a Pastoral do Menor é uma instituição da Sociedade Civil que possui projetos financiados pelo Poder Público.

Desse modo, a partir dos aspectos teóricos e da investigação empírica – que envolve observação, entrevistas, análise de dados estatísticos e de documentos oficiais – é que se pretende explorar as práticas sociais efetivadas na execução da LA pela Pastoral do Menor.

Tais práticas possuem como aporte jurídico os artigos 118 e 119 do ECA (BRASIL, 2007, p. 41), além de outras diretrizes para a execução das medidas socioeducativas. O programa conta com um leque de ações que são constituídas por atendimentos individuais e coletivos aos adolescentes e às suas famílias nas áreas de psicologia, serviço social e pedagogia; encaminhamento e acompanhamento escolar; atividades educacionais e prática de esporte; condução à cursos profissionalizantes, estágios e ao tratamento de dependência química.

1.2 Justificativa

A ideia de pesquisar as medidas socioeducativas, mais especificamente a LA, surgiu durante o período de graduação no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), no decorrer da disciplina *Sociologia do Conflito*. Foi-nos, na ocasião, solicitado pelos professores que ministravam a disciplina a realização de um trabalho que articulasse os temas estudados em sala de aula com segmentos de juventude. O grupo do qual fiz parte pensou em pesquisar adolescentes em conflito com a lei e em cumprimento de LA. Esse trabalho gerou um questionamento que me estimulou a pesquisar tal temática: qual e como é a política pública ofertada a esses adolescentes?

Além disso, atuava no Setor de Pesquisa da Fundação da Criança e Família Cidadã (FUNCI), tal Fundação era responsável pela Coordenação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE) no âmbito do poder público municipal de Fortaleza. A experiência profissional aguçou o interesse pelo campo de estudos relacionado às crianças e aos adolescentes e às políticas públicas voltadas para os mesmos⁴.

Desta forma, articulando as experiências acadêmicas e profissionais, comecei a participar do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e a preparar um projeto de pesquisa que culminou com a produção do trabalho Monográfico intitulado “Representações sociais

⁴ Nesse período, destaco a participação na pesquisa sobre exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Vide, BARROS FILHO, Alberto dos Santos. Violência: o cotidiano de crianças e adolescentes explorados sexualmente. In: DIÓGENES, Glória (org.). **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. São Paulo: Annablume. 2008.

sobre o processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei⁵, defendido em 2008, no qual me detive na análise de como os profissionais de um dos *núcleos especializados*⁶ compreendem as práticas do Projeto Liberdade Assistida Municipalizada (LAM).

O projeto de pesquisa da dissertação possuía, inicialmente, o objetivo de dar continuidade à pesquisa monográfica, tendo como campo empírico o Projeto LAM que está hoje submetido à Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI, órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos (SDH)⁷ da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF).

Entretanto, alguns fatores influenciaram para a mudança do campo empírico. Ao iniciar a pesquisa procurei, então, a Coordenação das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, na qual está alocado o Programa LAM, ali o coordenador informou que qualquer pesquisa na instituição deveria ser autorizada pelo secretário da SDH e pelo coordenador da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI. Busquei o contato com a direção da FUNCI através do coordenador Renato Teixeira, o qual já conhecia por ter trabalhado nesse mesmo órgão público, me afirmou que a realização da pesquisa não teria problema, mas que precisaria da autorização do Secretário Demitri Cruz que estava viajando.

Outro fator que motivou a escolha foi a abrangência da LAM (uma Equipe de Coordenação, 5 *núcleos especializados* cada um com equipes diferentes, bem como a grande quantidade de adolescentes), além de certa complicação de abertura para realização da pesquisa, decidi mudar o campo empírico seguindo a sugestão do referido coordenador da FUNCI, que na mesma conversa indicou que fizesse contato com a Pastoral do Menor, onde existe o Programa Liberdade Assistida Comunitária (LAC).

A partir daí, entrei em contato por telefone com a Coordenadora do LAC, Juliana Oliveira, e expliquei a minha intenção de conhecer e realizar uma pesquisa no Programa. A

⁵ Orientada pelo Prof. Domingos Abreu e desenvolvida de forma articulada com a pesquisa do mesmo sobre as instituições sociais responsáveis pelas políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de risco e em conflito com a lei. Vide, ABREU, D. S.; XAVIER, N. P.; OLIVEIRA, J. A. **Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas das capitais brasileiras.** Fortaleza: Inesp, 2009. 66 p. ABREU, D.S.; XAVIER, N.P.; SILVA, R.S. **Perfil dos profissionais do social de Fortaleza: condições e aspirações no seu trabalho.** Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 22 - 1º Semestre/2010. (pág. 341-364). ABREU, D. S.; SILVA, R.S. **Sob a proteção do estado: controle e contenção social.** O Público e o Privado (UECE), v. 15, p. 173-188, 2010.

⁶ Os *núcleos especializados* são as unidades nas quais os adolescentes realizam as atividades do Projeto.

⁷ A Secretaria de Direitos Humanos foi instituída em 2009 através da Lei Complementar 0061/2009. A Fundação da Criança e Família Cidadã (FUNCI), responsável pela política de infância e adolescência em Fortaleza, inclusive pela LA, passou a ser uma entre as cinco Coordenadorias da referida Secretaria, passando a chamar-se Coordenadoria da Criança e do Adolescente / FUNCI.

mesma foi receptiva e disse que não haveria problema e que eu fosse na semana seguinte para explicar melhor o objetivo da pesquisa e me apresentar a equipe.

Depois da primeira visita e de conhecer o Projeto resolvi optar, de fato, pelo LAC, pois a equipe de Coordenação é a mesma de execução, além disso, o menor número de profissionais e de jovens acompanhados pelo Programa em relação à LAM traria melhores condições para a realização da pesquisa, além do fato de ser vinculado à Igreja Católica apresentar mais um novo elemento em relação à pesquisa monográfica.

Outro aspecto para realização da pesquisa refere-se à relevância do tema, pois muito se ouve falar sobre quais políticas públicas devem ser aplicadas aos adolescentes em conflito com a lei⁸. Penso como Oliveira (2001, p. 25) quando afirma que existe uma polifonia de saberes sobre esse tema. De acordo com a autora:

[...] tal multiplicidade de olhares ainda não garante a necessária articulação entre as diversas teorias criminológicas, sendo comum a avaliação compartimentada desta intrincada trama de nexos (jurídicos, psicológicos, culturais, econômicos, biológicos, etc.), que se faz presente na produção do delito. (OLIVEIRA, 2001, p. 29).

Os indicadores oficiais também chamam atenção para a matéria. De acordo com os dados referentes ao ano de 2010, estima-se que existam **58.764** adolescentes em conflito com a lei cumprindo medidas socioeducativas no Brasil. Desses **18.107** estão em Meio Fechado – Internação, Semiliberdade – e **40.657** estão em Meio Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Ao relacionar o número total de adolescentes no Brasil e a quantidade que está em privação e restrição de liberdade, a média é de 8,8 internados para cada 10.000, no Ceará a média sobe para 10,3 aparecendo com a segunda maior média do Nordeste, atrás de Pernambuco (14,8) e a sexta maior do país. (BRASIL, 2011, p. 26)⁹.

⁸ Por exemplo, “os meios de comunicação de massa disseminam os vários tipos de atos infracionais cometidos e magnificam a intensidade dos crimes mais violentos. Há, na população, profundo impacto causado pelos atos infracionais graves cometidos por adolescentes, que têm provocado na sociedade uma crescente reação de antagonismo para com os jovens infratores”. (ASSIS e OLIVEIRA, 1999, p. 843).

⁹ “Vale ainda ressaltar que tais dados podem estar subdimensionados, pois não foi possível agregar os programas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade financiados apenas pelos estados ou municípios sem a participação do MDS [Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome]. Cabe destacar que como o SUAS [Sistema Único de Assistência Social] é um sistema relativamente novo e o apoio do cofinanciamento federal do MDS de LA e PSC pelo CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social] passou a ser operacionalizado a partir de 2008, em algumas localidades no país o desenho do acompanhamento do cumprimento da LA e PSC pode estar alocado, ainda, em outras políticas, o que aponta para um potencial de atendimento no país a estas medidas superior ao identificado no âmbito do SUAS. Houve uma expansão no financiamento do MDS em dezembro de 2010, passando para a oferta de 73.200 (setenta e três mil e duzentas) vagas em 906 municípios. No entanto, para confirmar tal atendimento será necessário aguardar o CENSO-SUAS 2011 e observar se as vagas ampliadas e disponibilizadas serão todas efetivadas”. (BRASIL, 2011, p. 27).

Esse dado por si só justificaria a necessidade de estudos que problematizem as políticas públicas voltadas para esse segmento, tendo em vista a preocupação que daí segue: o que está sendo feito em relação aos *adolescentes infratores*?

As diretrizes para a execução das medidas socioeducativas, através do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo¹⁰ (SINASE) mostram a pertinência de trabalhos que visem analisar em que grau as orientações no plano nacional interferem nas políticas locais, uma vez que o SINASE direciona os padrões técnicos e arquitetônicos, as responsabilidades das três esferas governamentais e da sociedade civil na aplicação das medidas socioeducativas, além de indicar a municipalização¹¹ das medidas em meio aberto (SINASE, 2006).

Em relação à execução da LA em Fortaleza, a novidade foi a concretização desse indicativo, ou seja, a municipalização total dessa medida, iniciada em 2005 e atingida plenamente em 2008. Assim a esfera do judiciário¹² deixou de atender diretamente os adolescentes, ficando a responsabilidade para a Prefeitura Municipal de Fortaleza, bem como para entidades não governamentais credenciadas pelas instituições competentes, como a Pastoral do Menor (que no caso da cidade de Fortaleza é a única). Portanto, compreender quais impactos essa alteração acarreta para aplicação da LA é outro aspecto relevante.

1.3 Procedimentos Metodológicos

A execução da pesquisa científica não deve cair no maniqueísmo nem na artificialidade e, como Wright Mills (1982, p. 240) sugere, “evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica.” Ao enquadrar a pesquisa no campo do *artesanato* o autor demonstra a responsabilidade e as minúcias que deve conter uma produção

¹⁰ O SINASE foi apresentado em junho de 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

¹¹ Esse processo relaciona-se à descentralização das políticas públicas a partir da Constituição 1988. Como aponta Maciel (s/d, p. 09): “importante destaque na Constituição Federal foi o reconhecimento formal do município como ente da federação (Municipalização).”

¹² A partir de 2002 a PMF através da FUNCI passou a desenvolver ações voltadas aos adolescentes em conflito com a lei. Nesse ano, foi firmada uma parceria com o Juizado da Infância e da Juventude. Após tal acordo, foi assumida, pela Fundação, a responsabilidade de acompanhar sistematicamente adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa liberdade assistida. Até 2005, estimava-se que o município era responsável pelo atendimento de cerca 255 adolescentes em cumprimento nesta medida – cerca de 17% do total de 1500, aproximadamente, – enquanto o Juizado atendia a demanda de cerca de 1.140, correspondente a 76%, ficando submetida à responsabilidade do LAC o restante da demanda, por volta de 100 adolescentes. O processo de municipalização de toda a demanda da execução da Liberdade Assistida teve início em 2005, com a criação da MSE e da LAM, sendo integralmente efetivada em 2008. (BARROS FILHO, 2008, p. 34-38; SOUSA, 2010, p. 21).

que se pretende sociológica (científica), distante das paranoias com a rigidez metodológica, sem deixar de buscar o rigor. O método da observação tem que se tornar hábito constante, uma vez que vida e trabalho se mesclam, ou seja, o pesquisador deve “aprender a usar a experiência de sua vida no seu trabalho.” (MILLS, 1982, p. 212).

Ainda de acordo com o autor, deve-se procurar o desenvolvimento da *imaginação sociológica*, estimulada por atividades lúcidas e despidas de pretensões, pela busca de novas classificações, valorizando pequenos fatos e suas relações (sem limitar-se a isso), procurando se distanciar de fanatismos, construindo questionamentos livres de preconceitos e autônomos, atentando sempre para a *variedade humana*. Em suas palavras “a imaginação é levada, com frequência, a reunir itens até então isolados, descobrindo ligações insuspeitadas”. (MILLS, 1982, p. 217).

Assumindo esse pressuposto, para a realização da pesquisa foi utilizado como recurso metodológico os seguintes procedimentos e técnicas:

- *Pesquisa documental* – consistiu na análise de fontes *primárias* e *secundárias* (MANN, 1979, p. 63), com a finalidade de apreender o discurso oficial do Programa LAC e da instituição à qual ele está inserido. São analisados projetos, planos de trabalho, propostas pedagógicas, material de divulgação: folhetos, *folders*, cartilhas, vídeos, pesquisas acadêmicas etc.;
- *Análise de Dados Quantitativos* – baseado na consolidação e análise de dados que se referem ao (à): a) Número de indivíduos cumprindo a medida no LAC; Origem Social (bairro); Sexo; Idade; Pessoas com quem reside; Escola/Escolaridade; Trabalho; Renda Familiar; Tipos de “Benefícios Sociais”; Uso de Drogas; e Tipificação dos atos infracionais;
- *Observações* das atividades – possuiu o objetivo de interagir com os agentes em questão, no intuito de captar a dinâmica cotidiana do Programa, ou seja, as práticas sociais utilizadas. Tendo como orientação “o bom e velho diário de campo” (MAGNANI, 1997) para a criação de um *arquivo de anotações* (MILLS, 1982) com a finalidade de auxiliar todo o percurso da produção;
- *Diálogo Informal* – serviu como forma de compreender melhor o dia a dia do Programa, as relações estabelecidas, as atividades realizadas e o seu funcionamento, a partir dos significados que os agentes dão as suas ações e dos outros. Importante, também, para estabelecer um contraponto entre o discurso oficial (oral e escrito) e as ações praticadas e os seus sentidos e significados;

- *Entrevistas Semiestruturadas* – foram realizadas nove entrevistas gravadas com sete interlocutores, sendo três vinculados à Coordenação da PAMEN e quatro integrantes do LAC, tiveram por finalidade apreender quais os discursos esses agentes expressam ou silenciam.

Destarte, que essa gama de procedimentos ancora-se no método de análise proposto por Bourdieu (2005), no qual o pesquisador deve lançar mão de diversas frentes paralelas. Desse modo, para nossos objetivos, foram adotados alguns princípios da denominada *sociologia reflexiva* de Bourdieu (2005, p. 17), entre eles o *pensamento relacional* (2005, p. 23), o qual consiste em situar o objeto de estudo em causa em meio à multiplicidade de relações em que está inserido, ou seja, os *campos* e o procedimento da *dúvida radical* (2005, p. 34) por propiciar subsídios para uma ruptura com o *senso comum*, evitando reproduzir representações pré-construídas. Além disso, proporcionam ao pesquisador interrogar os próprios métodos, bem como as condições do campo de pesquisa e da relação entre os agentes (pesquisador e pesquisados), conforme afirma o sociólogo francês:

O retorno reflexivo sobre os instrumentos da análise não é, portanto, um escrúpulo de epistemólogo, mas uma condição indispensável para obter o conhecimento científico do objeto: a preguiça positivista leva a concentrar a intenção, completamente defensiva, de verificação, na intensidade das relações constatadas, em vez de fazer incidir a interrogação sobre as próprias condições da medição das relações as quais estar na própria origem da intensidade relativa das diferentes relações. (BOURDIEU, 2008, p. 90)

Portanto, com vistas à elaboração de uma pesquisa concebida como fruto de um constante trabalho *reflexivo*, na busca pela construção de um *novo olhar* que foi norteado esse estudo.

O trabalho está organizado da seguinte forma, além desta introdução, mais quatro seções, divididas em três capítulos e as considerações finais.

O primeiro capítulo contém explanação sobre as políticas públicas institucionais para crianças e adolescentes ao longo da história do Brasil, bem como as representações sociais que as fundamentaram e suas atualizações contemporâneas.

Há, ainda, uma reconstituição histórica sobre atuação da Igreja Católica no que se refere às chamadas “questões sociais”, tanto do ponto de vista do discurso oficial, como seus efeitos e significados em grupos vinculados à essa Igreja na América Latina e, principalmente, no Brasil.

Buscou-se, também, estruturar de que maneira a Pastoral do Menor e, por conseguinte, o LAC se situam nesse *campo* em relação à *hierarquia eclesiástica* e a outros grupos que compõem a Igreja no contexto local.

No segundo capítulo está descrito o campo da pesquisa, isto é, a Pastoral do Menor em âmbito nacional e suas diretrizes básicas e a Pastoral do Menor no Ceará com sua organização e suas ações no campo das referidas “questões sociais”. Além disso, tem-se a exposição do Programa Liberdade Assistida Comunitária, no qual se objetivou analisar em que medida as percepções e ações perpetradas pelos integrantes do LAC estão vinculadas por um tipo de “conversão” aos valores cristãos partilhados na Pastoral do Menor.

Nesta seção, analisou-se também de que maneira os agentes da Pastoral do Menor e do LAC se relacionam e visualizam as ações do poder público frente às questões relacionadas às medidas socioeducativas. Deu-se ênfase à percepção sobre a execução da liberdade assistida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) através do Programa Liberdade Assistida Municipalizada (LAM).

No último capítulo foram analisados os dados de cunho quantitativo sobre os adolescentes atendidos pelo LAC, com o intuito de perceber as condições sociais sob as quais estão submetidos. Está descrito ainda o percurso dos adolescentes no LAC, no qual se tem o cumprimento jurídico-legal da medida socioeducativa, bem como a realização de atividades que a instituição acredita serem importantes para os adolescentes em conflito com a lei.

Além disso, constituem nesse capítulo as *representações sociais* que os agentes que compõem o LAC constroem sobre a realidade dos adolescentes, ou seja, os seus outros processos de socialização (anteriores e atuais) e como eles veem as atividades por eles desenvolvidas, quer dizer, de que forma o processo de socialização imposto pelo LAC é compreendido em relação aos resultados (esperados e obtidos) junto aos adolescentes.

Por fim, nas considerações finais, intentou-se ampliar a análise para além do Programa pesquisado, com o objetivo de estabelecer o papel social da medida socioeducativa liberdade assistida no âmbito das políticas sociais para os adolescentes em conflito com a lei.

2 A CRIANÇA E O ADOLESCENTE NO BRASIL E A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NAS “QUESTÕES SOCIAIS”

Sabe-se que a questão das crianças abandonadas remonta à Antiguidade e se estende por toda a Idade Média¹³, “mas foi na Época Moderna que a preocupação com a infância abandonada mostrou-se mais candente, a partir do momento em que a pobreza se tornou onerosa ao Estado e a idéia de que o aumento populacional embasava a riqueza das nações tomou contornos definidos.” (SOUZA, 1996, p. 29).

Ao delinear um panorama das políticas para a infância e adolescência na história do Brasil pretende-se evidenciar as transformações dessas políticas de acordo com o contexto sócio-histórico, político e cultural. Além disso, destaca-se a produção de *representações sociais*¹⁴ (DURKHEIM, 1970; JODELET, 1991) que fundamentaram tais políticas e estão presentes na sociedade brasileira por meio de diversas atualizações de práticas sociais.

Ao compreender a Igreja Católica como um *campo* (BOURDIEU, 2003; 2005), ou seja, uma formação social e histórica, formada por diversos agentes, no qual existem disputas *simbólicas* sobre as formas de pensar e agir a serem adotadas, objetivamos também analisar de que maneira e em quais momentos o discurso sobre sua atuação nas chamadas “questões sociais” se tornaram mais relevantes.

Apontou-se, portanto, de que modo os acontecimentos históricos influenciaram a emergência de tal discurso e como essa percepção teve ressonância em outras sociedades fora da Europa, em especial, na América Latina e no Brasil, com as suas especificidades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais.

A partir disso, intencionou-se perceber a forma como essa perspectiva afetou a atuação de setores da Igreja Católica em relação à infância e adolescência, apreendendo de que maneira são forjadas práticas e representações sociais sobre tal segmento social.

Por fim, perceber como os agentes que defendem as referidas práticas e representações se veem posicionados hoje em Fortaleza frente a outros grupos, dentro do

¹³ Souza (1996, p. 29) aponta os estudos de BOSWELL, John (1988) em *The Kindness of Strangers – the abandonment of children in Western Europe Antiquity to the renaissance* como referência à essa temática.

¹⁴ O conceito de *representação* surge, na sociologia, com Émile Durkheim (1970, p. 39) ao diferenciar *representações individuais* e *coletivas*. Para ele, “as representações coletivas são exteriores com relação às consciências individuais, é porque não derivam de indivíduos considerados isoladamente, mas de sua cooperação”. Desdobrada essa compreensão, entende-se por *representação social* como sendo “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e partilhado, tendo um objetivo prático e concorrendo à construção de uma realidade comum a um conjunto social. Reconhece-se, geralmente, que as representações sociais, enquanto sistemas de interpretação, regem nossa relação com o mundo e os outros, orientam e organizam os comportamentos e as comunicações sociais.” (JODELET, 1991, p. 05)

campo composto por vários segmentos católicos, contribui para analisar como a Pastoral do Menor e o programa Liberdade Assistida Comunitária estão situados nessas disputas político-ideológicas.

2.1 O lugar da criança e do adolescente no Brasil: representações e práticas sociais

A preocupação com crianças e adolescentes emerge no Brasil desde muito tempo, em especial, em relação aos mais pobres. Diversas foram as práticas sociais (discursos e ações) que visaram e visam justificar, definir e executar políticas para infância e adolescência no País, principalmente, as oriundas das classes *excluídas socialmente*¹⁵. (NASCIMENTO, 1994). Conforme Freitas:

A infância e adolescência pobre, no Brasil, há tempos têm sido alvo de intervenções por parte da Igreja, do Estado ou de instituições filantrópica. Foram intervenções que justificaram e ainda justificam sobretudo pelo fato de que à pobreza sempre associou-se a indisciplina, a marginalidade, a usurpação da ordem, enfim, toda forma de comportamento considerada indesejável ou socialmente reprovável. Assim, as crianças pobres sempre constituíram preocupação por parte de alguns segmentos da sociedade, não por lhes reconhecerem direitos, mas por serem consideradas como potencialmente aptas a assumir comportamentos ameaçadores a “ordem social”. (FREITAS, 2000, p. 24).

Essa preocupação ocorreu e ainda ocorre tendo como pano de fundo o abismo social entre diversos segmentos populacionais que formaram e marcaram historicamente o Brasil. Forjaram-se, assim, várias representações sociais sobre a criança e o adolescente que disputam legitimidade nos mais distintos meios sociais. Pinheiro (2006, p. 50) analisa esse fato da seguinte maneira:

Essas marcas históricas da desigualdade, da dominação/submissão e da exclusão, constituintes de nosso tecido cultural, demarcam as bases fundantes onde são gestadas as representações sociais mais recorrentes das crianças e adolescentes dos segmentos subalternos. Tais representações assumem significados e encarnações diversas, em consonância com os contextos sócio-históricos de sua emergência e de suas atualizações e reatualizações.

Destarte, com a complexidade das *representações sociais* “na sua riqueza fenomenal, recuperam-se elementos informativos, cognitivos, ideológicos, normativos,

¹⁵ *Exclusão social* possui diversas acepções, de maneira geral “o conceito sociológico – que é múltiplo - refere-se sempre a um processo social de não-reconhecimento do outro, ou de rejeição, ou ainda de intolerância. Dito de outra forma, trata-se de uma representação que tem dificuldade de reconhecer no outro direitos que lhes são próprios. [...] O não-reconhecimento se traduz numa clara exclusão de direitos. São grupos sociais que não têm uma integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência disso, condições mínimas de vida. Por vezes, esta não integração produz efeitos de não-inserção social. Paugam irá denominá-los ‘desfavorecidos’ (1992), enquanto Castels irá chamá-los de ‘desfiliaados’.” (1992) (NASCIMENTO, 1994, p. 31-32).

crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc.” A partir disso, é importante compreender a disposição desses fatores, pois “esses elementos são sempre organizados sob a espécie de um saber que diz alguma coisa sobre o estado da realidade. E é esta totalidade significativa que, em relação com a ação, se encontra no centro a investigação científica” (JODELET, 1991, p. 04-05).

Na colônia, a educação das crianças no Brasil era basicamente exercida pela Igreja Católica. Esse período caracterizou-se pelo “monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional” (SAVIANI, 2010, p. 23). Os jesuítas ao chegarem à “Terra de Santa Cruz” possuíam objetivos muito claros: “transformação da paisagem natural e também transformação dos nativos em cristão: esta era a missão” (PRIORE, 1996, p. 12).

Optou-se depois de tentativas de evangelização dos adultos indígenas por investir na catequização dos *pequenos*. Ressalta-se que durante o Período Colonial no Brasil surgiam na Europa as primeiras formulações valorizando a infância, além de uma maior utilização da imagem do menino Jesus por parte da Igreja, não muito acionada em outros tempos (ARIÉS, 1981). Nessa imagem eram associadas características relacionadas à pureza e à inocência:

Foi, a nosso ver, a emergência das atitudes de valorização da infância, somada à elaboração de um modelo ideológico da criança-Jesus - ambos emigrados para a colônia na mentalidade jesuítica -, fez a Companhia escolher as crianças indígenas como o “papel branco”, a cera virgem, em que tanto desejavam escrever; e inscrever-se. (PRIORE, 1996, p. 12).

Para os padres a infância seria o momento mais propício para a catequização, uma vez que ainda não haviam se impregnado, na visão dos colonizadores, dos valores e práticas das tribos indígenas das quais estas crianças eram oriundas:

A infância é percebida como momento oportuno para catequese porque é também momento de unção, iluminação e revelação. Mais além, é o momento visceral de renúncia, da cultura autóctone das crianças indígenas, uma vez que certas práticas e valores ainda não tinham se sedimentado. (PRIORE, 1996, p. 15).

Os jesuítas depois de alguns anos foram financiados pelo rei de Portugal e pelo Governador Geral do Brasil para que erguessem as chamadas “casas de *muchachos*”, que funcionavam como igrejas e escolas:

Os jesuítas criaram escolas e instituíram colégios e seminários que foram espalhando-se pelas diversas regiões do território. Por essa razão considera-se que a história da educação brasileira se inicia em 1549 com a chegada desse primeiro grupo de jesuítas. (SAVIANI, 2010, p. 26).

Era comum nessas “casas-escolas-igrejas” a presença de crianças filhas de portugueses com brasileiras, outras que eram solicitadas ao cacique indígena, além de algumas índias e mestiças cedidas pelos pais, os denominados “órfãos da terra”. Muitas foram enviadas à Portugal como forma de mostrarem que o processo de “conversão” estava se efetivando de forma consistente.

Esse período denominado *pedagogia jesuítica* é caracterizado pela estreita associação entre os processos de colonização, educação e catequese. (SAVIANI, 2010, p. 26). Apesar da visão idealista acerca da criança indígena, como dotada de qualidades que se aproximavam com a imagem da “criança-Jesus”, os métodos educativos dos membros da Companhia de Jesus eram baseados na disciplina e no castigo:

Junto à nova pedagogia do novo saber ocidental cristão, necessário era também impor-lhe uma pedagogia de medo que inspirasse despreço pela carne e pelas necessidades físicas. Daí a exposição do corpo em sangue, machucado e marcado pela autoflagelação. A “disciplina” tornou-se uma das cenas recorrentes do grande espetáculo que foi a catequese. (PRIORE, 1996, p. 21-22).

Era no momento da puberdade que muitos indígenas rompiam com os jesuítas, fazendo com que esses religiosos lembrassem dos “curumins” obedientes e dóceis com nostalgia, daqueles “pequenos” que aprendiam as regras e os mandamentos cristãos, que entoavam os hinos etc. Em outras palavras, é nessa fase da vida que há uma volta para a própria cultura, agora sincretizada, é bem verdade:

Não sabemos o que se fazia com que, durante tantos anos, as crianças indígenas se submetessem às aulas de gramática ou ao horário das disciplinas “a portas fechadas”, vivendo um tempo marcado por normas e obrigações. O que se demonstra é o rompimento, ao chegarem os indígenas à adolescência, com o tempo jesuítico. Ela é o momento por excelência de deixar a “casa de muchachos” e voltar pra casa.... retornar às origens, tendo então somado referências gentílicas às contribuições da cultura européia cristã. (PRIORE, 1996, p. 25).

Outra prática presente no período colonial brasileiro era o abandono de crianças em locais públicos, tais como: ruas, logradouros, porta de casas e Igrejas. “A pobreza e a moral cristã (que considerava ilegítimos os filhos nascidos fora do casamento)” são as razões desses abandonos no Brasil, conforme indicado por Freitas (2000, p. 05).

A Metrópole do Brasil Colônia, Portugal, na sua “legislação deixava às câmaras a tarefa de passar o encargo da criação dos enjeitados para as Santas Casas de Misericórdia” (SOUZA, 1996, p. 29), tal prática foi reproduzida no Brasil. Aqui, geralmente, a criação das crianças abandonadas, chamadas também de *expostas*, era de responsabilidade das Santas Casas de Misericórdia subsidiadas pelo Estado. Em algumas capitâneas em que eram escassas

as Santas Casas se designavam criadores ou amas de leite para os *rejeitados*. No entanto, muitas vezes as instituições públicas não repassavam os recursos prometidos para os criadores, como também por diversas ocasiões estes não seguiam as determinações de apresentar as crianças periodicamente, o que “explicaria, em parte, o alto número de mortes entre os enjeitados”. (SOUZA, 1996, p. 31).

De acordo com a lei da época, a “questão dos expostos dizia respeito apenas à população livre, pois segundo o *Alvará de 1775*, o exposto de cor negra ou mulata gozaria automaticamente de liberdade”, no entanto, houve casos de re-escravidão, uma vez que havia “recusa em criar mulatinhos às expensas do erário público” fato que “se insere num contexto geral de horror à mestiçagem”. (SOUZA, 1996, p. 37-38).

Outra forma de abandono era através das chamadas “Rodas de Expostos¹⁶” que se localizavam, em geral, nas próprias Santas Casas. Essas práticas foram hegemônicas em relação às crianças abandonadas durante os períodos Colonial e Imperial.

Foi nesse período que tais práticas se estabeleceram e balizaram o florescimento da representação social da “criança e do adolescente como objeto de proteção social [...] no qual a preservação da vida da criança e do adolescente, que se manifesta mediante ações voltadas para garantir a sua sobrevivência [...]” Esse entendimento de proteção social “refere-se, principalmente, à criança pequena, nos seus primeiros anos de vida.” Esta representação está pautada em valores cristãos, tais como: “amor ao próximo, a compaixão, a caridade, a benemerência”. (PINHEIRO, 2006, p.52).

Essa perspectiva revela transferência de responsabilidade como alternativa de preservação da vida da criança, caracterizando uma ação pautada nos valores da “caridade”, do “favor” e da “benesse”. Entre outras, duas atualizações dessas práticas podem ser constatadas ainda hoje: se referem ao abandono de crianças em orfanatos para adoção e a prática de colocação de crianças nas portas de residências, havendo uma repetição simbólica dessa representação social:

Identifico, assim, a repetição de um gesto simbólico, que se dava com a entrega da criança nas rodas; alguém entrega uma criança para ser criada, ser “salva”; quem entrega não é visto, e transfere-se a responsabilidade; e o abandono da criança fica também, pelo menos aparentemente, superado, por meio do cuidado, a caridade, o

¹⁶ “Em 1738 a Santa Casa recebe ajuda para a criação da ‘Roda dos Enjeitados’ caracterizando-se como ‘Casa dos Expostos’ ou ‘enjeitados’ designando a situação de abandono dessas crianças. Esta Roda era um artefato de madeira de forma circular, usada para receber meninos e meninas abandonados, desde bebês até quatro anos. Ao serem colocados na Roda, esta era acionada e os meninos entravam de forma que não revelava sua origem, mantendo assim, o anonimato exigido por uma ‘era preconceituosa e discriminatória’.” (REZENDE apud DAMASCENO, 1997, p. 27).

amor ao próximo, pela determinação de tentar salvar a vida de uma criança. (PINHEIRO, 2006, p.55).

Com a “Independência do Brasil” amplia-se e diversifica-se a assistência às crianças abandonadas, órfãs ou pobres, “entram, em cena, nesse período os asilos de órfãs, as escolas industriais e agrícolas [...] e as associações particulares para amparo não asilar de crianças, com ênfase na instrução”, argumenta-se que tal prática fundamentava-se “na necessidade de banir das ruas aqueles elementos que fugiam ao controle das famílias e perambulavam nas vias ameaçando a ‘ordem’”. As práticas pedagógicas de tais asilos¹⁷ “visavam sobretudo inculcar hábitos morais considerados convenientes à sociedade, bem como preparar as crianças para o trabalho, oferecendo cursos de ofícios mecânicos para os meninos e de prendas do lar para as meninas” (FREITAS, 2000, p. 25).

No período da Proclamação da República, 1889, novas representações e práticas são construídas e fundamentadas devido a outros referenciais sociais, políticos e ideológicos que estavam em processo de consolidação como hegemônicos. Em relação às classes e aos grupos das camadas populares, como por exemplo, às crianças “abandonadas”, “enfeitadas”, pobres etc., o poder público irá instituir políticas mais amplas e diretas.

No final do século XIX e início do XX, verifica-se um cenário de transformações de diversas ordens: como a passagem do regime monárquico para o republicano, a abolição da escravidão, a constituição do trabalho livre e a migração europeia. Ressalta-se que essas transformações acarretaram um aumento significativo de pobres nas cidades¹⁸:

Transformações que alteraram o arcabouço jurídico do país mudaram a percepção das elites dirigentes quanto à ordem pública, conformam políticas de segurança que começam a construir uma rede de instituições voltadas para o controle social (ALVAREZ, SALLA e SOUZA, 2004, p. 03).

Estão presentes nesse período as ideias de modernização, mobilizadoras de políticas que exigiam uma adequação ou isolamento dos chamados “pobres”, “loucos”, “velhos”, “doentes” “crianças na rua”, “delinquentes”, “criminosos” etc. ao projeto de *progresso* exigido pela agenda política e econômica em voga naquele momento no País. Essas adaptações ancoravam-se na *disciplinarização* do espaço através de reformas urbanísticas e *regulação social*:

¹⁷ Freitas (2000, p. 25) informa algumas denominações para os “asilos ampliados”, como “‘escola de preservação’, ‘escola industrial’, ‘reformatório’, ‘educandário’ ou ‘instituto’”.

¹⁸ No caso de Fortaleza o êxodo rural agravou essa situação. “A preocupação policial sobre a questão do contingente de pobres em expansão na Capital intensificou-se a partir de então, principalmente com o recrudescimento do êxodo rural provocado pela grande seca de 1915” (PONTE, 2001, p. 166).

Disciplinar o meio urbano remetia à necessidade de regular o social. O discurso político-científico, nessa perspectiva produziu uma imagem desqualificada da população pobre: além de carente, ela era vista como indolente, doente e muito propensa ao vício e à vadiagem. Ou se corrigiam os problemas que envolviam o povo e a cidade ou não haveria o almejado progresso e bem-estar geral. Amparados nesse tipo de argumentação, as elites procuraram legitimar seus anseios de controle e puseram em movimento técnicas e estratégias de normalização social (PONTE, 2001, p. 76).

Essa perspectiva advém de ideias e ações transportadas da Europa que surgiram a partir do século XVIII, pois “é com o desenvolvimento de estruturas urbanas que se desenvolveu, na França, a medicina social” (FOUCAULT, 1979, p. 85), na Inglaterra, esta medicina ocupou-se da *disciplinarização* das forças dos corpos para o trabalho, preocupando-se secundariamente com a cidade. O surgimento da “medicina social” se tornou uma forma de *controle social*, uma vez que esta medicina predominou sobre a “medicina individual”. Ressalta-se, ainda, que as formas de *controle social* têm como ponto de partida a disciplina do corpo:

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força e trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política. (FOUCAULT, 1979, p. 80).

Em relação à adesão do Brasil a esse tipo de política, Ponte (2001, p. 72) revela que:

A partir do século XIX surgiu a medicina social no Brasil e, por seu intermédio, todo um conjunto de discursos e práticas convergindo para uma apreendida necessidade de higienizar as cidades e medicalizar suas populações. Antes, no período colonial, inexistiram condições de possibilidades institucionais e políticas para o desenvolvimento de intervenções médicas sobre o urbano e o social.

A saúde pública da cidade foi legitimada como necessária para o “desenvolvimento”, bem como o “progresso” do País foram justificadores para que a “medicina social” se lançasse “na tentativa de esquadrihar toda a cidade, instaurando técnicas e produzindo verdades para controlar corpos e ordenar a vida social” (PONTE, 2001, p. 72).

A preocupação dos higienistas se referia a um estado de “anormalidade”, ao qual se enquadravam os grupos de excluídos do acesso ao trabalho, como as chamadas “mulheres públicas” e crianças e adolescentes abandonados sobre os quais era atribuída a designação de “classes perigosas”.

A criação do “Código de Menores¹⁹” em 1927 reflete essa política higienista, quando instituições e legislação são pensadas e criadas para o “atendimento” de crianças e adolescentes das classes populares. Porém, antes de sua criação, um debate sobre a ação em relação a esses, ainda presente nos dias atuais, ocorreu no século XIX materializando-se em leis. Trata-se do Código Criminal de 1820 que vigorou no período Imperial e o Código Penal de 1890, referente ao período da Primeira República, tratava-se da imputabilidade criminal de acordo com a faixa etária:

O Código brasileiro de 1820 isentava da criminalidade os menores de 14 anos, quando não era provado o discernimento do fato, recolhendo-os às casas de correção até completarem 17 anos. No ano de 1890 ficavam estabelecidas as fases da infância que marcavam o sujeito no ato da infração penal – os de idade inferior a 9 anos eram considerados inimputáveis; aqueles cujas idades estavam entre 9 e 14 anos era recolhidos quando apresentavam discernimento; e os que estavam entre 14 e 21 anos, pelo fato de ainda não terem chegado à maioridade, eram beneficiados com atenuantes. (PASSETTI, 1996, p. 148)

A expressão “menor”, por exemplo, ainda hoje muito utilizada para designar a condição jurídica e civil de crianças e adolescentes, principalmente, os que se encontram em situações “de rua”, “delitiva”, “abandono” etc. possui um longo histórico. Vários foram os debates e os percursos do termo e os significados que lhe foram determinados. O termo já era utilizado, antes que fosse formulado em 12 de outubro de 1927 o referido Código de Menores, porém com significado restrito:

A partir do fim do século XIX e começo do XX a palavra “menor” aparecia freqüentemente no vocabulário jurídico brasileiro. Antes dessa época o uso da palavra não era tão comum e tinha significado restrito. A partir de 1920 até hoje em dia a palavra passou a referir e indicar a criança em relação à situação de abandono e marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os que lhe correspondem (LONDOÑO, 1996, p. 129).

Eram consideradas pelos juristas, nos fins do século XIX e início do XX, “menores abandonados”, “as crianças que povoavam as ruas das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos frequentavam o xadrez e a cadeia, neste último caso, eram chamado de menores criminosos” (LONDOÑO, 1996, p. 132-135). Delineou-se daí uma imagem do “menor” vista como ameaça a “ordem”, porém, paradoxalmente, era caracterizada pela criança pobre, desprotegida da família, do Estado e da sociedade. “Foi definido como um perigo para a futura sociedade”, mas cresceu concomitantemente “a convicção de que este [menor] era uma vítima” (LONDOÑO, 1996, p. 138).

¹⁹ “Foi elaborado pelo Juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, o qual viria a ser o primeiro Juiz de Menores do Brasil. Neste Código surge a figura do ‘Juiz de Menores’ ao qual em nome do Estado cabe a tutela e assistência aos ‘menores’”. (DAMASCENO, 1997, p. 28).

A situação das crianças abandonadas era questionada por juristas, pois compreendiam que a situação não deveria ser vista somente como caso de polícia e de repressão. Segundo Londoño (1996, p. 140), até a aprovação do Código de Menores “vários foram os planos e projetos de lei de menores apresentados ao congresso que foram reprovados ou simplesmente não foram discutidos”. No entanto, através de decretos uma série de instituições foi criada com o intuito de disciplinar e prevenir a criminalidade do *menor*. Desse modo, se ampliava a ideia de que esse segmento necessitava de um tratamento diferenciado dos adultos.

Diante disso, o referido Código de Menores se constituiu como a lei específica para as crianças e adolescentes do País e foi marcado fortemente pelo seu caráter disciplinar e repressor, uma vez que “buscava regular o ‘menor vadio’ e ‘menor trabalhador’” (DAMASCENO, 1997, p. 28). Em relação ao “menor vadio” a Lei referia-se aos que estavam nas ruas e por isso constituíam-se como “perigosos”. As questões do “menor trabalhador” relacionavam-se à apuração de denúncias de exploração do trabalho infantil, que pela falta de leis trabalhistas era comum e constante, bem como alvo de denúncias das associações operárias²⁰. Portanto, em relação à “menoridade pobre, as políticas de contenção da vadiagem foram responsáveis pelo esquadramento dos corpos com intuito de torná-los dóceis e úteis” (PINHEIRO, 2000, p. 197).

No Ceará, o “problema” das crianças pobres na cidade incomodava o próprio presidente estadual, José Moreira de Rocha, que em 1927 “rebatia na tecla da necessidade de se criar uma escola correccional profissional como solução para a ‘infância vagabunda’.” (PONTE, 2000, p. 173). Tal escola surgiu em 1928 “com a construção da ‘Estação Experimental de Santo Antonio’”. Configurando-se como a radicalização do longo processo de vigilância policial sobre as crianças e adolescentes abandonadas.” (PONTE, 2000, p. 173). O procedimento adotado na instituição era marcado pela severidade, visto a denominação popular recebida, “reformatório Santo Antonio-do-Buraco. [...] Seu lendário rigor aplicado aos internos permaneceu por muitas décadas no imaginário infantil como verdadeiro signo de terror.” (PONTE, 2000, p. 173).

Percebe-se, portanto, que ao final do século XIX e começo do século XX, uma nova representação social se estabelece (mesmo em confronto com outras), na qual compreende-se a criança e o adolescente como objetos de controle e disciplinamento social, que devem ser socializados para “constituírem-se como mão-de-obra promotora do

²⁰ O Código de Menores só autorizava o trabalho a partir dos 12 anos.

desenvolvimento econômico e servidoras do Estado na categoria de povo. Escolarização e profissionalização eram então pensadas como meios para controlar os desvios aos projetos públicos” (LEMENHE, 2006, p. 18-19).

Nessa perspectiva, várias atualizações dessa concepção estão bastante presentes na vida social brasileira, tais como os pequenos gazeteiros ou jornalheiros, os empacotadores de supermercados ou até mesmo com a política de educação profissional nas escolas públicas, bem como o fortalecimento de instituições de formação profissional como as pertencentes ao chamado Sistema S²¹, criadas na década de 1940, no qual podem ser representadas no discurso: “para o adolescente pobre é melhor estar trabalhando, aprendendo um ‘ofício’, do que, ocioso nas ruas, ficar a mercê de ocupações perigosas – perigosas não para eles, mas para a ordem social, atentadoras à segurança, não a sua, mas a da sociedade.” (PINHEIRO, 2006, p.59).

Já em 1940, no Governo Vargas, é criado o Departamento Nacional da Criança (DNC) dentro do Ministério da Educação e Saúde. Em 1941 nasce o Serviço de Assistência a Menores (SAM). Sua criação inspirou que se ampliassem as instituições que seguiam a lógica do sistema penitenciário, ou seja, correcional-repressiva. Eram desprovidas de atendimento específico o que reforçou a *dicotomia assistência-punição*:

É importante ressaltar aqui que o tratamento dado às crianças e adolescentes quando da implantação do SAM se fizeram por uma revisão do Código de Menores. Através de decretos-lei de 1943 e 1944, foram feitas alterações no sentido de redimensionar a noção de periculosidade: a categoria ‘delinqüente’ foi substituída pela categoria ‘infrator’, o que reforçou a idéia do ‘menor’ como caso de polícia. (DANZIATO apud FREITAS, 2000, p. 29).

²¹ “[...] Vinculado a instituições patronais, incluem ações voltadas para a profissionalização de adolescentes oriundos de classes populares, para a formação de aprendizes que deverão ser preparados para se tornar profissionais disciplinados, ocupantes de futuros lugares de subordinação.” (PINHEIRO, 2006, p. 59). O chamado Sistema "S" é formado por organizações criadas pelos setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes e cooperativas) com a finalidade de qualificar e promover o bem-estar social de seus trabalhadores. As organizações do Sistema "S" subordinadas à Confederação Nacional da Indústria são o SENAI – a quem cabe a educação profissional e a prestação de serviços de assistência técnica e tecnológica às empresas do setor – e o SESI – que promove a melhoria da qualidade de vida do trabalhador e de seus dependentes por meio de ações em educação, saúde e lazer – e o IEL que promove o desenvolvimento da indústria através da capacitação empresarial e do apoio à pesquisa e à inovação tecnológica. Outras instituições que fazem parte do Sistema "S" são: SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial Educação profissional para trabalhadores do setor de comércio e serviços; SESC – Serviço Social do Comércio Promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor de comércio e serviços; SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural Educação profissional para trabalhadores rurais; SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes Educação profissional para trabalhadores do setor de transportes; SEST – Serviço Social de Transportes Promoção da qualidade de vida dos trabalhadores do setor dos transportes, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Programas de apoio ao desenvolvimento de pequenas e médias empresas; SESCOOP – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo Aprimoramento e desenvolvimento das cooperativas e capacitação profissional dos cooperados para exercerem funções técnicas e administrativas. (disponível em: <http://www.senai.br/br/ParaVoce/faq.aspx>. Acesso em: 01 jun. 2012).

Extinto devido às inúmeras denúncias e inquéritos, o SAM foi substituído pela Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM) em 1964, ano do Golpe liderado pelos militares. Nesse mesmo ano é instituída a Fundação do Bem Estar do Menor (FUNABEM), “destinada a ‘corrigir’ as distorções do SAM ficando suas instâncias estaduais denominadas de Fundações Estaduais do Bem-estar do Menor (FEBEM(s))” (DAMASCENO, 1997, p. 29).

No entanto, as propostas de se evitar as internações e a implementação de uma política não-repressiva – apoiada pela chamada ideologia da “Segurança Nacional” – não se concretizaram, uma vez que a atuação do órgão foi quase uma continuação da política destituída. Há de se chamar atenção, também, que tal política seguiu a tradição de “nomear” as crianças e os adolescentes para quais as essas ações se voltavam:

Assim, quando da instituição da FUNABEM, quem antes era chamado de “menor moralmente abandonado” passa a ser chamado de “menor carenciado” e os antes denominados “delinqüentes” ou “infratores” ganham o nome de “menor de conduta anti-social.” (FREITAS, 2000, p. 30).

Apesar da mudança na nomenclatura, mantém-se à política tradicional brasileira em relação ao segmento da infância e da adolescência, permanecendo uma atuação estigmatizadora da infância pobre e a “desestruturação familiar” como causa única:

Mais uma vez a questão do “menor” é utilizada para reforçar da desagregação familiar (causa do abandono) e do desvio, estando inscrita apenas na superficialidade das análises que consideram a estrutura familiar a partir da dualidade normalidade/desvio, secundarizando os aspectos sócio-econômicos. (FREITAS, 2000, 30).

O novo Código de Menores de 1979²² trouxe como a principal novidade dessa lei a instituição da categoria denominada “menor em situação irregular”, o termo designava tanto situações de abandono como à autoria de delitos. Nesse Código, as estratégias aplicadas às crianças e aos adolescentes considerados “menores em situação irregular” eram amplas: “colocação em lares substitutos, delegação do pátrio poder, guarda, tutela, adoção de regime de liberdade assistida²³, semi-liberdade e internação”. (EARP apud FREITAS, 2000, p. 31). Vê-se que as possibilidades de atendimento eram diversas, no entanto, “apesar ser recomendado só em último caso, o confinamento passou a ser o destino natural da infância e adolescência pobre no Brasil” (FREITAS, 2000, p. 31).

²² Revogou o antigo Código através da Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979.

²³ “Tal medida tinha em seu fundamento ‘vigiar, auxiliar, tratar e orientar o menor’ e como uma das medidas de assistência e proteção a este tinha como objetivo básico a sua integração sócio-familiar” (Pinheiro, A. A. A., et al, 2005, p. 79).

Sabe-se, todavia, que a questão das crianças e dos adolescentes pobres e, principalmente, envolvidos em atos delitivos inseridos no chamado mundo do “desvio” é uma polêmica em aberto na sociedade brasileira. Pode-se considerar, entretanto, que as políticas para infância e adolescência das classes “excluídas socialmente”, como também em outras políticas de “controle” e “segurança social” sempre estiveram associadas aos interesses das classes dominantes:

Pode-se sustentar o argumento de que as ações governamentais nessa área respondem aos interesses das elites políticas e econômicas dentro de um processo de construção de cidadania profundamente restrito (ALVAREZ, SALLA e SOUZA, 2004, p. 13).

Pode-se inferir, portanto, que a partir da primeira metade do século XX e reforçada nas décadas seguintes, outra representação social foi gestada, a saber: a criança e o adolescente como objeto de repressão social, no qual os agentes referidos são aqueles oriundos das classes subalternas, que vivem nos grandes centros urbanos e têm dificuldades de inserção no mercado de trabalho e na escola. Nessa representação, a repressão é um recurso que visa evitar ou conter a delinquência. (PINHEIRO, 2006, p.60-61).

Essa representação social acerca de crianças e adolescentes pertencentes às famílias social e economicamente excluídas de modo a associá-las à fonte de “perigo social” continuam presente tanto nos discursos de grande parte da população e com representatividade política, bem como ainda faz parte do cotidiano de diversas práticas institucionais.

Observa-se, por exemplo, o discurso no qual a segurança pública aparece como uma das preocupações centrais dos problemas do País. Nesse sentido, “evitar a ação de ‘elementos violentos’ – inclusive adolescentes – é também uma posição que mobiliza o apoio da população em geral”, como em relação à redução da maioridade penal. (PINHEIRO, 2006, p.64).

Além disso, várias práticas de recolhimento de crianças e adolescentes (não somente) usuários de drogas têm sido adotadas no âmbito das políticas públicas²⁴, agressões

²⁴ Como o surgimento de zonas urbanas consagradas ao uso explícito de drogas, especialmente, o crack, as chamadas “cracolândias”. Caso exemplar e noticiado em diversos meios de comunicação em nível nacional se refere à Cracolândia paulistana que “causou comoções a intervenção policial, realizada no início de 2012, inclusive com o emprego de violência contra a população frequentadora da região [...]. A iniciativa açodada da administração pública não levou em consideração princípios primários de pluralidade. Reduziu, com isso, a complexidade do tema da toxicomania no espaço urbano a um assunto estritamente policial. E, mesmo no campo da segurança pública, o assunto foi reduzido à esfera da criminalidade a ser banida a qualquer custo, ignorando procedimentos humanitários e integrados”. (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, p. 11-12).

físicas na abordagem policial em relação a jovens “suspeitos”²⁵, como também a violência disparada contra adolescentes internos dos denominados Centro Educacionais configuram, ainda hoje, em práticas que subsistem nas instituições oficiais²⁶.

A partir do final da década de 1970 uma nova corrente de pensamento em relação à criança e ao adolescente surgiu, através de iniciativas da sociedade civil, assim como através das universidades com trabalhos acadêmicos relacionados ao tema.

No entanto, somente a partir das décadas dos anos 1980 e 1990 é que essa preocupação “adquire o estatuto de questão nacional, mobilizando a atenção dos mais diferentes segmentos sociais, seja no âmbito da sociedade civil, organizada e não-organizada, seja no âmbito da sociedade política” (ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999, p. 73).

Isso influenciou sobremaneira que novas concepções fossem disseminadas e discutidas pelo poder público e organizações da sociedade civil. Destacadamente, a Pastoral do Menor em São Paulo, que iniciou suas atividades com foco nos adolescentes em conflito com a lei através da Liberdade Assistida Comunitária em contraponto a Liberdade Vigada do antigo Código de Menores, e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)²⁷, além de outros, aparecem como divisor na disputa pela hegemonia da representação social sobre a infância e adolescência no Brasil, na qual se visava garantir que crianças e adolescentes fossem reconhecidos como cidadãos.

Além da Liberdade Assistida Comunitária e da Pastoral do Menor [...] emergiam também no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 o Movimento em Defesa do

²⁵ Como “as agressões físicas cometidas por policiais contra jovens da favela, no cotidiano de policiamento da cidade de Fortaleza, por meio das práticas policiais de “bater”, “amaciando o vagabundo”, que são definidas como ações “enérgicas” pelos policiais em suas estratégias retóricas e que se configuram em torno da prática do “baculejo”, uma revista decorrente de abordagem que se expressa como um ritual de poder onde agressões físicas, praticadas pelos policiais militares contra os jovens, são centrais para a construção de um contexto de interação simbólica, marcada por profunda assimetria de posições de poder, envolvendo policiais militares agressores e jovens suspeitos, tratados como “vagabundos”, vitimizados por espancamento, tortura e outras formas de sevícias e maus tratos corporais. São os usos sociais de punições físicas praticadas por policiais contra os corpos de pessoas recorrentemente concebidas como indesejáveis, tanto pela população citadina quanto pelos policiais, e, portanto, categorizadas em situações de conflitualidade cotidiana como “vagabundos”, principalmente flanelinhas, guardadores de carros, jovens usuários de drogas, jovens moradores de favelas se deslocando de bicicleta pela cidade, usando roupas que são identificadas no “crime” e pela polícia como marcas de ladrões, ocasiões que resultam nos chamados “baculejos”, uma forma local de revista policial [...]. (SÁ e SANTIAGO NETO, 2011, p. 147-148).

²⁶ São diversos os estudos e pesquisas no Brasil que demonstram como os jovens pobres se inscrevem num imaginário vinculado à delinquência e à violência, e, ao mesmo tempo, a uma realidade de mortes violentas, sendo paradigmática a posição que assume, nesse contexto, a juventude em conflito com a lei: alvo sistemático da vitimização letal, de tortura e de maus tratos nas instituições de internação. (ROSA, 2010; ADORNO, BORDINI, LIMA, 1999; OLIVEIRA, 2001; OLIC, 2009).

²⁷ “É importante ressaltar que o MNMMR apesar da sua denominação é composto por profissionais diversos que desenvolvem ou já desenvolveram trabalhos com crianças e adolescentes. Assim sendo, pode-se concluir que o MNMMR é muito mais um movimento **para** os meninos e meninas de rua que um movimento **de** meninos e meninas de rua, visto ser organizado por terceiros, por pessoas que resolveram assumir a causa desse segmento.” (FREITAS, 2000, p. 35, grifo da autora).

Menor, o qual atuava na denúncia das situações de violência sofridas por crianças e adolescentes sob custódia da polícia e da Febem-SP, e, posteriormente, o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua – MNMMR, que contava com experiências alternativas de atendimento a meninos e meninas de rua, como a dos educadores de rua. (PAULA, 2011, p.85)

É nesse mesmo período que estudos acadêmicos²⁸ tratam com maior ênfase esse tema, antes mais presentes noutros setores, conforme assinala Rizzini (1989, p. 20): “[...] o tema menor é eleito como objeto de estudo pela esfera acadêmica somente a partir do final da década de 1970, tendo sido antecedida pela produção jurídica, jornalística e oficial [...]”.

Com a convocação de Assembleia Constituinte, a estruturação do movimento relacionado ao segmento de crianças e adolescentes contribuiu significativamente para que o referido grupo populacional “nunca antes mencionados como mercedores dos direitos de cidadania, estendesse a luta para o campo dos direitos”. (FREITAS, 2000, p. 37)

Esse processo culminou com incorporação dos artigos 227²⁹ e 228³⁰ na Constituição de 1988, atual legislação em vigor no Brasil. Nesse mesmo ano foi criado o Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), esse possuía o intuito de elaborar uma lei que regulamentasse o referido artigo 227 da Constituição. Depois de criado um “Grupo de Redação” e após uma série de discussões foi redigido e apresentado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contendo 267 artigos e aprovado por unanimidade na Câmara e no Senado e sancionado pelo Presidente da República em 13 de Julho de 1990, por meio da lei 8.069/1990.

O ECA modificou radicalmente o tratamento em relação às políticas públicas para a infância e adolescência, uma vez que tendo sido aprovado, revogou-se o “Código de Menores” após sessenta e três anos de vigência. Deste feito, nota-se que o ECA rompe com a visão de “situação irregular” presente na legislação anterior, que conforme indicado anteriormente, não fazia distinção da situação em que se encontravam crianças e adolescentes, os chamados “menores”:

²⁸ Para se ter uma ideia da amplitude dessa produção, no *Levantamento bibliográfico da produção científica sobre a infância pobre no Brasil*, de Irene Rizzini (1989), foram assinalados 606 títulos, incluindo produção jurídica, oficial, jornalística, literária e da igreja. Desse total, na área acadêmica constam 209. No levantamento produzido pelo Núcleo de Estudos da Violência (USP) em 1991, *A criança minorizada: banco de referências bibliográficas*, são relacionados mais de 200 títulos.

²⁹ “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.” (BRASIL, 2004, p. 55-56).

³⁰ “Art. 228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.” (BRASIL, 2004, p. 56).

A essência desta doutrina se resume na criação de um marco jurídico que legitime uma intervenção estatal discricional sobre esta espécie de produto residual da categoria infância, constituída pelo mundo dos menores. A não-distinção entre abandonados e delinquentes é a pedra angular desse magma jurídico (MENDEZ *apud* FREITAS, 2000, p. 40).

O Estatuto inverterá a interpretação do referido “Código de Menores”, pois define como fundamental as questões sociais e econômicas para a pobreza, retirando a intensidade moralista contida no antigo Código, como também irá implementar a ideia de que o Estado ao lado de organizações civis são responsáveis pela criação de políticas públicas para essa população:

O Estatuto da Criança e do Adolescente define a situação sócio-econômica como fundamental para entendermos as condições de emergência do contingente de crianças portando carências. Caberá ao Estado, através de políticas sociais estabelecidas em conjunto com associações e conselhos populares e de representantes da “sociedade civil”, responsabilizar-se pelas crianças de acordo com a Constituição de 1988 (PASSETI, 1996, p. 150).

Desse modo, essa nova legislação trouxe mudanças que alteravam a face da organização institucional, e, por conseguinte, a metodologia e o conteúdo ao qual se referem às políticas públicas para as crianças e adolescentes no Brasil. Trata-se agora de uma legislação que aponta uma política compartilhada pelas três esferas de poder (Federal, Estadual e Municipal), além da participação efetiva de diversas organizações da chamada “sociedade civil”, através dos Conselhos de Direitos que serão compostos por representantes das esferas governamental e não governamental.

Está contida ainda além dos Conselhos de Direitos, a criação do Conselho Tutelar, que conforme o artigo 131 do ECA “é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei.” (BRASIL, 2007, p. 47). Sendo exigido que “em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução” (BRASIL, 2007, p. 47), expresso no artigo 132 da mesma lei.

No que concerne à realidade do Ceará e de Fortaleza, Freitas assinala que:

No Ceará, por exemplo, foi criado, por iniciativa do NUCEPEC [Núcleo Cearense de Estudos e Pesquisa sobre Criança], UNICEF [O Fundo das Nações Unidas para a Infância] e Pastoral do Menor, o “Movimento para a Criação dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e do Adolescente”. Articulando várias entidades, este movimento conseguiu que a Câmara Municipal de Fortaleza aprovasse em novembro de 1990 a Lei Orgânica 6.129, que determinava a criação do Conselho

Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA) (FREITAS, 2000, p. 41).

Verificou-se que após a promulgação da lei nº 8.069 (ECA) o paradigma dominante até hoje passa ser a percepção de crianças e adolescentes como “sujeitos de direitos”. De outra maneira, é destacada a noção de cidadania como norteador no trato com esse segmento populacional. Nessa representação social “dois princípios se fazem fundantes [...]: a igualdade perante a lei e o respeito à diferença”. (PINHEIRO, 2006, p. 81).

A lógica da execução da política pública aos filhos das mencionadas camadas “excluídas”, uma vez que em geral essas políticas continuam voltadas para esse público, baseia-se pelo menos idealmente na utilização do diálogo, de atividades educativas e preventivas e, preferencialmente, em seu espaço cotidiano (próprios bairros ou até mesmo a rua) e, quando em espaços institucionais, em meio aberto (com entrada e saída voluntários, como os abrigos) visando a chamada “construção de cidadania”.

Tudo isso intenta desenvolver a inserção social desses indivíduos. Não sendo a metodologia norteadora na aludida lei o uso de medidas “repressivas-corretivas”, como acontecia com o Código de Menores.

Por todas essas características, a representação social da criança e do adolescente como sujeitos de direitos parece constituir uma ruptura, no que concerne às visões, às concepções que lhe antecederam, por ser a primeira representação a reconhecer todas as crianças e adolescentes como portadores de direitos, e, portanto, a reconhecer a sua condição de cidadania. Em outras palavras, tal representação social expressa o que Gramsci chama de reforma moral e intelectual. É uma reforma de valores, de concepções de idéias. Essa representação social exige, opera, viabiliza, na vida social brasileira, uma reforma moral e intelectual. (PINHEIRO, 2006, p. 85).

Nesse novo contexto, as atividades e estratégias tanto no plano governamental, quanto no não governamental, geralmente, dizem respeito à inserção ao chamado mundo do trabalho através de cursos profissionalizantes ou estágios, ao uso das denominadas atividades de arte-educação e de práticas esportivas. Tais ações constituem meios que visam “prevenir” ou “recuperar” crianças e adolescentes “desviantes”. Em outras palavras, busca disseminar regras de conduta pautadas pelo compromisso em aprender a ser “cidadão”.

Com a nova legislação, mais uma vez há uma nomeação diferente, agora essas crianças e adolescentes enquadram-se na categoria “situação de risco ou de vulnerabilidade social”. Tal denominação corresponde, por meio de analogia, aos mesmos personagens da “situação irregular” de outrora.

O termo cria uma ambiguidade, de um lado tal situação de risco refere-se à busca de garantir os direitos de crianças e adolescentes e combater diversos tipos de violações, como

a entrada em redes de exploração sexual (chamada anteriormente de prostituição infanto-juvenil) ou exploração do trabalho infantil. Por outro lado, a situação está relacionada ao risco que a criança e o adolescente oferecem à sociedade. Tenta-se, então, evitar condutas “antissociais”, ou seja, contrárias aos padrões vigentes de civilidade, tais como a participação em atividades relacionadas à violência, à criminalidade, ao uso e ao tráfico de drogas etc.

Assim, pode-se observar que as ações, apesar de estarem balizadas por um novo paradigma, possuem elementos constitutivos de representações sociais anteriores e sua integral concepção esbarra em aspectos fundantes da sociedade brasileira no ponto de vista econômico, cultural, político e social:

[...] considerando o perfil da sociedade brasileira contemporânea, onde se tem um abismo entre os segmentos populacionais ricos e pobres, cada vez mais intensificado, parece-me que a representação social da criança e do adolescente como sujeito de direitos assume uma dimensão utópica. (PINHEIRO, 2006, p. 86).

Deste modo, é necessário, mais uma vez, ressaltar que as representações sociais sobre as crianças e os adolescentes descritas, apesar de forjadas dentro de contextos históricos específicos, subsistem, convivendo e disputando *hegemonia* dentro do *campo* das políticas públicas e fora dele, uma vez que “a medida que tais representações sociais vão emergindo e se consolidando, verifica-se uma simultânea coexistência entre elas, marcada pela luta simbólica.” (PINHEIRO, 2006, p. 50).

Existem, ainda hoje, polêmicas em relação ao ECA, pode-se constatar que por trás desse debate há uma discussão em aberto sobre o modo de pensar a criança e o adolescente e as políticas públicas para essa área, principalmente em relação aos oriundos das classes populares.

A visão sobre os adolescentes e as crianças pobres que vivem nas ruas ou daqueles que transgridam a lei, mesmo com a revogação do Código de Menores, ainda tem resquícios de antigas representações enraizados no imaginário da população. Muitos acreditam que o ECA protege e não pune a contento as crianças e, de forma mais sublinhada, os adolescentes autores de atos infracionais.

Os defensores do ECA procuram mostrar que existem penalidades previstas no Estatuto relativas ao adolescente autor de delito, porém, segundo os mesmos, ele respeita a condição de pessoa em desenvolvimento (respeito a diferença, expresso nessa representação). Segundo esses agentes, o que não é previsto é uma “institucionalização” de crianças e adolescentes simplesmente por flanarem pelas ruas ou por serem pobres.

De modo geral, as pessoas que estão envolvidas em instituições governamentais ou não governamentais relacionadas aos denominados direitos humanos de crianças e

adolescentes consideram o Estatuto da Criança e do Adolescente um avanço na legislação, bem como nas políticas públicas para tal segmento. Esse consenso fica claro quando todos os interlocutores por mim entrevistados, além de outros que apenas conversei informalmente, fizeram afirmativas no sentido de enaltecer o que está prescrito nesta Lei³¹, além do vocabulário utilizado corresponder ao que a Lei institui.

O *campo* composto pelas instituições que atuam junto a crianças e adolescentes passou, portanto, por diversas transformações, modificando representações e práticas sociais sobre essa população. Conforme mencionamos, baseados em Pinheiro (2006), pelos menos quatro representações formam os pilares da percepção desse grupo social: a) criança e adolescente como objeto de proteção; b) criança e adolescente como objeto de controle e disciplinamento social; c) a criança e o adolescente como objeto de repressão social e d) crianças e adolescentes como sujeitos de direitos.

Tendo esta última, conforme já dito, se consolidado a partir dos anos 1990, provocando uma nova configuração no *campo*, não no sentido de eliminação das outras representações (como se viu, elas ainda estão presentes nas práticas cotidianas), mas na perspectiva de instauração de novas práticas e, inclusive, de um novo vocabulário, como também ressaltamos:

A partir dos anos 1990, instaurou-se uma disputa no campo quanto à disseminação do novo léxico, formalizado no Estatuto. A princípio, a adoção desse léxico restringia-se aos movimentos sociais e às organizações deles originadas, servindo-lhes como fonte de identidade e marcando sua posição em relação aos demais atores dentro do campo. O uso do mesmo léxico por outros atores, sob a alegação de que está formalizado na lei, é uma das disputas que travaram (e ainda travam) as organizações da sociedade civil originadas dos movimentos de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Para quem não pertence ao campo, causa estranhamento a excessiva preocupação e o grande controle exercido por elas quanto ao que pode e o que não pode ser dito sobre crianças e adolescentes pobres. A utilização do termo “menor”, por exemplo, é proibida aos iniciados e caracteriza os outsiders, isto é, aqueles que não pertencem ao campo, e os recém-chegados, que não entendem ainda seu significado. O uso reiterado do termo por iniciados pode lançá-los à condição de “menoristas”, expressão de desprestígio porque associada ao legado dos discursos e práticas tutelares do século XX. Outro exemplo é o uso da expressão “delinquência juvenil”. Apesar de ser usada na literatura internacional, inclusive como denominação do fenômeno social de envolvimento de jovens com atos ilícitos, seu emprego no campo é vedado por ser considerado uma postura “menorista”, dada sua proximidade com a expressão “menor delinquente”. Há também a substituição de termos e expressões, tais como os “abandonados e carentes”, que passaram a ser “crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social”. Já os “menores infratores” passaram a ser denominados principalmente como “adolescentes em conflito com a lei”, embora a expressão “adolescentes autores de ato infracional” seja também aceita. (PAULA, 2011, p. 127).

³¹ Como pode ser visualizado nos capítulos subsequentes.

2.2 A Igreja Católica e as “questões sociais”

Já mencionamos, brevemente, no tópico anterior, algumas facetas da intervenção da Igreja Católica em questões relacionadas às crianças e aos adolescentes³². Entretanto, é importante perceber a gênese dessa atuação, em especial, ao que concerne à interferência nos chamados “assuntos mundanos”.

A Igreja Católica desde sua fundação teve forte influência no direcionamento da vida social, econômica e política em grande parte do mundo, em especial, no chamado ocidente. No entanto, deve-se considerar que cerca de dois mil anos de história não devem ser compreendidos, pelo menos à luz da Sociologia, como uma história linear e de versão única:

A Igreja Católica não é um bloco monolítico plenamente harmonioso. Na Igreja existem disputas político-ideológicas pelo poder que a fazem ser uma instituição diversa e adversa. Todavia, há um discurso institucional preponderante que deve ser considerado, mas sempre em confronto com outras versões provenientes de diversos setores que a compõem. (FORTE, 2008, p. 14).

Max Weber divide historicamente, a partir dos *tipos ideais*, a religiosidade em dois modelos ascéticos: um de rejeição *do mundo temporal* ou *secular* com o objetivo de conexão com os deuses e o sagrado, sendo necessária uma separação das distrações da vida terrena; e outro modelo orientado para a ação no *mundo temporal* ou *intramundano*, no qual se torna imperativa a convivência com as questões terrenas, porém dentro de uma conduta exemplar e missionária de transformação de mundo dentro dos ideais professados. (WEBER, 2004).

Entretanto, a Igreja Católica, antes da sistematização sociológica, já demarcava de modo preciso essa separação entre as “coisas o mundo” e as “coisas divinas”, conforme aponta Miranda (2010, p. 121):

[...] os documentos institucionais católicos utilizavam o termo mundo sempre que a intenção era demarcar o temporal e o espiritual, mantendo-se a Igreja Católica, assim, fiel à síntese filosófico-teológica medieval, resultante do trabalho de Aristóteles e Tomás de Aquino, que separava essas duas realidades, localizando na segunda sua ação e interesses específicos. Através de documentos pautados nas releituras conciliares, aos seus seguidores era lembrado que estavam no mundo de passagem, preparando-se, na verdade, para a glória eterna, no além. Essa salvação incumbia à Igreja, representada, sobretudo para seus dirigentes, como uma sociedade perfeita que se defendia de um mundo hostil.

³² Como se viu na primeira parte deste capítulo a Igreja Católica teve uma participação fundamental no processo de colonização no Brasil e atuou diretamente com as crianças indígenas. Além disso, teve grande importância as práticas assistenciais através das Santas Casas de Misericórdia, bem como a chamada Roda dos Expostos. Iniciadas no Período Colonial, tais práticas perduram até hoje com novas configurações.

Esse modelo de “rejeição do mundo” predominou hegemonicamente no catolicismo por muito tempo, tendo a divisão entre as concepções *extramundana* e *intramundana* apontada por Weber mostrando-se de modo mais evidente a partir da influência das transformações econômicas, jurídicas, sociais, políticas, científicas e religiosas ocorridas nos séculos XVIII e XIX na Europa, ensejando que a Igreja interferisse sobre aspectos da “vida mundana” em virtude das grandes mudanças sociais então em voga.

Um dos documentos oficiais advindo do Vaticano mais marcantes, cuja ressonância produzida perdura até os dias atuais, é a Carta Encíclica *Rerum Novarum*, datada de 1891, do papa Leão XIII, que trata sobre a Condição dos Operários. Nesta Carta, a autoridade máxima da Igreja Católica à época aponta a posição da Igreja frente à crescente desigualdade e exploração propiciada pelo capitalismo, bem como refuta a saída socialista para o problema, propondo uma solução cristã. O referido papa justifica sua iniciativa da seguinte maneira:

Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre operários e patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (XIII, 2005, p. 09).

Essa interferência em assunto secular indica a necessidade da Igreja Católica em se afirmar politicamente frente ao Estado, às classes sociais e às ideias marxistas, bem como “trata-se uma versão da atuação evangelizadora [...], que se insere na base material da sociedade, com propósito de combater a ‘pobreza’ e a ‘exclusão social’.” (FORTE, 2008, p. 14). Disso decorre a definição, nesse período, do posicionamento da Igreja em relação à denominada “questão social”:

É com toda a confiança que nós abordamos este assunto, e em toda a plenitude do nosso direito; porque a questão de que se trata é de tal natureza, que, não se apelando para a religião e para a Igreja, é impossível encontrar-lhe uma solução eficaz. Ora, como é principalmente a nós que estão confiadas a salvaguarda da religião e a dispensação do que é do domínio da Igreja, calarmo-nos seria, aos olhos de todos, trair o nosso dever. Certamente uma questão desta gravidade demanda ainda de outros a sua parte de atividade e de esforços: isto é, dos governantes, dos senhores e dos ricos, e dos próprios operários, de cuja sorte se trata. Mas, o que nós afirmamos sem hesitação, é a inanidade da sua ação fora da Igreja. É a Igreja, efetivamente, que haure no Evangelho doutrinas capazes ou de pôr termo ao conflito ou ao menos de o suavizar, expurgando-o de tudo o que ele tenha de severo e áspero; a Igreja, que se não contenta em esclarecer o espírito de seus ensinamentos, mas também se esforça em regular, de acordo com eles a vida e os costumes de cada um; a Igreja, que, por uma multidão de instituições eminentemente benéficas, tende a melhorar a sorte das classes pobres; a Igreja, que quer e deseja ardentemente que todas as classes empreguem em comum os seus conhecimentos e as suas forças para dar à questão operária a melhor solução possível; a Igreja, enfim, que julga que as

leis e a autoridade pública devem sem dúvida, com medida e com prudência, prestar seu concurso para esta solução. (XIII, 2005, p. 19).

Outro marco histórico que afetou fortemente a atuação da Igreja no chamado “mundo dos homens” foi a realização do Concílio Vaticano II durante o papado de João XXIII, anunciado em 1959 e iniciado em 1962. Foi nesse período que houve a inserção de novas concepções e práticas da Igreja, com maior participação dos fiéis leigos, propiciando significativas mudanças na sua relação com o denominado *mundo*:

Nos anos 60 do século XX, na esteira de práticas pastorais renovadas e de concepções teológicas originais, surgidas principalmente em ambientes católicos fora da Europa, o Concílio Vaticano II não somente veio oferecer as condições necessárias ao florescimento dessas iniciativas, como deu origem a documentos papais que buscavam reinterpretar a relação entre a Igreja e o mundo. [...] Nesses documentos, frutos do Vaticano II, os clérigos são aconselhados a admitir e incentivar as iniciativas leigas, reservando-se à autoridade religiosa, porém, a tomada de decisão em assuntos espirituais. (MIRANDA, 2010, p. 121).

Dentro desse contexto, em 1961 foi publicada a Carta Encíclica *Mater Et Magistra*, cujo tema tratado é a “evolução da questão social à luz da doutrina cristã” (XXIII, 2004). Nesse documento, busca-se atualizar e ampliar a Encíclica *Rerum Novarum*, mencionada acima:

Documento verdadeiramente insigne desta doutrina e desta ação desenvolvida pela Igreja ao longo dos séculos, deve considerar-se a imortal encíclica *Rerum Novarum*, que o nosso predecessor de feliz memória, Leão XIII, há 70 anos promulgou para formular os princípios que haviam de resolver cristãmente a questão operária. (...) Foi aberto um caminho novo à ação da Igreja. O Pastor supremo, fazendo próprios os sofrimentos, as queixas e as aspirações dos humildes e dos oprimidos, uma vez mais se ergueu como defensor dos seus direitos. (...) Tudo isso mostra como os sólidos princípios, as diretrizes históricas e as paternais advertências contidas na magistral encíclica do nosso predecessor conservam ainda hoje o seu valor e **sugerem, mesmo, critérios novos e vitais, para os homens poderem avaliar o conteúdo e as proporções da questão social, tal como hoje se apresenta, e decidir-se a assumir as responsabilidades daí resultantes.** (XXIII, 2004, p. 5-6, grifo nosso).

Duas importantes indicações, para a Igreja e seus fiéis, podem ser depreendidas dessas palavras: primeiro sugere a necessidade de reavaliar, dentro do novo contexto, em que consiste a chamada “questão social” e, segundo, destaca a responsabilidade dos cristãos católicos no tocante à referida questão e as suas consequências.

A “questão social”, portanto, irá receber nova definição, agora tem-se a preocupação voltada não somente para a condição dos trabalhadores, mas também para com as populações pobres, ressaltando-se a necessidade de equidade a partir de relações institucionais no plano local e mundial, conforme se observa no trecho abaixo:

O avanço da História faz ressaltar cada vez mais as exigências da justiça e da equidade que não intervêm apenas nas relações entre operários e empresas ou direção destas, mas dizem também respeito às relações entre os diversos setores econômicos, entre zonas economicamente desenvolvidas e zonas economicamente menos desenvolvidas dentro da economia nacional, e, no plano, mundial, às relações entre países desigualmente desenvolvidos em matéria econômica e social. (XXIII, 2004, p. 40).

A indicação de atuação da Igreja sofrerá mudanças significativas, pois apela aos cristãos católicos a necessidade de se preocuparem com a questão social, em especial, com a condição dos mais necessitados:

É bem claro que o dever, sempre proclamado pela Igreja, de ajudar quem se debate com a indignação e a miséria, devem-no sentir mais intensamente os católicos, pelo motivo nobilíssimo de serem membros do corpo místico de Cristo. (XXIII, 2004, p. 52).

De tudo o que acima brevemente expusemos, seria erro deduzir que os nossos filhos, sobretudo do laicato, hajam de considerar prudente diminuir a sua obrigação cristã para com o mundo; pelo contrário, devem renová-la e robustecê-la. (XXIII, 2004, p. 78).

Essas mudanças refletem uma série de debates acerca do posicionamento dos cristãos católicos sobre a condição dos trabalhadores, a pobreza, a fome, exclusão social etc. Um desses expoentes foi o padre francês Louis Joseph Lebret que desde a década de 1940 criticava as desigualdades provocadas pelo desenvolvimento capitalista, bem como recusava a alternativa socialista, advogando a emergência de uma nova civilização pautada nos valores do cristianismo. Lebret buscou articular-se tanto fora da Igreja Católica, quando, por exemplo, fez parte da Organização das Nações Unidas, quanto dentro dessa Igreja quando teve participação do Concílio Vaticano II, liderado pelo papa João XXIII:

Na esfera da Igreja Católica, em 1941, na França, padre Louis Joseph Lebret e François Perroux criaram o movimento chamado Economia e humanismo objetivando articular as esferas culturais, econômicas e a lição cristã católica para dar início a um processo educativo visando ao fomento de formas associativas de trabalho e produção, dentre outras ações voltadas para os países pobres. Em 1953, Lebret fez parte da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (ONU-FAO). Nesse ano lançou uma *nova ética do desenvolvimento*. Lebret foi contemporâneo do Papa João XXIII, e também atuou no Concílio Vaticano II. O padre Lebret (1960) fez uma crítica moral ao desenvolvimento capitalista. Ele acreditava que o ponto crucial das tragédias mundiais como as guerras, a superconcentração de alimentos, capital, tecnologia, medicamentos, bens produzidos pelo sistema capitalista no mundo inteiro, etc., bem como os altos índices de analfabetismo nos países subdesenvolvidos, foram criações da avareza, do egoísmo e do individualismo. Segundo Lebret (1960), países ricos, a exemplo dos Estados Unidos da América (EUA) – que ascendeu econômica, política e militarmente a partir do período pós-Segunda Guerra Mundial – foram tomados pela força da avareza por terem recusado os valores advindos do cristianismo. Nesse contexto, Lebret (1960) propõe a abdicação do comunismo e do capitalismo com a finalidade de levantar uma “nova civilização”, igualitária, fraterna e justa, pautada na retomada dos valores do cristianismo. (FORTE, 2008, p. 24).

Todos os movimentos ocorridos, principalmente, entre as décadas dos anos 1940 e 1960 influenciaram sobremaneira diversos setores da Igreja Católica em variados lugares do mundo para o engajamento no denominado “mundo dos homens”. O movimento do padre Lebrecht, por exemplo, teve ressonância em muitos lugares e contribuiu para a compreensão dos modos pelos quais a Igreja Católica estava imiscuindo-se na vida cotidiana das pessoas, não somente por meio do campo religioso, mas também através da vida social e econômica:

O trabalho de Padre Lebrecht e o movimento *Economia e humanismo* são relevantes para o entendimento das formas utilizadas por setores da Igreja Católica para inserir-se no campo econômico. O referido movimento mostra como personalidades da Igreja [...] passaram a criar organismos para agir como uma agência econômica no fomento do associativismo visando ao combate à pobreza. (FORTE, 2008, p. 27).

É importante ressaltar que as mudanças ocorridas no discurso oficial da Igreja Católica têm a ver com as mudanças históricas em determinados contextos, bem como com as novas atuações de setores da própria Igreja acirrando, assim, as disputas político-ideológicas.

No âmbito da Igreja Católica na América Latina, ressalta-se a realização, em 1955, na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso Eucarístico Internacional, no qual ocorreu a primeira Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano:

A Conferência, em si, foi um sintoma de que se começava a tomar consciência de um problema específico, colocado pelo maior continente católico: uma espécie de gigante com pés de barro, em que a Igreja, implantada desde a origem, não conseguia ser mais do que um quadro formal, um exército sem soldados, uma organização sem povo. (CATÃO, 1986, p. 54).

Outro marco da Igreja latino-americana que aconteceu treze anos mais tarde, em Medellín na Colômbia, foi a segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Já com um maior desenvolvimento e articulação de práticas políticas, uma produção teórica dos clérigos ligados à teologia da libertação e balizados pela eclesiologia do Concílio Vaticano II, é que a Igreja Católica presente na América Latina, de fato, estabelece uma transformação nos seus direcionamentos: “em 1968, os bispos constatarem o apelo do mundo, dominado pela injustiça e violentado pela exploração, e se engajam na luta pela libertação dos pobres e dos oprimidos”. (CATÃO, 1986, p. 57).

No ano de 1979, em Puebla no México, ocorre a terceira Conferência. Nessa existiu uma tentativa de síntese, uma vez que houve um conflito flagrante entre as tendências conservadoras e libertárias da Igreja Católica:

O CELAM [Conselho de Bispos Latino-Americanos] órgão organizador da conferência, proibiu os teólogos de participar da conferência. Apesar disso, eles estiveram presentes na cidade de Puebla e, graças a mediação de alguns bispos,

exerceram uma forte influência nos debates. A solução conciliatória resultante foi resumida na agora famosa fórmula ‘opção preferencial pelos pobres’ – uma frase ampla o bastante para permitir que cada corrente a interprete de acordo com suas próprias tendências. (LÖWY, 2000, p. 81).

Nos anos 1980, há uma forte influência do cristianismo da libertação na sociedade, bem como dentro da Igreja Católica na América Latina, porém existem manifestações contrárias advindas de Roma, tal como a publicação, em 1984, de “uma *Instrução sobre alguns aspectos da ‘teologia da libertação’* assinada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé (dirigida pelo Cardeal Ratzinger) acusando a teologia da libertação de ser um novo tipo de heresia baseada na utilização de conceitos marxistas”. (LÖWY, 2000, p. 81-82).

Há fortes reações por parte dos agentes ligados ao cristianismo da libertação, o Vaticano tenta mediar com publicações referentes ao tema sem o tom acusatório, porém, tratando os conceitos em seus aspectos mais espirituais e retirando-lhes os aspectos sociais.

Na década de 1990, a ofensiva de Roma contra os teólogos e os clérigos vinculados à teologia da libertação é mais forte. A Conferência dos Bispos latino-americanos, em 1992, ocorrida na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana, “foi destinada, pelo Vaticano, para tornar-se uma espécie de marco histórico na orientação teológica e pastoral da Igreja continental, afastando-a da tradição de Medellín e Puebla na direção de um realinhamento com Roma”. (LÖWY, 2000, p. 218).

É nesse contexto que a Igreja Católica Latino-americana e, por conseguinte, a brasileira sofrem influência de novas práticas políticas e pragmáticas na sociedade, bem como, em alguns momentos, pôde influenciá-las, indo além do campo estritamente religioso.

2.3 Cristianismo e libertação: a Igreja Católica e a “questões sociais” no Brasil

Como já relatamos, a presença da Igreja Católica no Brasil, assim como em toda América Latina, ocorreu desde o início do processo de colonização. Segundo Catão (1986, p. 44), um “traço marcante do catolicismo, na breve história latino-americana, é ter sido desde o início, a religião oficial dos reinos da Espanha e de Portugal. Num certo sentido, a América Latina nunca foi evangelizada: foi conquistada para o catolicismo”.

As práticas educacionais e assistenciais realizadas pela Igreja Católica voltadas para as populações pobres, especificamente, para crianças e adolescentes, assim como a sua ligação com o Estado durante o período de colonização e na época do Império foram retratadas na primeira parte deste capítulo. Portanto, nesta seção serão abordados os novos

conceitos e as novas práticas políticas e sociais adotadas pela Igreja Católica no Brasil a partir dos séculos XIX e XX.

A influência anglo-saxônica, racionalista, da ciência política (em especial, norte-americana) sobre parte da produção brasileira nas ciências sociais dificulta o aprofundamento da análise do sentimento religioso sobre as práticas políticas brasileiras. Nesta vertente existe uma tendência de se excluir, quase que como princípio moralista, a religião e a fé como expressões políticas. Quando se aceita esta possibilidade analítica, é comum desqualificar como expressão social relevante. Assim, política e religião, ou política e fé deveriam, como princípio racional, estar divorciadas como práticas sociais. (RICCI, 2006, p. 01).

Apesar de certa dificuldade em legitimar a força das práticas políticas vinculadas à religião, o Brasil no contexto Latino Americano, foi o país em que uma nova corrente dentro da Igreja Católica denominada inicialmente como “esquerda cristã” surgiu e obteve maior impacto:

Uma das [causas] mais importantes, porém, é, nossa opinião, a ligação privilegiada entre a Igreja Católica francesa e a brasileira. Ao passo que no restante da América Latina as igrejas locais dependiam da igreja espanhola e italiana, a do Brasil, que não pôde receber ajuda suficiente de Portugal, ligou-se progressivamente, a partir do século XIX, à igreja francesa. (LÖWY, 2000, p. 231).

Ainda de acordo com Löwy (2000, p. 231) “desde o final do século XIX a França é um país onde se desenvolve, dentro do catolicismo, uma corrente crítica, anticapitalista [...]”. Conforme já citamos, o Concílio Vaticano II, realizado em 1962, foi um grande marco para a atuação da Igreja Católica, nele várias correntes teológicas francesas que estavam em grande efervescência na década de 1950 se fizeram presente na ocasião, como “os padres operários ou a ‘Economia e Humanismo’”. (LÖWY, 2000, p. 231).

Inclusive, o movimento Economia e Humanismo e seu fundador, o padre Lebet, citados anteriormente, e também outros teóricos como Mounier tiveram forte influência sobre o meio católico brasileiro. Vários trabalhos resultantes de pesquisas desenvolvidas por Lebet foram traduzidos para o português e publicados, sobretudo, pela editora brasileira de dominicanos chamada Duas Cidades. O próprio Lebet esteve no Brasil pela primeira vez em 1947 para ministrar um curso, na Escola de Sociologia e Política de São Paulo, intitulado “A introdução à economia humana”. (LÖWY, 2000, p. 233-234)

Ressalta-se também que o Brasil chegou a possuir uma filial do movimento “Economia e Humanismo” na cidade de São Paulo, criada em 1948, cujo nome era “Sociedade para a Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais” (SAGMACS), que organizou várias pesquisas socioeconômicas de campo em 1952, 1955,

1957 e 1959. “Esta filial do Economia e Humanismo foi um dos principais pontos para a entrada do ‘terceiro-mundismo católico’ de Lebret no Brasil. (LÖWY, 2000, p. 233-234).

Influenciados por essas correntes teóricas cristãs (principalmente francesas) e não cristãs (marxismo), pelas transformações ocorridas dentro da Igreja Católica, no contexto latino-americano e brasileiro, a Juventude Universitária Católica, na década de 1950, é considerada “a vanguarda da mudança da Igreja e da cultura cristã no Brasil e, de certo modo, a precursora do que seria a teologia da libertação”. (LÖWY, 2000, p. 245). No fim dessa década e início dos anos 1960, a tensão entre a JUC e o poder central da Igreja Católica se agravam e grande parte dos dirigentes³³ e militantes decidem abandonar a organização para fundarem uma nova, denominada de Ação Popular (AP). (LÖWY, 2000, p. 248).

Outra instituição que marcou a atuação da Igreja Católica no Brasil foi a Confederação dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, tornou-se sua maior expressão no País. A CNBB teve como seu grande impulsionador o clérigo cearense Dom Helder Câmara³⁴, “o bispo dos pobres”, ex-bispo do Rio de Janeiro.

Ainda na década de 1950, Câmara, como bispo auxiliar do Rio de Janeiro, é um dos organizadores do Congresso Eucarístico Internacional ocorrido na cidade fluminense em 1955. “É desse ano que data aquilo que ele chama de sua ‘conversão aos pobres’.” (LÖWY, 2000, p. 248).

A partir desse momento, Dom Helder Câmara engaja-se em lutas por melhores condições para os moradores das favelas cariocas, que ele chamou de “cruzada São Sebastião”, e pela reforma agrária. Há uma relação entre o movimento Economia e humanismo e Dom Hélder Câmara, que considerava o padre Lebret como um profeta (LÖWY, 2000, p. 235). “Seu quadro de pensamento é o de uma “teologia do desenvolvimento”, fortemente marcada pelas idéias de Lebret”. (LÖWY, 2000, p. 250).

Ainda de acordo com Löwy (2000, p. 251) é inegável a influência de Câmara sobre um setor da Igreja Católica brasileira quando foi secretário da CNBB e assistente geral

³³ Alguns dos expoentes eram: Aldo Arantes, Vinícius Caldera Brandt, Herbert José de Sousa, o “betinho”. (LÖWY, 2000, p. 248).

³⁴ Nascido em Fortaleza-CE, em 1909, Dom Hélder Câmara recebeu no seminário uma educação tradicionalista marcada pela cultura religiosa da Contra-reforma. Ao longo de sua vida, passou do conservadorismo do movimento integralista, uma versão brasileira do fascismo, inspirada pelo corporativismo reacionário – e fortemente sustentada pela Igreja Católica – do regime português de Salazar, ao apoio aos trabalhadores e ao combate à pobreza, tecendo críticas à concentração de riquezas fomentada pelo sistema socioeconômico capitalista. Na década de 70, Câmara foi considerado como o bispo mais célebre do mundo. A partir desse ano, o clérigo foi o símbolo internacionalmente conhecido do comprometimento social da Igreja Católica brasileira e de sua postura contrária ao regime dos militares. (LÖWY, 2000, p. 249-253).

da Ação Católica (AC), tendo inclusive documentos oficiais assinados por vários bispos nos quais se reconhece sua inspiração e o seu estilo.

Na década de 1970, Dom Hélder Câmara denunciou publicamente as práticas de tortura realizadas sistematicamente pela ditadura contra os presos políticos. Nessa mesma década, se distancia da perspectiva desenvolvimentista e “se aproxima da teologia da libertação e inspira alguns dos documentos mais radicais de certos grupos de bispos brasileiros, que denunciam o modelo capitalista de desenvolvimento promovido pela ditadura militar brasileira”. (LÖWY, 2000, p. 253).

A partir dos anos 1970, todos esses movimentos e influências dentro e fora da Igreja Católica vão culminar com a formação da chamada *Teologia da Libertação*, uma vez que a maior parte dos estudiosos afirma que essa teologia partiu dessas práticas precedentes:

Se a teologia da libertação é, como afirmam seus autores, uma reflexão a partir de uma prática prévia, essa prática foi, no Brasil, a dos militantes cristãos da JUC, da JOC e da Ação Popular, bem como, mais tarde, das comunidades de base. Uma prática que se defrontou, a partir de 1964, com o regime militar, que exercerá uma repressão impiedosa contra cristãos comprometidos. (LÖWY, 2000, p. 254).

Cabe ressaltar aqui uma linha tênue entre “continuidade” e “ruptura” no que se refere à teologia da libertação e à “esquerda cristã” dos anos de 1950 e 1960 – influenciada pelo pensamento católico francês. Esses movimentos, citados anteriormente, possuíam uma tendência para o rompimento com a Igreja Católica, ao passo que “a teologia da libertação e as comunidades de base têm a ambição de mudar a Igreja”. (LÖWY, 2000, p. 254-255).

A teologia da libertação se popularizou na segunda metade dos anos 1970, nesse período existia um forte engajamento de diversos setores para a redemocratização do País.

(...) muitos bispos e agentes pastorais lideraram um fecundo processo de articulação de núcleos católicos de resistência política, organização de comissões pastorais temáticas sob a guarda da CNBB e ação política missionária para organização e articulação de movimentos populares (vários teólogos da libertação empregaram este conceito de movimento popular que agregava todas manifestações de organização de segmentos sociais subalternos, de sindicatos a movimentos sociais). (RICCI, 2006, p. 02).

A teologia da libertação impulsionou, principalmente, até o final dos anos 1980 – período da redemocratização no Brasil – a criação de diversas organizações populares, “do MST às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), passando pelas pastorais sociais engajadas no enfrentamento político”. (RICCI, 2006, p. 03). É nesse contexto que a Pastoral do Menor é criada, em 1977, conforme pode ser visto na seção 3 desta dissertação.

A partir dos anos 1990, a teologia da libertação, bem como a atuação política de setores engajados da Igreja Católica brasileira e na América Latina irão sofrer transformações políticas dentro e fora da Igreja, tendo em vista o novo contexto político do mundo, do País e da própria Igreja Católica.

É inegável que fatores como a “contra-ofensiva conservadora do Vaticano, o crescimento extraordinário das igrejas evangélicas e o ‘fim do socialismo’ no leste europeu” (LÖWY, 2000, p. 203), o fim da ditadura militar no Brasil e, ainda, a emergência do discurso carismático com “os rituais festivos, espetaculares, movidos à adrenalina” (RICCI, 2006, p. 04), trouxeram uma nova configuração para ação desses agentes políticos.

Existem, entre os teóricos, divergências quanto à atuação desses agentes nesse momento histórico e em relação ao seu futuro. Para alguns, a tendência é o distanciamento cada vez maior de suas “bases” até o seu fim, para outros, esse é um prognóstico um tanto apressado.

Uma dessas análises aponta a perda de expressão da teologia da libertação e sua capacidade hegemônica, a partir da década de 1990, pelas escolhas feitas pelo próprio movimento. Segundo Ricci (2006, p. 04):

A teologia da libertação se afastou da lógica popular e se aproximou de uma cultura acadêmica, politicamente formal. As organizações filiadas a este pensamento se transformaram em lugares de iniciados na lógica da disputa política, utilizando um jargão muito específico. Distanciou-se da lógica da rua, embora estivesse lá presente. Mas o magnetismo da fé e a crença no *anúncio* da utopia não prometida deixaram de motivar ou motivaram um público cada vez mais diminuto.

Em seu livro intitulado *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*, Löwy (2000, p. 204) afirma que “embora o declínio do movimento seja uma possibilidade clara, o prognóstico de morte é, no mínimo, demasiado apressado”.

Para embasar sua interpretação, Löwy aponta, pelo menos, três variáveis, quais sejam: a) a teologia da libertação como um movimento com uma produção intelectual articulada; b) como movimento social que é influenciado e interfere na vida social da população; c) a relação da teologia da libertação com poder central da Igreja Católica.

Em relação ao primeiro item, explica-se que “como movimento cultural e um corpo de pensadores engajados, a teologia da libertação está viva e indo muito bem. Nenhum de seus teólogos importantes na América Latina renegou suas idéias anteriores ou aceitou a crítica que Roma fez dessas idéias.” (LÖWY, 2000, p. 205).

No que concerne a segunda variável, o autor questiona a capacidade de diálogo, influência e mobilização da teologia da libertação em relação aos diversos setores da

sociedade: “até que ponto ela ainda tem uma influência ampla e até que ponto o cristianismo da libertação ainda existe como um movimento social, capaz de mobilizar setores significativos da população?” (LÖWY, 2000, p. 206).

A grande dificuldade, entretanto, está no terceiro fator, pois nesse período, o conflito se acirrou entre o Vaticano e os teólogos e clérigos vinculados à teologia da libertação:

O desafio mais importante para o cristianismo da libertação é a ofensiva neoconservadora de Roma, na América Latina. Não há dúvida de que essa ofensiva é parte de um processo universal de ‘restauração’ na Igreja Católica, que conduz a uma centralização cada vez mais autoritária do poder, à marginalização ou a exclusão de dissidentes e a ênfase doutrinal na tradição – sobretudo na área de moralidade sexual: divórcio, preservativos, aborto. (LÖWY, 2000, p. 216).

A substituição de bispos ligados aos movimentos de libertação na América Latina, incluindo o Brasil, por padres vinculados a setores conservadores tem sido uma das principais estratégias do poder central da Igreja Católica:

A arma decisiva nas mãos do Vaticano contra os “desvios” doutrinários e agentes pastorais ‘excessivamente políticos’ é a nomeação de bispos conservadores, conhecidos por sua franca hostilidade à teologia da libertação. Vários desses bispos são membros do *Opus Dei*³⁵. (LÖWY, 2000, p. 216).

O Vaticano nomeou dezoito padres do *Opus Dei* como bispos em países da América Latina. O poder central da Igreja Católica tem agido contra os clérigos e teólogos partidários da libertação que ou são expulsos de suas ordens religiosas ou são tão controlados que preferem deixar a ordem voluntariamente³⁶. Em contrapartida, dá total apoio às correntes conservadoras na Igreja latino americana: não só *Opus Dei*, que é principalmente uma rede elitista e meio secreta, mas também aos movimentos de massa como o Focolari e, mais que tudo, o chamado de “Renovação Carismática Católica”³⁷. (LÖWY, 2000, p. 216-217).

Percebe-se que a atuação da Igreja Católica no chamado “mundo dos homens” na América Latina e especialmente no Brasil tem sido marcada por diversas frentes, nas quais surgem também diferentes conflitos. Estes vão desde interpretações sobre o discurso oficial da

³⁵“Movimento arqui-reacionário fundado em 1928 pelo padre espanhol Escriba de Balaguer (recentemente beatificado por Roma), e conhecido por suas amplas conexões capitalistas e sua forte participação no regime de Franco depois da guerra.” (LÖWY, 2000, p. 216).

³⁶ “Um poderoso (quatro milhões de membros no Brasil) movimento de religiosidade emocional, sem nenhum compromisso social, que prega obediência total à autoridade de Roma e cujos rituais têm uma forte semelhança com os das Igrejas evangélicas: cantos, danças, expressão de sentimentos, curas pela fé, orações públicas em assembléias gigantescas.” (LÖWY, 2000, p. 217-218).

³⁷ “No tocante à busca de autonomia teológica, o brasileiro Leonardo Boff é, entre nós latino-americanos, um particular e importante exemplo de suas consequências, pois sua “releitura”, que distinguia a Igreja como carisma e como poder (Boff 1981), determinou a punição papal do franciscano com o silêncio obsequioso.” (MIRANDA, 2010, p. 122).

Igreja, passando pelo confronto político contra a ditadura militar e a luta pela libertação dos “pobres”, até a hostilidade por parte do Vaticano, gerando, portanto, tensões tanto dentro do *campo religioso*, como também no *campo político*.

2.4 Pastorais Sociais, Renovação Carismática e Hierarquia Eclesiástica: (di)visões da Igreja Católica no Ceará

“Marx sendo estudado no Shalom, imagine!
Ave Maria!³⁸”

(Integrante da Pastoral do Menor)

Durante o século XX e, principalmente, no começo do século XXI, pode-se apontar uma série de transformações no chamado fenômeno religioso. A separação da Igreja com o Estado propiciou uma profusão de manifestações antes recalcadas, bem como novos engendramentos religiosos, uma vez que a ideia de “laico” ou “laicismo” no Brasil, foi mais marcada pelo chamado pluralismo religioso do que pela recusa à religião.

No Brasil, a instauração de um Estado secular trouxe o termo e a ideia de “laico” para a experiência dos brasileiros, ao mesmo tempo em que criou as condições de institucionalização de inúmeras práticas, colocando-as no rol das religiões. A República brasileira associou, assim, laicismo e pluralismo religioso, muito mais do que laicismo e recusa da religião (como na França), ou laicismo e liberdade religiosa (como nos Estados Unidos). Como consequência, desde a separação oficial entre Igreja e Estado, a presença pública da religião neste país tem colocado instigantes desafios à análise, também, das práticas de convivência dos diferentes credos e de exercício da tolerância. E a centralidade do catolicismo — modelo em referência ao qual foram institucionalizadas aquelas práticas — permanece, tornando vãos os esforços de compreensão que a ignoram. A perspectiva histórica indica que a ambiguidade dos discursos e práticas da hierarquia católica e dos governantes do Brasil republicano marcam o laicismo brasileiro. (MIRANDA, 2010, p. 117).

O catolicismo, que ocupava e ainda ocupa posição central do campo religioso brasileiro, também sofreu inúmeros recortes ao longo do século XX, conforme tentamos expressar na seção anterior. Nesse contexto, o Ceará e, especificamente, a cidade Fortaleza aparecem como territórios emblemáticos da importância e da pluralidade do catolicismo, uma vez que a Cidade e a sua Região Metropolitana não se encaixam aos modelos de análise sobre aumento ou decréscimo de praticantes nos grandes centros urbanos do País:

³⁸ A epígrafe reproduz a reação de um agente da pastoral do menor quando relatei que no Shalom, comunidade da Renovação Carismática Católica, Marx era estudado em alguns de seus grupos. Depois da reação revelei que tais estudos se dão com objetivo de que o pensamento marxista (uma das bases teóricas do cristianismo da libertação) seja rejeitado, conforme contou-me um jovem participante da referida comunidade.

O Atlas da Filiação Religiosa e Indicadores Sociais no Brasil (Jacob 2003), embora não se detenha sobre as especificidades regionais ou locais do catolicismo brasileiro do final do séc. XX, destaca que a Região Metropolitana de Fortaleza foge aos modelos binário e ternário³⁹ estabelecidos com base na análise dos microdados do censo, apresentando uma estrutura intermediária e caracterizada pela significativa presença de católicos também no centro da Região Metropolitana. É possível ainda observar que, mesmo estando localizada no litoral, Fortaleza permanece fortemente católica, ao contrário de outras capitais, como Recife e Salvador. (MIRANDA, 2010, p. 118).

Desde a década de 1970 até meados dos anos 1990 práticas católicas geradas por influência do cristianismo da libertação marcaram fortemente diversas ações dos agentes laicos (com apoio e direcionamento de diversas lideranças religiosas da hierarquia católica), conforme insistimos anteriormente. No entanto, nas duas últimas décadas, de 1990 e 2000, presencia-se o crescimento vertiginoso de novas práticas do cristianismo católico no Brasil⁴⁰, destacadamente o movimento intitulado Renovação Carismática Católica – RCC, brevemente mencionado no tópico anterior.

Na capital cearense deste início de século é possível observar, ainda, outra característica no que concerne à esfera religiosa católica. A Renovação Carismática – em 2007 completou 30 anos no Brasil – e suas comunidades, aqui implantadas, servem de referência para o país. O movimento encontrou, em Fortaleza, as condições que a transformaram num dos mais importantes polos nacionais de irradiação das novas práticas do catolicismo. Somente a pioneira comunidade Shalom⁴¹, principal centro de formação de laicos, possui 55 casas distribuídas em 18 Estados brasileiros e 12 sedes em outros seis países. Sob a forma de comunidades de aliança e de vida (Miranda, 1999), essas instituições laicas carismáticas se diversificam e multiplicam, estendendo sua ação também aos grupos de oração que se reúnem em universidades, residências, hospitais e paróquias, entre outros locais da cidade. (MIRANDA, 2010, p. 120).

Essa ascensão da RCC no Brasil, em especial, no Ceará, trouxe uma nova dimensão na luta simbólica por reconhecimento e legitimidade nas práticas religiosas dentro do catolicismo, conforme pode-se observar na fala de uma integrante da Coordenação da

³⁹ No modelo ternário há forte presença de católicos no município central, redução na periferia próxima e aumento em direção à periferia mais distante. O modelo binário implica em menores percentuais de católicos no centro e maiores na periferia. (MIRANDA, 2010, p. 139).

⁴⁰ Não somente no Brasil, uma vez que essas novas práticas emergem em outros lugares no mundo, inclusive em países no qual o Catolicismo tradicional sempre teve forte predominância, como o caso de Portugal. Nesse país observa-se tais práticas através das ressignificações do fenômeno “Fátima” (a forma como a sua frequência e significação foram evoluindo nas últimas décadas) e a contribuição das comunidades migrantes e minorias étnicas (evangélicos e carismáticos brasileiros, profetismo africano, ortodoxos ucranianos, etc.). Costa (2006) acrescenta ainda novos elementos religiosos sobre os “novos movimentos eclesiais” em Portugal, focado na região de Braga, exemplifica esse conceito através do estudo de três grupos distintos: os carismáticos, os focolares e os neocatúmenais. (BLANE, 2007). Importante ressaltar também os diversos conflitos entre essas novas práticas e a hierarquia católica do referido país, principalmente em relação à RCC. (GABRIEL, 2009).

⁴¹ “Até bem pouco tempo a maior comunidade católica carismática do país era a Shalom, que só perde hoje, em estrutura e número de membros, para a paulista Canção Nova.” (MIRANDA, 2010, p. 140).

Pastoral Menor (âmbito Diocesano⁴²) ao responder a indagação sobre a relação da Pastoral do Menor com a hierarquia eclesial:

[...] a nível de Arquidiocese de Fortaleza existe uma organização que é das pastorais sociais. E as pastorais sociais se reúnem, a gente planeja junto e esses relatórios a gente encaminha pro arcebispo. O arcebispo tem conhecimento. Inclusive, ele recebeu o relatório do nosso planejamento estratégico. Ele recebeu o censo⁴³. Então, ele tem conhecimento enquanto pastor da Igreja, ele tem conhecimento das ações da Pastoral. E no nosso planejamento a gente encaminha pra Arquidiocese, o planejamento das ações. Então, eles têm conhecimento do que é a Pastoral. É uma forma deles acompanharem já que não podem [ou não querem⁴⁴] acompanhar de outra forma. Eles acompanham dessa forma: tomando conhecimento da nossa ação pastoral. Eles têm interesse, porque nós estamos no território da Arquidiocese de Fortaleza, o serviço é desenvolvido na Arquidiocese de Fortaleza. **E hoje, a nossa luta, ou insistência é que a nossa Igreja reconheça que somos um serviço da Igreja, que ela legitime a nossa ação enquanto todos esses atores que defendem os Direitos Humanos: Pastoral do Menor, Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Carcerária, Pastoral da Sobriedade, da Juventude. A gente tem feito esse exercício de dizer pra instituição, pra Igreja, para o pastor o que nós estamos fazendo, onde estamos fazendo, com quem estamos fazendo. Eles têm toda essa...** (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T, grifo nosso).

Essa fala demonstra forte demarcação das chamadas “pastorais sociais” dentro da Igreja Católica, quando enfatiza a sua organização e unidade, bem como a “luta” para que as mesmas tenham maior reconhecimento e legitimidade. O destaque dado no discurso para a disponibilização de informações sobre a atuação das pastorais sociais evidencia, além das “satisfações” devidas, a intenção de aproximar ou convencer a referida hierarquia sobre a importância do trabalho desenvolvido.

Outro integrante resume, de forma mais direta, qual é a percepção que esses agentes possuem sobre o peso das pastorais sociais em relação a outros setores da Igreja: “[...] hoje as pastorais sociais têm pouca importância pra estrutura clerical. Então, hoje é exatamente mais a Renovação Carismática, as Pastorais Sacramentais, a Pastoral do Dízimo, hoje o clero tem um o olhar mais próximo a isso.” (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

No âmbito da coordenação regional, o tom do discurso é mais ameno, porém demonstra um distanciamento da hierarquia católica ao que se refere às questões do organismo, como na resposta dada sobre a relação com os membros clericais: “bom, a gente

⁴² A divisão organizacional da Pastoral do Menor pode ser observada na seção 3 deste trabalho.

⁴³ O Censo referido trata de um estudo feito no ano de 2010 pela própria Pastoral do Menor junto aos seus Núcleos de Base, cujo um dos objetivos era “produzir um documento que caracterize a identidade Pastoral do Menor da Arquidiocese de Fortaleza.” (PASTORAL DO MENOR CEARÁ, s/d).

⁴⁴ Nesse momento da entrevista, a ressalva “ou não querem” foi proferida pela agente somente com o movimento dos lábios com intenção de que não fosse gravada, porém, ao mesmo tempo deixou evidente a manifestação de descontentamento com o apoio recebido pelos agentes clericais superiores da Igreja Católica.

tem um contato com... a gente passa para, no caso, o Bispo de referência dentro da regional, as atuações que a gente enquanto Pastoral do Menor e todas as ações de liberdade assistida comunitária.”. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

É possível perceber a hesitação no relato, pois a expressão “contato” é substituída pela “a gente passa para o Bispo” o que caracteriza certo distanciamento. Em seguida, a mesma prossegue afirmando que:

Eles sabem que tem esse serviço e que é uma linha de enfretamento mesmo de situações políticas e não uma linha mais... existem várias linhas dentro da Igreja: tem a linha carismática, tem a linha a linha ligada mais à teologia da libertação, tem uma linha mais conservadora. Então, são várias correntes dentro da Igreja. E eles sabem da opção da Pastoral do Menor por essa linha de atuação mais junto com a política direcionada para a criança e adolescente. De ser essa voz da Igreja. Olha, a Pastoral é a voz da Igreja em relação à criança e o adolescente. E eles sabem dessa existência. A gente tem contato, a gente participa dos momentos, encontros de pastorais sociais a Pastoral do Menor tá presente levando um pouco o que é o trabalho da Pastoral, como é que vem desenvolvendo e, também, contatos por *e-mail*, telefone. Sempre que precisa de uma coisa que seja mais direcionado com... que seja mais a nível de CNBB a gente recorre a Dom José e ele ajuda a Pastoral nesse processo. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

Mais uma vez é possível ver a demarcação em relação aos demais grupos do catolicismo, em especial aos carismáticos, em contraponto à proximidade com as demais pastorais sociais. Além disso, fica evidenciada a relação de cunho mais pragmático em relação aos religiosos da Arquidiocese, pois a forma de contato se dá mais pelos meios virtuais (*e-mail* e telefone) e ocorre, principalmente, quando se trata de algum assunto mais “institucional”, como algo ligado à CNBB. Não sendo dada, portanto, nenhuma ênfase a algum tipo de intervenção ou diálogo com esses membros da hierarquia sobre os processos cotidianos (religiosos ou políticos) dos trabalhos da Pastoral do Menor.

Essa demarcação também ocorre com outros setores da Igreja, principalmente o da Renovação Carismática, que assim como as experiências surgidas do contexto da Teologia da Libertação (como a Pastoral do Menor), também visam definir seu espaço dentro do próprio catolicismo, como revelou Miranda (2010, p. 132) através do depoimento de uma liderança Carismática:

Para os carismáticos, a religião é vista e experimentada como fundamento da vida humana. Não qualquer religião, mas “a verdadeira”, como ensina o magistério papal, isto é, o catolicismo. Não todo catolicismo, mas o que se revela no carisma da comunidade. Sim, porque dos católicos ligados ao cristianismo de libertação se diz: “... com todo respeito a eles, coitados,...eles realmente, como igreja, se preocupam muito mais com a promoção social da pessoa humana do que com o lado espiritual... talvez para eles o caminho seja promoção social e espírito, enquanto pr’a gente é

promoção social via espírito” (entrevista com uma liderança carismática, 1997). (MIRANDA, 2010, p. 132).

No que concerne à visão dos agentes da Pastoral do Menor acerca dos outros grupos dentro do catolicismo e as suas relações, é evidenciada a afinidade com as demais pastorais sociais e a reciprocidade discordante em relação à RCC, conforme se pode ver por meio do diálogo com um membro da Pastoral do Menor, no qual ele afirma que as relações são boas, mas não se consegue dialogar e nem construir ações em conjunto, que a atuação é legítima, mas não adota nenhuma:

Então, assim, se tem boas relações, mas não se consegue construir coisas juntas com os outros grupos por conta de talvez pela própria identidade em que os movimentos se construíram. Alguns movimentos com característica mais pentecostal, outros mais com a história de manutenção da paróquia, cada um com sua forma de construir igreja. Então, às vezes dessa forma não conseguem dialogar. Mas, assim, em se tratando de pastorais sociais hoje na arquidiocese de Fortaleza a gente tem uma ligação muito forte, tá muito boa. Faz quatro anos que a gente tá construindo uma articulação das pastorais, das CEBs e organismos da Igreja pra trabalhar algumas ações em conjunto pra tentar diminuir um pouco essa fragilidade: cada um faz uma coisa aqui outro acolá. Então, todo ano a gente tem uma assembleia, tem um planejamento conjunto. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Alberto: Isso dentro das pastorais. Agora, com outros setores é mais difícil?

É mais complicado. É mais difícil. Grupos como o da Renovação Carismática e tal, porque grupos como esse divergem de como as pastorais veem as coisas, pela própria característica mesmo. [...] Isso fica muito claro quando, por exemplo, na reunião com os bispos que é o CONSEB – o Conselho dos Bispos – tem que vir todo mundo das regiões, da regional toda que é o Ceará, aí a gente vê, assim, no agrupamento, no discurso, as pastorais sociais atacam um pouco, esses outros grupos já ficam mais amaciando os problemas que são colocados, mas eu acho que é válido. É a forma de cada grupo entender como é que se constrói a Igreja. [...] São legítimos. Eu acho que são legítimos. Eu não adoto nenhum deles porque não me identifico, mas eu acho que são legítimos dando sua contribuição. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Há um reconhecimento, com ressalvas, é verdade, de algumas ações de cunho social da RCC, especificamente, da comunidade Shalom. Isso também manifesta o ponto de vista oposto dos dois grupos católicos, pois segundo uma liderança da Pastoral do Menor, a forma que os carismáticos enxergam o tratamento do alcoolismo e da drogadição a partir da *conversão* religiosa diverge com a visão que eles têm dessa situação:

Acho que o Shalom, a Renovação Carismática em si, já vem dando alguns passos interessantes. Eles já começaram a construir alguns trabalhos sociais. Acho que dentro da perspectiva deles, de recuperação, assim como as igrejas evangélicas. Eu, particularmente, não acredito em nenhuma recuperação de drogadição, nem de alcoolismo só através da religião, nem que fosse só mesmo das CEBs, mas eu acho que tem que ter todo um outro aparato. Mas, assim, eu acho que eles já apresentarem algum indício de mudança, já tem alguns projetos sociais e tão trabalhando com essa população. Então, assim, o fato de eles reconhecerem a existência dessa população

eu acho que já é uma mudança dentro da Renovação Carismática. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Entre os integrantes da Pastoral do Menor que atuam no Programa Liberdade Assistida Comunitária – LAC, a relação com as questões de cunho religioso ou teológico aparece de forma mais distante, uma vez os agentes são chamados mais por uma formação técnica, do que por militância dentro dos movimentos sociais ligados a algum setor da Igreja.

Eu acho que o LAC, especificamente o LAC, acho que seja o programa que mais se distancie dessa questão cristã, sabe? Porque como ele é um programa e ele já tá instituído e ele já tem todo um método de funcionamento. A gente contrata funcionários, contrata profissionais que são pagos pra tarem executando. Não é voluntariado, que têm uns grupos da Pastoral do Menor que funcionam mais através do voluntariado⁴⁵. Aí sim, são pessoas mais vinculadas à Igreja. Mas no LAC não. A gente precisa contratar técnicos. (Integrante do LAC – J).

No entanto, a simpatia, afinidade ou adesão aos valores partilhados na Pastoral do Menor e a separação e distinção com os demais grupos em relação a outras vertentes católicas – com menos precisão que os agentes anteriormente citados –, mostra-se cadente, até mesmo para uma agente que diz não ser muito religiosa e que se preocupou com isso quando iniciou no Programa:

Esse movimento da Pastoral do Menor, ele atua muito assim na questão de toda uma crença, de um potencial transformador das pessoas. [...] Existe essa questão religiosa que eu acho, assim, a Pastoral tem uma coisa muito legal nessa questão da religiosidade que, por exemplo, eu não sou muito religiosa, inclusive, quando eu entrei aqui eu fiquei até com um pouco de preconceito: Ah, meu Deus será que lá o povo é muito envolvido com a Igreja? Porque eu não sou. Mas na Pastoral eu encontrei, assim, eu descobri, de certa forma, eu vi na prática, parte da Igreja que eu achei legal, que é essa questão do outro. Entendeu? É não desistir de uma pessoa, você não ter preconceito. (Integrante do LAC – J).

Essa distinção se evidencia quando a mesma integrante critica posturas de alguns padres logo após afirmar que sabe que na Igreja existem muitas pessoas hipócritas e preconceituosas, bem como quando alega que se alguém da RCC assumisse a coordenação da Pastoral do Menor, na sua opinião, haveria uma reconfiguração da atuação e, pela sua fala, é possível perceber que ela não compartilharia desse suposto novo modelo:

Agora eu sei que é só uma, algumas pessoas que são assim, tem muita gente na Igreja que é preconceituosa, que é hipócrita, que... né? Inclusive a gente questiona muito até alguns padres que entraram agora que a gente não gosta de algumas posturas, mas querendo ou não eu acho que a Pastoral do Menor, ela acabou

⁴⁵ Na Pastoral do Menor, como base nos dados da própria instituição referente ao ano de 2010, existem 384 indivíduos trabalhando em seus vários grupos. Destes, 130 são remunerados, enquanto 164 atuam como voluntários. Existem, ainda, 82 integrantes classificados como “qualificados” (Assistentes Sociais, Psicólogos, Pedagogos e outros) que não foi possível definir quantos eram voluntários ou remunerados.

surgindo como um movimento de Igreja e acabou tendo uma atuação muito grande aqui na cidade de Fortaleza e eu acho que em algumas cidades do Brasil também. Eu acho que, por exemplo, vamos supor que se a coordenação aqui da pastoral sair, a atual coordenação, e entrar uma pessoa que é da Renovação Carismática, eu acho que muda toda a configuração. Na realidade, tem uma geração aí da Igreja que é... acho que dessa Renovação Carismática que tá perdendo um pouco esse aspecto mais social, que é uma pena. Que eu acho bem legal esse aspecto mais social. (Integrante do LAC – J).

Enfim, apesar de surgirem em uma mesma época, no qual a Igreja Católica aumenta seu pluralismo através de iniciativas de seus membros leigos, tanto práticas vinculadas à Teologia da Libertação, como as Pastorais Sociais e Comunidades Eclesiais de Base, quanto às práticas da RCC possuem identidades, representações sociais sobre a religião e o “mundo” e uma organização extremamente próprias e, até, divergentes:

Entre os católicos brasileiros, hoje mais do que no início do século XX, há diferentes modos de crer e de praticar, expressos principalmente pela cultura religiosa republicana que deu origem ao cristianismo de libertação e à Renovação Carismática, se quisermos identificar somente os dois principais movimentos que se constituíram numa dialética de aproximação e distanciamento com os chamados catolicismos oficial e popular. Em cada um: lugares e iniciativas do laicato com um perfil próprio; formas de organização; ênfases em textos bíblicos específicos; cultos e imagens preferenciais; representações da religião e da sociedade, além de relações distintas com a hierarquia. O cenário é igualmente marcado pelas práticas de sujeitos religiosos que não entendem do mesmo modo a presença da religião na esfera pública. (MIRANDA, 2010, p. 118-119).

É nesse contexto, portanto, que está situada a Pastoral do Menor e o seu Programa Liberdade Assistida Comunitária na cidade de Fortaleza. É importante ressaltar, ainda, que as variadas práticas sociais da Pastoral do Menor e, inclusive do LAC, foram forjadas por influência dos movimentos ligados ao cristianismo da libertação nos anos 1970, portanto, com um viés missionário-religioso, mas também pelo campo de lutas pela hegemonia em relação às *representações sociais* de crianças e adolescentes, por conseguinte, no campo político-ideológico.

Ambas as situações dialogam, pois fazem parte do mesmo contexto histórico. Porém, a partir da década de 1990 e, principalmente, no início do século XXI, essa configuração irá se modificar tanto dentro da própria Igreja, como também haverá mudanças na relação com o poder público, entretanto, a Pastoral do Menor não deixou de construir suas práticas a partir desses dois campos.

3 ATUAÇÃO DA “IGREJA DOS HOMENS” NO CAMPO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

3.1 A Pastoral do Menor e a Liberdade Assistida Comunitária

A Pastoral do Menor foi criada em 1977 na cidade de São Paulo. Neste momento histórico, a atuação de parte da Igreja Católica vinculada à ação política e social está em plena efervescência no Brasil, suas práticas foram fortemente influenciadas por teólogos e clérigos ligados à teologia da libertação. Em outras palavras, a partir da década de 1970, se intensifica, no Brasil, os esforços de muitos setores⁴⁶ da sociedade pela redemocratização do País e pela garantia de direitos, principalmente, das populações mais pobres:

Como aponta Carvalho (2004), a partir de 1974, com o início do governo do general Ernesto Geisel, foram adotadas medidas que buscavam a abertura do regime, ao mesmo tempo em que se reorganizavam os movimentos de oposição. Na Igreja Católica, a teologia da libertação aproximava o trabalho religioso dos pobres, incluindo as populações marginalizadas das periferias urbanas, na busca de melhoria de suas condições sociais e também da ampliação de sua participação política. Para promover essa aproximação, os agentes da Igreja – padres, freiras e também leigos católicos e alguns protestantes –, estabeleciam pontes entre as antigas bases de educação popular, estabelecidas pelo Movimento de Educação de Base – MEB, originado em 1961 durante o governo de Jânio Quadros⁴⁷, e as novas pastorais que estavam sendo criadas.

Havia, portanto, uma associação entre as pastorais e as práticas de educação de base, entre a ação social da Igreja com foco nas comunidades pobres e a mobilização política dessas comunidades. Educação de base, ação social, comunidade e participação política eram elementos-chave da organização dos discursos e efetivação das práticas dessa resistência que tinha a Igreja Católica como foco e a partir dos quais surgiram as pastorais na década de 1960 e as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, na década de 1970. (PAULA, 2011, p.86-87).

A criação da Pastoral do Menor, bem como a sua primeira experiência de Liberdade Assistida Comunitária – nascida na mesma época –, aparecem como marcos da transposição das crenças e práticas dessa parte da Igreja Católica para o campo referente às representações sobre a infância e adolescência pobre, ensejando todas as suas consequências, como a formulação de leis e implantação de políticas públicas. Conforme afirma Paula (2011,

⁴⁶ “Entre 1964 e 1974, foi intensa a repressão política visando a desarticulação dos focos de oposição e resistência ao regime autoritário, isto é, dos partidos políticos, sindicatos, universidades e entidades estudantis. O Congresso Nacional foi fechado algumas vezes, e também houve repressão interna às forças armadas, pois havia grupos de militares que discordavam das ações daqueles que assumiam a frente do governo ditatorial. Nesse cenário, a Igreja Católica era uma das poucas instituições que conseguia defender-se do Estado autoritário, o que a tornou um dos principais pontos de oposição a partir de 1968.” (PAULA, 2011, p.86).

⁴⁷ Como aponta Leilah Landim (2002), o MEB foi criado em 1961 por meio de acordo firmado entre a Presidência e a CNBB, sendo mantido por algum tempo após o Golpe de 1964. (PAULA, 2011, p. 87).

p. 87) a partir da análise de sua entrevista com Ruth Pistori⁴⁸, uma das fundadoras da Pastoral do Menor e partícipe dessa primeira experiência da Liberdade Assistida:

Foi nesse contexto que também surgiu a primeira experiência de liberdade assistida comunitária em São Paulo e foi criada a Pastoral do Menor no final da década de 1970, trazendo os elementos discursivos e as práticas que caracterizavam a ação social da Igreja Católica daquela década para o campo de discursos e práticas sobre a infância e a adolescência pobres. A experiência pioneira de liberdade assistida e a criação da Pastoral do Menor de São Paulo foram-me relatadas em entrevista por Ruth Pistori, assistente social e militante dos movimentos da Igreja que participou ativamente de ambas. Representante leiga da ala da Igreja vinculada à teologia da libertação, d. Ruth explicou-me, logo no início da entrevista, que o trabalho com adolescentes de conduta anti-social é missionário e que sua motivação para buscar mudanças na forma como a então liberdade vigiada era feita tinha raízes em sua experiência militante na Igreja e na visão de mundo que ela lhe oferecia. “Ser cristão é viver o evangelho”, disse-me ao resumir sua motivação para agir no sentido de promover mudanças na antiga liberdade vigiada. (PAULA, 2011, p. 89).

Percebe-se que a atuação política possuía, naquele momento, forte motivação de conteúdo religioso. E foi através da experiência de Ruth Pistori atuando como assistente social no serviço público com adolescentes em conflito com a lei, como militante nas pastorais sociais e, depois, em articulação com o bispo Dom Luciano Mendes de Almeida⁴⁹, que propiciou a primeira experiência da Liberdade Assistida e a fundação da Pastoral do Menor.

Como assistente social, Ruth Pistori começou a trabalhar na então Fundação da Paulista de Promoção Social do Menor – Pró-Menor em 1975, com a atribuição de viabilizar a colocação profissional de adolescentes que estavam próximos de sair da Fundação. Atuando no Pensionato da Vila Mariana, cabia-lhe buscar a parceria de empresários, com o intuito de obter emprego para os adolescentes bem como trabalhar com eles a preparação de sua saída. No ano seguinte, já com a

⁴⁸ Ruth Pistori nasceu em 1932 e faleceu 2011, na cidade de São Paulo, era assistente social e foi uma das fundadoras da Pastoral do Menor.

⁴⁹ Dom Luciano Mendes de Almeida, nasceu em 1930 na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 2006 na cidade de São Paulo, era “filho de uma família profundamente envolvida com a intelectualidade católica. Ainda jovem entrou para a Companhia de Jesus onde fez seus estudos em filosofia (1951-53) e teologia (1955-58). Doutorou-se, anos mais tarde, em filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma (1965), mas em uma entrevista recente revelou não ser um bom guia para aqueles que desejam percorrer o Vaticano: ‘de Roma conheci os subúrbios e as cadeias onde estava o povo pobre e sofrido’. Sagrado bispo em 2 de maio de 1976, trabalhou ao lado de Dom Paulo Evaristo Arns, como bispo auxiliar na região Leste I da Arquidiocese de São Paulo. Mais uma vez a realidade com a qual conviveu foi a de mais absoluta pobreza. Ganhou expressão entre o episcopado brasileiro por um trabalho de destaque junto às populações da periferia que fez nascer a Pastoral do Menor. Em 1979, o arcebispo tornou-se secretário geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e oito anos mais tarde ascendeu à presidência do mesmo organismo. Conduziu a Igreja em momentos críticos e frágeis, como aqueles no qual a sociedade civil brasileira buscava restabelecer a democracia, construir uma legislação, construir um Estado capaz de pactuar com uma participação cidadã. Foi também membro permanente do Sínodo dos Bispos desde 1987, membro da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz desde 1992 e vice-presidente do CELAM (Conselho Episcopal Latino-Americano) entre os anos de 1995 e 1998. Teve uma atuação marcante em diversas assembleias e conferências da CNBB e do CELAM, especialmente em Puebla e Santo Domingo.” (SILVEIRA, Diego Omar da, OLIVEIRA, Fabrício R. Costa e FERREIRA, Rodrigo Souza, 2006, p. 1-2).

nomenclatura da Fundação Pró-Menor alterada para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – Febem-SP, d. Ruth passou a trabalhar na liberdade vigiada [...]. As condições da moradia e de vida do primeiro adolescente que visitou marcaram-na de tal forma que ela atribui a essa visita a razão pela qual foi buscar alternativas junto às ações sociais da Igreja Católica. D. Ruth militava na Igreja havia algum tempo e disse ter recebido, na ocasião, um boletim da Pastoral Familiar no qual era externada a intenção de trabalhar com os “menores carentes”. Buscou, então, participar das articulações desse trabalho e colocar em pauta a situação que havia encontrado como uma linha de ação junto aos adolescentes pobres da cidade e que estavam em medida de liberdade vigiada.

Segundo d. Ruth, dom Luciano Mendes de Almeida, na época bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo, foi um dos grandes articuladores do trabalho com esses adolescentes e, posteriormente, da criação da Pastoral do Menor. Foi dom Luciano o responsável pela organização, junto aos membros da Pastoral Familiar, da primeira reunião em que foi apresentada a proposta de trabalho junto aos adolescentes em liberdade vigiada. (PAULA, 2011, p. 87-89).

Já o então bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo Dom Luciano Mendes de Almeida explica através de uma entrevista concedida em 2006, que seu envolvimento com jovens mais pobres estava fundamentado na sua experiência com jovens presos em Roma e na vivência com as dificuldades dos moradores da periferia de São Paulo, que proporcionavam grande aumento de adolescentes sem perspectiva, bem como o envolvimento em práticas delitivas:

A parte mais forte da descoberta desse compromisso deu-se na Itália, em 1955... até 1960, quando eu trabalhei nas cadeias, nas prisões de Roma, especialmente com os jovens que estavam com processo. E aí percebi a grande necessidade, que afinal era uma consequência da guerra, de oferecer a esses jovens, trabalhos, oportunidades de educação e foi com esta experiência que voltei para o Brasil e trabalhei na Faculdade de Filosofia em São Paulo, atendendo as populações mais pobres da área de Perus, em São Paulo, dos morros, das periferias remotas da cidade e aí a grande miséria. Foi nesta experiência que eu... fui chamado depois à Zona Leste de São Paulo, em 1976. Uma área muito povoada, dois milhões de habitantes e uma população muito sofrida [...] Resumindo, essas [...] áreas de carência, de necessidade multiplicaram os casos de juventude desamparada. E foi assim que em 1976 e 77, unindo alguns padres e leigos, nós iniciamos lá, com a inspiração de Dom Paulo Evaristo o trabalho que depois teve esse nome: Pastoral do Menor, que agora, como percebem, tem quase trinta anos. Esse trabalho se estendeu muito para a Região Leste e outras regiões de São Paulo e nos marcou a todos, o fato que esses jovens podiam ser recuperados e até mesmo preservados, se houvesse um trabalho organizado para ajudá-los. E foi nessa atividade que me encontrei envolvido por quase doze anos, com um grande número de colaboradores, muitas vezes ligados aos que atendiam a FEBEM, que hoje chama tanto a atenção. (SILVEIRA, Diego Omar da, OLIVEIRA, Fabrício R. Costa e FERREIRA, Rodrigo Souza, 2006, p. 4).

Nessa primeira proposta, o trabalho com os adolescentes se caracteriza pelo caráter voluntário, no qual casais (na época cerca de 80) integrantes da Pastoral Familiar se comprometeram em atuar na então liberdade vigiada. Esses casais passaram por uma preparação de quase um ano, no qual foram realizadas visitas às unidades da Febem para, enfim, em 1977 iniciarem os acompanhamentos.

As dificuldades incidiam em diversas frentes, desde a elaboração dos relatórios ao chamado, na época, “Juiz de Menores”, passando pela relação com os adolescentes que questionavam quanto àqueles casais estavam ganhando para irem à “periferia fedida” até o aprendizado de saber lidar com as reincidências delitivas. Esta última lição era ensinada, segundo Ruth Pistori, explicando que os adolescentes “são como os filhos da gente; às vezes, eles vão cair, mas temos que nos acostumar e perdoar” e que “a missão não tem fim. É enquanto precisar”. (PAULA, 2011, p. 89-90).

A atuação desses agentes se dava, portanto, em grande parte, por uma motivação fundamentada em um conteúdo extremamente religioso, baseado em valores cristãos como a caridade e o caráter missionário do serviço voluntariamente prestado:

Por certo, havia uma dimensão filantrópica no trabalho dos casais, no sentido de caridade religiosa para com os desvalidos, pois suas ações também envolviam a obtenção de doações de roupas, eletrodomésticos e outros itens que minimizassem os impactos mais imediatos da condição social dos adolescentes sem que isso promovesse mudanças mais profundas e duráveis nessa condição. Existia, também, o empenho na obtenção de trabalho para os adolescentes, acreditando-se que esse traria melhoras na renda familiar e por isso poderia alterar sua condição de vida. (PAULA, 2011, p. 91).

Entretanto, existia outro aspecto de cunho mais político, no sentido de conscientização e articulação dos serviços existentes, bem como a constatação e a denúncia da falta dos mesmos e a mobilização para reivindicarem junto ao poder público a criação e a ampliação dos serviços existentes, com vistas na mudança social daqueles adolescentes e suas respectivas comunidades.

Havia também elementos desse trabalho junto aos adolescentes e suas famílias que lançavam as bases para a ação política. Conhecer os recursos e serviços disponíveis na comunidade em que as famílias estavam inseridas requeria o levantamento desses recursos e serviços, o que explicitava seus limites face aos desafios que a pobreza urbana impunha. Assim, para que a intervenção junto aos adolescentes e suas famílias pudesse mudar a situação em que viviam, tornava-se cada vez mais necessário aos orientadores intervir também no mundo público, articular os serviços existentes em redes, reivindicar a criação de novos serviços e a ampliação dos recursos. Nesse sentido, a ação social posta em curso na liberdade assistida comunitária no final da década de 1970, era, ao mesmo tempo, filantrópica e política, invertendo o vetor da assistência social de uma passividade diante da benevolência do Estado e das entidades assistenciais para o ativismo da reivindicação pelos serviços de assistência. (PAULA, 2011, p. 91).

Nesse modelo de execução da liberdade assistida, marcada pela influência das CEBs, trazia ainda outro elemento fundamental, muito destacado hoje, como veremos adiante e que trata da importância dos vínculos comunitários. Tais relações se davam entre as pessoas que prestavam o serviço, os adolescentes e as suas famílias, ou seja, o encontro de pessoas de

contextos sociais diferenciados. Esses vínculos possuíam como fundamento o reconhecimento do *outro*, independente de sua condição.

Esse modo de olhar e agir sobre a realidade estão balizados nos dois pressupostos mencionados, pois se caracteriza pelo sentimento cristão de amor ao próximo, como também estão baseados em pressupostos políticos referentes à igualdade de direitos, numa disputa por mudanças de representações sociais que ensejassem novos marcos jurídicos, bem como novas ações dos agentes do Estado.

Havia, por certo, um forte elemento religioso que os motivava a participar, sendo d. Luciano conhecido na Igreja Católica pela atuação junto aos pobres. Havia um sentido de missão, de fazer um trabalho missionário [...]. Mas havia também um fazer coletivo, a proposta de uma ação coletiva para mudar a realidade em que viviam aqueles adolescentes. (PAULA, 2011, p. 89).

A partir da década de 1980, a Pastoral do Menor passa a ter maior visibilidade, bem como a sua experiência de liberdade assistida, que em São Paulo “se espalhou para outras regiões da cidade e se diversificou, movimento que contou, segundo d. Ruth, com o apoio da cúpula da Febem-SP, da Igreja Católica e ‘da comunidade’.” (PAULA, 2011, p. 93).

Para além da capital paulista, a Pastoral do Menor vai difundir-se também para várias cidades do Brasil, inclusive do Ceará, onde sua fundação se deu no ano de 1987⁵⁰. Essa década marca um momento histórico caracterizado pela efervescência na luta pela redemocratização do País e emergência de movimentos que defendiam os direitos humanos. No campo da infância e adolescência, vários movimentos que defendiam os direitos desse segmento também travaram disputas para instituição de novos marcos, conforme já insistimos anteriormente.

Do ponto de vista formal, atualmente, como um organismo vinculado à Igreja Católica, a Pastoral do Menor faz parte do “Setor de Ação e de Pastoral Social” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), além de ser, em muitas cidades, uma Organização Não Governamental (ONG) e, portanto, possuir também identidades jurídicas nos estados e municípios da federação em que atua.

A Igreja no Brasil, através da CNBB, entende as “pastorais sociais” da seguinte maneira:

As Pastorais Sociais caminharam com os pobres e com eles compartilharam suas fortes esperanças de alcançar a meta da libertação integral. Isso as levou a incorporar em sua identidade as grandes lutas que emergem do terreno de opressões que atingem todo o tecido social, desde as culturas oprimidas, humilhadas até as divisões

⁵⁰ Ano marcante na trajetória da Pastoral do Menor, pois a Campanha da Fraternidade da CNBB trazia como tema “A Fraternidade e o Menor” e como lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe”.

de classes, a exploração da terra e a destruição da criação por um modelo de desenvolvimento injusto e predador. A vocação das Pastorais Sociais para a missão de posicionamento crítico diante de projetos políticos, econômicos e culturais que desconsideram a situação dos excluídos nasce de seu enraizamento na realidade de vida dos marginalizados. A missão das Pastorais Sociais passa, portanto, pelo percurso da organização dos excluídos, pelas mobilizações sociais, chegando até o comprometimento político. (CNBB, A Missão da Pastoral Social, 2008, p. 36).

Dentro da organização da CNBB existe mais de vinte órgãos vinculados à “Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz”, que foi constituída com a responsabilidade de articular o setor de “ação social” da Igreja Católica brasileira junto à sociedade. Os órgãos ligados à Comissão estão organizados da seguinte maneira:

Organismos: Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), Cáritas Brasileira, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social (IBRADES), Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (CERIS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Criança, Pastoral do Menor, Pastoral da Sobriedade e Pastoral da Pessoa Idosa.

Pastorais Sociais Específicas: Pastoral Operária (PO), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Pastoral dos Nômades, Pastoral Carcerária, Pastoral da Saúde, Pastoral da Mulher Marginalizada (PMM), Pastoral do Povo da Rua, Pastoral Afro-Brasileira e Pastoral da AIDS.

Setor das Pastorais da Mobilidade Humana: Apostolado do Mar, Pastoral Rodoviária/estrada, Pastoral dos Migrantes, Pastoral dos Refugiados, Pastoral dos Nômades, Pastoral dos Pescadores e Pastoral do Turismo.

Mutirão pela Superação da Miséria e da Fome: um secretariado para a dinamização do mutirão. (CNBB, A Missão da Pastoral Social, 2008, p. 41).

Essa é portanto a estrutura na qual está situada a Pastoral do Menor, que apesar de sua fundação datar de 1977, conforme já dito, foi a partir da realização das Semanas Ecumênicas em São Paulo, em 1982, que a organização se fortaleceu e se expandiu para outras cidades e estados brasileiros. Mas, em 1987, com a Campanha da Fraternidade da CNBB, que trazia como tema “A Fraternidade e o Menor” e como lema “Quem acolhe o menor a mim acolhe”, foi que a Instituição ganhou maior dimensão e força. Hoje, a Pastoral do Menor atua em todos os Estados da Federação⁵¹.

Cabe aqui uma ressalva acerca da nomenclatura Pastoral do Menor, uma vez que o termo “menor” teve e tem forte aspecto estigmatizante em relação às crianças e aos adolescentes pertencentes às camadas mais pobres da sociedade⁵². Além disso, a Pastoral do Menor foi uma das principais instituições que contribuíram para o fortalecimento da representação social de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, que tem como principal marco a promulgação do ECA e a, conseqüente, revogação do Código de Menores.

⁵¹ Ver o mapa de atuação da Pastoral do Menor no Brasil no Anexo A.

⁵² Conforme apresentado na Seção 2.

Por essa legitimidade conquistada, a Pastoral do Menor justifica a sua denominação da seguinte maneira:

ART. 2º - A Pastoral do Menor, mesmo com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre o qual dispõe a lei federal 8.069 de 13 de julho de 1990, que dá um novo rosto à terminologia na abordagem da infância e adolescência, mantém, desde 1977, inalterada sua denominação tendo em vista que:

I – a Pastoral do Menor já construiu uma identidade ao longo de sua existência;

II – a Pastoral do Menor não entende por “menor”, a caracterização estigmatizante adotada pelas políticas contemporâneas ao Código de Menores, instituído pela lei federal 6.697, de 10 de outubro de 1979;

III – a Pastoral do Menor quer trazer sempre viva a proposta da mística evangélica de acolhida aos pequenos, lema da Campanha da Fraternidade de 1987: “Quem acolhe o menor a mim acolhe” (Mc 9,37), compreendendo “menor” como aquela criança e adolescente esquecido, rejeitado e excluído dentre todos. (CNBB, Pastoral do Menor, 2008, p. 04).

A ação da Pastoral do Menor é legitimada também a partir do ponto de vista histórico em relação aos compromissos com os direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como do ponto de vista religioso (intuições proféticas) acerca da “missão pastoral”, segundo documento publicado pela CNBB, intitulado Pastoral do Menor: Princípios, Diretrizes e Organização:

“ART. 5º - A história da Pastoral do Menor encontra seu embrião de compromissos com os direitos humanos da infância e da adolescência em diversas atividades de atendimento, que não se denominavam ‘Pastoral do Menor’, mas que traziam em si alguns princípios e critérios que norteavam tais ações.

ART. 6º - A preocupação pela situação das crianças e adolescentes em situação de risco consistiu em intuições proféticas espalhadas pelo Brasil e é nesse quadro que surge a Pastoral do Menor como força que busca a organização das respostas às necessidades das crianças e adolescentes empobrecidos de forma efetiva.

ART. 7º - A partir de 1987, com a Campanha da Fraternidade, que baseou-se no lema ‘*Quem acolhe o menor a mim acolhe*’, a Igreja deu um novo impulso a essa questão da criança e do adolescente em situação de risco, atendendo-os de forma mais comprometida”. (CNBB, Pastoral do Menor, 2008, p. 04).

Em relação às diretrizes para sua atuação, a Pastoral do Menor possui quatro Áreas de Ação, presentes no artigo 10º do documento supracitado, quais sejam: a) Crianças e Adolescentes Empobrecidos e em Situação de Risco; **b) Adolescente Autor (a) de Ato Infracional**; c) Família das crianças e adolescentes; d) Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. (CNBB, Pastoral do Menor, 2008, p. 05, grifo nosso).

No que concerne à organização, a instituição se divide em quatro âmbitos:

- a) Âmbito Nacional – a Coordenação Nacional é o órgão executivo da Pastoral do Menor no Brasil e é composta pelo Bispo da Comissão Episcopal para a caridade, a justiça e a paz, Bispo referencial da Pastoral do Menor em âmbito nacional, Coordenador e Vice-

Coordenador referendado pela CNBB, após indicação do Conselho Nacional a partir das Assembleias Regionais, Coordenadores das regiões e dois representantes das Áreas de Ação e Serviços, convidados pela coordenação, ouvido o Conselho Nacional. O mandato do Coordenador Nacional é de três anos;

- b) Âmbito de Região – é a soma dos vários regionais e sub-regionais. Possui um Coordenador eleito na Assembleia Nacional para um mandato de igual período àquele do Coordenador Nacional;
- c) Âmbito Regional – é a soma das ações e da organização da Pastoral do Menor nas diversas dioceses em seus respectivos municípios;
- d) Âmbito Diocesano – organiza-se em núcleos de base, a partir das comunidades paroquiais ou organizações municipais que compartilham a chamada “mística” da Pastoral do Menor no que concerne às políticas para a infância e a adolescência. A coordenação Diocesana é um órgão executivo que surge a partir das ações da Pastoral do Menor nos referidos núcleos. As assembleias diocesanas elegem delegados para a participação nas assembleias de âmbito regional. (CNBB, Pastoral do Menor, 2008, p. 8-14).

3.2 A Pastoral do Menor no Ceará: “missão” e atuação política

A Pastoral do Menor no Ceará teve sua fundação em 1987, mesmo ano da Campanha da Fraternidade anteriormente citada, está vinculada à Igreja Católica por meio da Arquidiocese de Fortaleza. Possui também o estatuto de entidade jurídica⁵³, conquistado em 1995. (CRUZ, 2010, p. 187).

Neste estado do Nordeste, a Pastoral do Menor possui duas coordenações: uma chamada Diocesana⁵⁴ e outra denominada Coordenação Regional Nordeste 1, ambas vinculadas à Coordenação Nacional e, por conseguinte, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁵³ Cujá Razão Social é denominada Associação Beneficente da Criança e Adolescente em Situação de Risco – Pastoral do Menor, com o CNPJ 01.008.262/0001-65, Número de Registro no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA): 011/92. Endereço: Rua Rufino de Alencar, nº 80 - Centro, Fortaleza- CE, CEP: 60.060-620.

⁵⁴ A Coordenação Diocesana possui sua sede no Centro de Pastoral “Maria, Mãe da Igreja”, espaço de funcionamento das pastorais sociais, CEBs e organismos da Arquidiocese, de formação pastoral e eclesial, onde realiza encontros das paróquias, áreas pastorais, regiões episcopais, movimentos eclesiais, como também, organizações da sociedade civil organizada parceiras da Arquidiocese. Localiza-se na Rua Rodrigues Júnior, 300 - Centro, Fortaleza – CE.

Na Arquidiocese de Fortaleza, como dentro do catolicismo em geral, a disputa por legitimidade para o modo de viver a fé cristã também está presente, tanto ao que concerne às relações com a hierarquia eclesiástica, quanto em relação às justificativas para suas práticas na condição de membro da Igreja.

A compreensão sobre a (di)visão das correntes dentro da Igreja aparecem de modo mais claro no discurso dos membros mais vinculados às relações sociais dentro da diocese, como as referências teóricas e históricas de clérigos e teólogos que atuaram na formulação da chamada teologia da libertação, como também aqueles que participaram ativamente das CEBs e pastorais sociais, inclusive, citando o fundador da Pastoral do Menor Dom Luciano Mendes, como se pode perceber pela fala de uma integrante da coordenação diocesana da Pastoral do Menor:

Nós temos Padre Xavier que nos ajuda muito que é uma referência nacional da Pastoral do Menor. Um teólogo, Padre Xavier, que nos ajuda muito nessas reflexões e, também, alguns, historicamente, como Leonardo Boff que nos ajuda a pensar nessa Igreja mais atualizada. Tem uns que já não estão mais aqui nessa dimensão: Padre Alfredinho que é a referência não só pra nós da Pastoral do Menor, mas das pastorais sociais também. São essas pessoas que a gente sempre se reporta, além do evangelho de Jesus Cristo. Uma pessoa que a gente tinha como referencial teológico era Dom Luciano Mendes⁵⁵, que foi um dos fundadores e referência da Pastoral do Menor. Ele também já está em outra dimensão. Foi e sempre será uma referência positiva pra nós. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T).

É a partir desses agentes que a questão religiosa ou como denominada por eles, a *mística*⁵⁶, é evidenciada, de forma clara, como aspecto principal na motivação para a realização do trabalho junto às crianças e aos adolescentes pobres na Cidade e no Brasil. Isso está presente no relato em que me foi justificado o início da atuação da Pastoral do Menor em Fortaleza:

Quando o trabalho da Pastoral do Menor foi iniciado aqui em Fortaleza a vinte e cinco anos atrás, ela foi provocada pelo chamado de Jesus Cristo quando ele disse que quem acolher a um desses pequeninos é a mim que acolhe. Então, pensando na figura do bom pastor que é o próprio Jesus Cristo e pelo o clamor dessas crianças e desses adolescentes. Então, o clamor, o chamado de Jesus Cristo ele fundamenta teologicamente a nossa ação de pastoral como pessoas que acreditamos na vida, em uma vida plena em abundância. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T).

⁵⁵ Conforme está explicitado nas páginas 57 e 58.

⁵⁶ “A mística é a força do Espírito da Vida que dá entusiasmo e ânimo para o trabalho. É uma espécie de motor secreto do compromisso do agente com as meninas e os meninos empobrecidos, que sustenta sua esperança e dá forças para continuar agindo. A mística é o modo de ser, de pensar e de agir que faz com que o agente se sinta envolvido constantemente com uma causa que é essencial, um motivo que impulsiona a ação, a vida”. (PASTORAL DO MENOR/CNBB, 2010, p. 19).

A referida Coordenação Regional⁵⁷ possui a seguinte composição organizacional: uma coordenadora, um vice-coordenador, uma assessora pedagógica, uma assessora para articulação institucional e um coordenador financeiro.

No âmbito da Coordenação Regional, observa-se também que a vinculação religiosa está presente, porém de um modo menos direto, atentando-se mais para os modos de atuação da Pastoral do Menor. Uma integrante da Coordenação Diocesana aponta alguns fatores para escolha das frentes de atuação da Pastoral do Menor a partir da descrição histórica do início da Pastoral do Menor e da liberdade assistida em São Paulo, bem como o envolvimento de outros movimentos e a escolha preferencial pelos pobres:

A gente, a Pastoral do Menor, a nível nacional, ela já vinha, antes até do Estatuto da Criança e do Adolescente, de ter as medidas socioeducativas, ela já desenvolvia um trabalho lá em São Paulo com uma assistente social, que é a Ruth Pistori, e uma religiosa dentro de uma comunidade lá de São Paulo, de acompanhar adolescentes que estavam em conflito com a lei. [...] Essa experiência ficou na história, digamos assim, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, dentre outros movimentos, como o movimento de meninos de rua e outros tantos, ajudou nessa construção e acabou vendo a questão das medidas socioeducativas, foi uma coisa que surgiu. No entanto, a Pastoral do Menor, ela sempre teve uma opção de serviço, porque como é um serviço ligado à Igreja Católica, foi construindo essa opção pelos meninos e meninas que tivessem numa situação de maior vulnerabilidade e, aí, tinha os meninos em situação de moradia de rua e os meninos que se encontravam em conflito com a lei; e isso foi sendo abraçado por várias cidades do país que vinham abraçando a Pastoral do Menor dentro das suas, como a gente trabalha ligado à Igreja, dentro das suas Dioceses, né? (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

Os eixos de atuação da Pastoral do Menor do Ceará, tanto os coordenados pelo âmbito regional, quanto os submetidos à gerência do âmbito diocesano, são os seguintes: prevenção com crianças em situação de risco, abordagem de rua, medidas socioeducativas em meio aberto e participação política em fóruns governamentais e não governamentais para a defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Sobre o público alvo do serviço realizado pela Pastoral do Menor, percebe-se que o motor ainda está no enfoque em relação aos que estão em situação social e econômica:

O nosso público é esse: aqueles que ainda estão invisíveis pra sociedade e pro que a sociedade produz como visibilidade. E como fruto dessa invisibilidade também, porque não é qualquer criança, nem qualquer adolescente. O nosso público é aquele bem... é o menino que tá em situação de moradia de rua, é o menino que tá em cumprimento de medida socioeducativa. É o menino e a menina. É os meninos que estão sofrendo violência física, ou psicológica, ou doméstica, ou exploração de

⁵⁷ A Coordenação Regional possui sua sede na Rua Rufino de Alencar, nº 80 - Centro, Fortaleza- CE, CEP: 60.060-620. No mesmo local onde funciona o programa Liberdade Assistida Comunitária, além de outros organismos vinculados à Igreja Católica.

trabalho infantil, ou exploração sexual. Então, o nosso público é esse. A nossa opção preferencial é mesmo por esses que precisam do nosso olhar mais cuidadoso, essa presença de Jesus de acolher sem olhar com um olhar que a sociedade quer que a gente olhe, provoque o nosso olhar diferenciado, esquecendo da dimensão humana desse ser, desse sujeito da história. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T).

Portanto, assim como afirmava Ruth Pistori aos primeiros casais que atuavam na liberdade assistida que as atividades realizadas deveriam ser encaradas “como missão e não tarefa a ser feita” (PAULA, 2011, p. 92) os agentes da Pastoral do Menor também deixam evidente que não é apenas um trabalho, mas uma “missão”. A *mística* da Pastoral do Menor, ou seja, o caráter cristão da organização tem grande relevância para esses indivíduos, pois quando indagados se isso contribuiria para a realização do trabalho, os mesmos assim respondem:

Eu acho que contribui. [...] E pensar nesse jeito de fazer o programa, desenvolver o programa com certeza há essa diferença, tem a questão da espiritualidade, da mística. [...] não é apenas o executor da medida, tem toda uma justificativa da missão, porque é missão da Pastoral do Menor [...]. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T).

Tem que afetar. Se não afetar não é cristão, para a gente. Porque o nosso diferencial é exatamente acreditar na proposta de Jesus, né, de trabalhar com/a partir dos excluídos, de resgatar o excluído, de colocar o excluído como protagonista da sua história. Se a gente não fizer dessa forma, a gente não tá interferindo em nada. Então, ser cristão é o que move essa forma de fazer. É exatamente o diferencial. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Como já descrevemos, historicamente a Pastoral do Menor também possui outro viés no seu modo de atuar: a inserção no campo político. Como afirmou Dom Luciano Mendes:

Dar auxílio a uma pessoa necessitada é sempre prova de amor fraterno. Temos, no entanto, que pedir a Deus que ilumine nossa responsabilidade política. Mais forte é a caridade de quem se empenha para elaborar e aperfeiçoar as leis do país de modo a assegurar decisões políticas adequadas, capazes de saciar as multidões de famintos e mendigos, de sem terra e sem casa, dos que não tem trabalho nem assistência médica. (ALMEIDA, 2006 *apud* SILVEIRA, OLIVEIRA e FERREIRA, 2006, p. 1).

Nessa perspectiva, existe grande valorização da participação da Pastoral do Menor nos Fóruns de defesa da criança e do adolescente e também dos Conselhos de Direitos, como forma de interferir no andamento das políticas públicas para esse segmento, como explicam duas agentes entrevistadas:

E, aí, a gente viu a importância de construir uma área específica pra isso. Uma área de políticas públicas (...) que era importante nós, como agente de pastoral, sermos conscientes da questão da política pública, e essa consciência também passa pelo viés de a gente tá ocupando alguns espaços dentro dessa discussão de política

pública como os fóruns organizados tanto de ONG, como exploração sexual, como os fóruns de combate ao trabalho infantil, Conselhos de Direito, que a gente tinha que ocupar esses espaços pra tá junto fazendo essa inserção, essa incidência dentro das políticas públicas, ajudando a construir essa política tendo esse olhar que a gente já via dentro das comunidades, que a gente tinha trabalho preventivo, trabalho de abordagem. Então, a gente tava levando, nós agentes, levando também a discussão pra dentro dos conselhos e pra dentro dos espaços onde a gente tava, pra tá ajudando a construir essa política. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

Pelo que foi observado, o tom do discurso em relação às políticas públicas no âmbito estadual e, principalmente, na esfera municipal é muito crítico, especialmente, quando comparados aos serviços similares executados pela Pastoral⁵⁸. Segundo uma integrante “nós não podemos querer assumir o papel do Estado porque a política quem deve assumir é o Estado mesmo. É o papel social do Estado é esse: assumir as políticas públicas.” (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T). Outro agente ratifica o diferencial, segundo o mesmo “a Pastoral do Menor ou qualquer pastoral ou qualquer órgão do terceiro setor deve surgir, só justifica surgir se fizer diferente ao que é feito pelo poder público. Então, eu parto desse princípio: se for pra fazer igual, faz pior.” (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Do ponto de vista estrutural, a partir dos dados referentes ao ano de 2010, a Pastoral do Menor possui 22 Núcleos de Base, entre associações com estrutura jurídica e grupos de agentes pastorais – entres os quais está a Liberdade Assistida Comunitária. Destes, 14% foram fundados antes de 1990, 33% entre os anos de 1991 e 1995, 29% a partir do ano 1996 até o ano 2000, sendo 14% constituídos do ano 2001 ao ano 2005 e, por fim, desde o ano de 2006 10% dos Núcleos se estabeleceram. (PASTORAL DO MENOR – ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, s/d).

Esses dados demonstram, portanto, que após sua fundação aos finais da década de 1980, os anos 1990 caracterizaram-se como marco no crescimento da Pastoral do Menor na Arquidiocese de Fortaleza.

Em relação ao financiamento das atividades dos diversos núcleos de base da Pastoral do Menor, tem-se o seguinte quadro: 52% das fontes de rendimento são de doações de particulares (pessoas físicas e jurídicas), enquanto 31% desenvolvem suas atividades a partir de recursos públicos e 17% têm como fonte de renda para sustentabilidade de suas

⁵⁸ Isso fica mais evidente na seção 3.3.2 quando os agentes comparam a execução da liberdade assistida pela Pastoral do Menor e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, como também em relação à medida socioeducativa de internação gerenciada pelo Governo do Estado do Ceará.

ações originárias de recursos eclesiais. (PASTORAL DO MENOR – ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, s/d).

Os indicadores acima evidenciam que a sustentabilidade financeira dos grupos que compõem a PAMEM não se ancora em fontes seguras, pois 52% dependem de doações de particulares 31% de recursos públicos, firmados por meio de convênio por tempo determinado, na maioria das vezes, e 17% por recursos eclesiais, menor percentual entre as fontes estabelecidas, corroborando, de certa maneira, com a pouca atenção por parte da Igreja para com as atividades do organismo, caracterizada pelo baixo investimento.

Do público partícipe das atividades ofertadas pela Pastoral do Menor, encontravam-se em 2010 crianças, adolescentes e suas famílias totalizando 2027 indivíduos. Destes, 1630 estavam na faixa etária de 6 a 17 anos e 397 acima dos 18 anos. Das crianças e adolescentes 34% tinham entre 6 e 10 anos, 42% de 11 a 14 anos e 24% dos 15 aos 17 anos. Sendo que deste público infanto-juvenil, cerca de 840 frequentaram a escola e concluíram o ano letivo de 2010, o que corresponde a aproximadamente a 51,5%. (PASTORAL DO MENOR – ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, s/d).

Estes dados sobre escolaridade expressam, talvez, sutilmente o que foi percebido durante a pesquisa de campo, quando em vários momentos me foi enfatizado as dificuldades de inserção social através do exercício de alguns direitos, tal como à educação, da maioria dos indivíduos ao qual a Pastoral do Menor dirige suas atenções⁵⁹.

Dentro dos núcleos de base, por meio do levantamento feito pela Pastoral do Menor, as principais atividades realizadas junto ao público atendido são: cursos profissionalizantes (informática, corte e costura, cabeleireiro, *design* gráfico, grupos de produção) correspondendo a 37%, atividades de artesanato e artes plásticas com 20%, esportivas têm 19%, psicossociais possuem 9%, dança aparece com 7,5%, reforço escolar abrange 5%, enquanto a música e o teatro têm 3% e 0,5%, respectivamente. (PASTORAL DO MENOR – ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, s/d).

Em relação aos fatores que dificultam a realização das atividades junto aos atendidos, tem-se elencado cinco fatores reveladores sobre a situação do trabalho realizado: falta de recursos (29%), falta de profissionais qualificados (21%), poucos agentes voluntários (18%), pouca presença da família na vida da criança (18%) e dependência química (14%).

⁵⁹ O discurso e os indicadores que atestam as condições precárias de vida do público da Pastoral do Menor, tanto no sentido econômico (baixa renda), quanto socialmente (dificuldade para o acesso a direitos), ficarão melhor exemplificados quando analisado os dados referentes aos adolescentes partícipes do Programa Liberdade Assistida Comunitária, bem como os discursos dos operadores do programa. Todavia, ressalta-se que há diversidade entre os diversos grupos compõem a PAMEN.

(PASTORAL DO MENOR – ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA, s/d). Essas variáveis são interessantes a partir do momento em que mostram que para além dos recursos, fatores como quantidade e qualificação de pessoas para executarem as atividades junto ao público.

Essa questão da qualificação profissional também aparece quando se refere às dificuldades na captação de recursos, aparecendo com 45% a falta de profissionais qualificados para elaborarem os projetos, com 26% a ausência de estrutura jurídica, 16% apontaram fontes insuficientes de financiamento e 13% indicaram outras dificuldades.

Dentro dessa estrutura, portanto, encontra-se o programa de atendimento socioeducativo em meio aberto da Pastoral do Menor no Ceará. Atuando na execução da medida liberdade assistida.

3.3 O Programa Liberdade Assistida Comunitária em Fortaleza

A execução do Programa Liberdade Assistida Comunitária pela Pastoral do Menor junto aos adolescentes em conflito com lei, em nível nacional⁶⁰ se deu no ano de 2002. Assim, também integrou as medidas socioeducativas em meio aberto entre os seus serviços prioritários. Segundo consta em seus documentos, “atenta à realidade, fiel à sua missão e considerando sua trajetória histórica, a Pastoral decidiu, então, apresentar um projeto (e o respectivo plano de trabalho) ao CONANDA⁶¹ e à SEDH⁶² em 2002.” (Pastoral do Menor/CNBB, 2010, p. 16).

O referido Programa surgiu, portanto, através da iniciativa da PAMEN com parcerias do poder público. Por meio de convênios⁶³ firmados nesse período, a Pastoral do Menor teve a execução das atividades referentes às medidas socioeducativas financiadas pela SEDH através do Fundo Nacional da Criança e Adolescente – FNCA (gerido pelo CONANDA) a partir do ano de 2002, indo até o ano de 2007. Sua atuação no campo das medidas socioeducativas abrangeu quase a totalidade dos estados brasileiros, atingindo 24 unidades da federação e cerca de 30 municípios.

⁶⁰ Conforme explicitado, a Pastoral do Menor desde sua fundação, em São Paulo, atua junto aos adolescentes em conflito com a lei, especificamente com a liberdade assistida.

⁶¹ Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente.

⁶² Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, na época intitulava-se Secretaria Nacional de Direitos Humanos e vinculava-se ao Ministério da Justiça.

⁶³ A execução do programa ocorreu entre agosto de 2002 e outubro de 2007, através da assinatura de quatro convênios considerando os seguintes períodos: agosto de 2002 a agosto de 2003 (Convênio 176/2002); dezembro de 2003 a março de 2005 (Convênio 081/2003); outubro de 2005 a outubro de 2006 (Convênio 009/2005); abril a outubro de 2007 (Convênios 071/2006 e 002/2007). (Pastoral do Menor /CNBB, 2010, p. 28).

A realização dessa empreitada exigiu, em âmbito nacional, que a PAMEN se articulasse com seus grupos em todo o Brasil no decorrer desse período para que o projeto tivesse adesão e, desse modo, fossem formadas as unidades executoras. Além disso, “como contrapartida, a CNBB/Pastoral do Menor se comprometeu a disponibilizar, em cada local, os espaços físicos e os materiais técnico-pedagógicos, bem como utilizar toda a sua capacidade de articulação e mobilização de voluntários para serem orientadores e de outros parceiros.” (Pastoral do Menor/CNBB, 2010, p. 29).

A tabela a seguir indica quais os municípios estavam localizadas as unidades de execução da Pastoral do Menor, de acordo com o período de vigência de cada convênio:

Municípios em que se localizaram unidades executoras no período 2002 a 2007.

	Município/UF	2002	2003	2005	2007
		2003	2005	2006	
1	Florianópolis / SC	X	X	X	
2	Terezina/PI		X	X	X
3	São José dos Pinhais/PR		X	X	X
4	Palmares/PE		X	X	X
5	Natal/RN		X	X	X
6	Fortaleza/CE		X	X	X
7	Fortaleza - CE			X	X
8	Abaetetuba/PA			X	X
9	Serra/ES	X	X	X	X
10	Vila Velha/ES		X	X	X
11	Nova Iguaçu/RJ			X	X
12	Barreras/BA		X	X	X
13	Santana/SP	X	X		
14	Itatinga/CE		X		
15	Jundiaí/SP	X	X	X	X
16	Balsas/MA			X	X
17	Salvador/BA	X			
18	Celândia/DF		X	X	
19	Manaus/AM	X	X	X	X
20	Cuiabá/MT	X	X	X	
21	Londrina/PR		X	X	X
22	Chapecó/SC		X	X	
23	Paracatu /MG			X	X
24	Rio Grande/RS		X	X	X
25	Imperatriz/MA	X	X	X	X
26	Estância/SE		X	X	X
27	Santa Rita/PB		X		
28	Uberlândia/MG	X	X		
29	Montes Claros/MG		X	X	
30	Ji-Paraná/RO		X	X	X
	TOTAL	9	24	25	20

Fonte: Pastoral do Menor/CNBB, 2010, p. 31, grifo nosso.

Apesar de constar, na tabela anterior, o início do Programa Liberdade Assistida Comunitária em Fortaleza a partir do ano de 2003, o mesmo teve sua implementação em 2002. Tendo sua adesão aos convênios citados a partir de 2003. Essas datas iniciais, inclusive, aparecem de modo divergente na fala dos agentes por mim entrevistados, como pode-se observar nos relatos de duas integrantes: “a pastoral criou [o LAC] em 2003. 2002 pensou e 2003 começou.” (Integrante do LAC – J). “a gente começou aqui em Fortaleza em 2001 pra 2002 [...]” (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

Apesar dessa incongruência acerca da data, é importante atentarmos para como se deu esse processo no Ceará, de acordo com os agentes que integravam a PAMEN na época, bem como pelos que depois, de uma forma ou de outra, se inteiraram do processo. Uma das pessoas que estava na Pastoral à época, relatou como foi esse início, enfatizando a organização prática dessa política:

E, aí, a gente começou a experiência em dois mil e dois, logo no início de dois mil e dois, a gente iniciou a experiência. E nós fizemos como aqui no estado? Nós procuramos primeiro o Poder Judiciário da infância e da juventude. Vimos com eles quais eram os locais onde existia mais adolescentes cumprindo medidas socioeducativas. Então, a gente mapeou as áreas que se concentram mais meninos cumprindo medida [...], onde tem mais número de reincidência que os meninos sempre voltam a cometer ato infracional [...]. E, aí, a gente buscou, a partir desse mapa do Poder Judiciário e a partir da nossa realidade como Pastoral, onde é que nós estamos, onde é que nós temos estrutura de acolhimento, onde é que a gente tem uma articulação que a gente pode tá fazendo uma articulação melhor dentro da comunidade com os agentes e tudo. Então, a gente, a priori, a gente queria atender somente cem adolescentes porque a gente via que não tinha condições de mais do que isso. E, com esse projeto do Ministério da Justiça, eles possibilitaram que a gente pudesse tá contratando profissionais pra acompanhar os meninos e também trabalhar na linha de formação, de articulação com a comunidade, todo esse processo. E, aí, nós iniciamos em quatro comunidades naquela época: Pirambu, a Granja Portugal, o Bom Jardim e...[...] tá faltando um... qual é a outra comunidade? Era o Genibaú! Aí, a gente ficou nessas quatro comunidades, iniciamos o trabalho onde nós tínhamos Pastoral do Menor e onde a gente poderia tá dando todo um suporte do acompanhamento aos meninos. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito regional – C).

Outra integrante aponta diferente motivação para a implantação do LAC, estabelecendo uma relação entre o trabalho de abordagem de rua realizado pela Pastoral do Menor com a necessidade de acompanhamento dos que cometem ato infracional. Relação essa não encontrada nos documentos do organismo e nas falas de outros membros, pelo menos não da forma descrita. Pelas observações feitas em campo indicam muito mais o fato dessa agente está mais próxima das atividades com crianças e adolescentes que fazem parte da chamada população de rua e, assim, ter relacionado os dois serviços.

E, assim, eu acho que a Pastoral do Menor ela foi entendendo que precisava assumir esse serviço. Historicamente a Pastoral nasce pra o serviço [...] com os meninos da rua. Dentro do trabalho da rua foi se percebendo os meninos que cometiam ato infracional. Então, foi a necessidade do serviço dentro da pastoral porque foi se aproximando de outros programas e foi avaliando que não era possível. Então, a experiência da liberdade assistida ela começa muito embrionariamente lá em São Paulo com a Maria do Rosário, onde ela começa a fazer essa experiência, aí se torna política pública. A experiência da Pastoral provocou uma experiência diferente. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T)

Sobre a implementação, especificamente, em Fortaleza, a mesma relata como se deu esse processo no que se refere à relação com os demais grupos que compõem a Pastoral do Menor e, mais uma vez, ressalta a afinidade do trabalho com adolescentes em conflito com o de abordagem de rua, incorporando ainda nessa relação a medida socioeducativa de *internação* (que priva a liberdade):

Então, os grupos, eles foram o suporte para a implementação do programa. Houve uma discussão, uma reflexão sobre a implementação do programa. Foi apresentado dados concretos do Juizado e nós da rua, nós que fazemos o trabalho da rua, nós sentíamos muita dificuldade porque a gente acompanhava o menino e ele ia pra privação de liberdade. A gente ia pra dentro da privação de liberdade fazer o acompanhamento, que a gente nem sabia que fazia o papel de orientador social, mas a gente fazia. A gente entendia que dentro da privação a gente conseguia ter mais resultados porque o menino tava longe da droga, longe da rua e a nossa experiência foi sensibilizando um pouco os outros grupos. Então, houve uma aceitabilidade dos grupos e isso foi importante para a implementação do programa na Diocese de Fortaleza. Nós não tivemos dificuldade, se tivemos dificuldade não me lembro porque foi na gestão da C e da A. Elas podem dizer melhor a nível de compreensão do programa, mas os grupos, a sensibilização nas comunidades. As comunidades aderiram, aceitaram, assumiram junto com a coordenação do programa. A C ficou como a coordenadora do programa dentro da Diocese de Fortaleza e hoje é quem mais acompanha, porque eles têm uma autonomia. (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – T)

Atualmente, o LAC possui a seguinte estrutura: tem dez profissionais divididos nas seguintes funções: uma coordenadora; uma pedagoga, uma assistente social, 4 estagiários (dois de psicologia, uma de pedagogia e um do serviço social), um educador social (que tem suas atividades mais voltadas para área de esporte) e um secretário (cujas funções referem-se às questões administrativas) e um motorista.

O atendimento acontece no próprio bairro do adolescente, sendo articulado algum espaço que viabilize as atividades a serem realizadas junto a algum órgão público, ONG ou ligado à Igreja Católica. Sendo este último, o *lócus* mais acionado, pois durante a pesquisa de campo todos os bairros em que eram feitas as atividades do LAC ocorriam em salões paroquiais, apesar do relato do programa ter utilizado equipamentos não ligados à Igreja em outros momentos.

A equipe realiza diversas atividades em atendimentos interdisciplinares semanais, que incluem ações desenvolvidas com os próprios adolescentes e seus familiares e intervenções comunitárias, que serão descritas e analisadas mais à frente.

De acordo com sistematização do Banco de Dados da própria instituição referente ao período de 2009/2010, o LAC atendeu 231 adolescentes, sendo 101 em 2009 e 130 em 2010. Atua em quatro bairros situados na periferia de Fortaleza: Pirambu, Tancredo Neves, Jardim Iracema e Bom Jardim. O perfil desses adolescentes, bem como as representações sobre eles construídas pelos profissionais que trabalham na execução do LAC está presente na seção 4 deste trabalho.

3.3.1 “Profissionais” e “Agentes de Pastoral”: “conversão” para atuação no LAC

O título dessa subseção traz dois termos em destaque: “profissionais” e “agentes de pastoral”. Tais designações para definir os indivíduos responsáveis pelo LAC são utilizadas porque os mesmos são, em grande parte, formados em determinadas áreas do conhecimento ou são estudantes de cursos de graduação (estagiários) e foram contratados para exercerem determinadas funções devido suas formações em seus respectivos campos, nesse sentido são denominados “profissionais”. Ao mesmo tempo, eles fazem parte de um setor da Igreja Católica, no qual práticas/discursos estão estruturados dentro de um quadro teórico, político e ideológico, portanto, sendo partícipes dessa estrutura, são chamados “agentes de pastoral”. Conforme é explicado por uma das integrantes do LAC, eles têm uma atuação técnica:

O nosso trabalho do LAC, ele é um trabalho de profissionais, de psicólogo, de pedagogo e de serviço social que tem uma visão sócio-política e tem esse comprometimento com a construção do social, certo? E sempre as nossas ações, atividades tão pautadas nisso, né, no código de ética de cada profissional, nas questões mesmo sócio-políticas e no que as medidas socioeducativas implicam nisso, certo? (Integrante do LAC – D).

No entanto, ela também revela a influência do fato do programa está ligado a uma instituição religiosa, na qual os profissionais de alguma forma devem possuir uma identificação com os valores instituídos pela mesma:

Agora, dizer que a gente não tenha, assim, uma visão mais humana, uma visão mais cristã do outro, também, isso não vou dizer que a gente não tenha, porque eu acho que a gente tem que ter essa empatia, sabe? A gente tem que ter essa ligação. Se eu tô aqui dentro da Pastoral do Menor, uma instituição que tá ligada à Igreja, então a gente tem que ter esse equilíbrio, a gente não vai deixar de lado o nosso fazer profissional pra tá fazendo meramente uma caridade, mas também a gente não vai

esquecer, né, do papel da Igreja como acolhedor, como acreditar em Jesus, em Deus, no que ele pregou, né? Então, assim, mas essa linha, ela é muito, assim, andam juntas. [...] A gente costuma dizer que a gente tá pautada na questão da valorização do homem, do outro, do ser humano, como também nas questões práticas da vida, né, de encaminhamento, de acolhimento do adolescente, na parceria que a gente faz com o Juizado, com escola, com alguma instituição de curso, né. Então, a gente tenta manter esse equilíbrio. (Integrante do LAC – D).

Na mesma linha, outra integrante do Programa demarca bem a distância do LAC com aspectos religiosos e sua autonomia na realização das ações:

O LAC, ele é um programa que ele funciona, que ele é um projeto. A gente escreveu o projeto, ele foi aprovado. Então, assim, ele não tem vinculação nenhuma religiosa. Eu acho que o LAC, especificamente o LAC, acho que seja o programa que mais se distancie dessa questão cristã, sabe? Porque como ele é um programa e ele já tá instituído e ele já tem todo um método de funcionamento. A gente, tipo, contrata funcionários, contrata profissionais que são pagos pra tarefa executando. Não é voluntariado, que têm uns grupos da Pastoral do Menor que funcionam mais através do voluntariado. Aí sim, são pessoas mais vinculadas à Igreja. Mas no LAC não. A gente precisa contratar técnicos. (Integrante do LAC – J).

Porém, a mesma revela a importância de alguns valores encontrados na Pastoral do Menor e em outras Pastorais Sociais fortaleceram seus vínculos com esses setores e suas práticas, pois ela encontrou ali “uma coisa bonita”:

O lema da pastoral é mais ou menos assim: se eu vou trabalhar com esse menino, eu parto do pressuposto que eu preciso acreditar que ele vai seguir a vida dele, da forma como for, da melhor maneira possível, sem prejudicar outras pessoas, né. Então, isso eu acho uma coisa bonita, acho uma coisa legal, sabe? Essa questão mesmo de... É tanto que no ano passado a Pastoral nacional fez uma campanha que é: “Medida socioeducativas responsabilizam e mudam vidas”, né. Transformam. O nome da campanha era “Dê Oportunidade”⁶⁴ que é exatamente essa questão, assim, de acolher. Por exemplo, a Pastoral carcerária que vai nos presídios, a Pastoral dos pescadores que é acolher esse outro da forma como ele for, da forma como ele vier, da cor que ele for, do jeito que ele for, do pensamento que ele tiver, é... uma pessoa, né? O ruim do ruim da sociedade, que chega a matar, que já matou três pessoas, que tá preso, que tá num sei aonde, que ninguém quer nem ver. Então, isso foi uma coisa que quando eu entrei que me aproximou um pouco assim. Foi uma coisa legal que eu achei desse movimento da Igreja. É uma coisa legal que eu acho. (Integrante do LAC – J).

Outra característica observada na pesquisa de campo e presente nos relatos é a não vinculação dos atendimentos e ações realizadas junto aos adolescentes que cumprem a liberdade assistida no LAC com a perspectiva de catequese ou “conversão ao cristianismo católico” desses jovens. Como afirma a integrante S: “[...] a gente não tem função de

⁶⁴ Referência à campanha nacional em favor das medidas socioeducativas e contra a redução da idade penal, lançada pela Pastoral do Menor em 2010, cujo o slogan era “Dê oportunidade - medidas socioeducativas responsabilizam, salvam vidas”. Essa campanha contou com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2010).

catequizar, vamos deixar isso bem claro! Nem de evangelizar. A gente não tem essa missão [...]” (Integrante do LAC – S).

Entretanto, S confirma a fala de D, no qual compreende a influência dos valores e visão de mundo estabelecidos pela Pastoral do Menor, sendo isso também apontado como um dos fatores que os diferenciam de outras instituições. Portanto, apesar de não objetivarem “conversão”⁶⁵ dos adolescentes atendidos, os integrantes do LAC passam por um processo de “conversão”, não no sentido de se tornarem fiéis dos dogmas católicos (como na RCC), mas na perspectiva do cristianismo da libertação (do qual a Pastoral do Menor está embasada):

[...] quando a gente é Agente Pastoral a gente traz na gente. Já é inculcido na gente isso. A gente acaba adquirindo esse pensamento, esse sentimento, esse sentir, esse pensar cristão, né. [...] Quando a gente chega na Pastoral a gente agrega esses valores. A gente já tem e acaba agregando esses valores mesmo. Eu acho que faz diferença sim. Eu acho que faz muita diferença. Eu como cristã tenho que dizer. Eu afirmo que faz diferença no tratar, no importar-se, da questão da empatia, de colocar no lugar daquele outro, de ter esse sentimento mesmo de irmão, se colocar no lugar dele: o que eu poderia fazer? O que eu posso fazer? Estar sempre dando, tentando... A questão da doação, tá tentando fazer, tá tentando acima de todas as maneiras tá ajudando, auxiliando, indo atrás de encaminhamento, indo atrás de curso, de tá dando o máximo da gente. Acho que faz diferença sim. Faz diferença sim. Não que os outros não tenham, né, que, aí, independente de instituição também isso. Acho que o nosso ser Pastoral é muito forte, né. Essa questão do nosso estar/ter essa preocupação também. A gente trabalha muito com a questão da espiritualidade que a gente sabe que é de cultivar esse lado que a gente sabe que é importante também, que é algo que faz diferença. (Integrante do LAC – S).

Interessante notar que compactuar certos valores, certas formas de percepção da realidade e maneiras específicas de ação baseadas nesses valores e percepções da realidade, nesse caso, não pressupõe necessariamente a adesão total à religião Católica, mas sim aos códigos éticos e morais estabelecidos na Pastoral do Menor e, principalmente, no próprio LAC. Conforme a fala de duas integrantes do LAC, no qual uma afirma não ser muito religiosa e até critica parte da Igreja Católica e outra que diz ser evangélica:

[...]eu não sou muito religiosa, inclusive, quando eu entrei aqui eu fiquei até com um pouco de preconceito: Ai meu Deus, será que lá o povo é muito envolvido com a Igreja? Porque eu não sou. [...] Existe essa questão religiosa que eu acho, assim, a Pastoral tem uma coisa muito legal nessa questão da religiosidade. [...] Na pastoral eu encontrei, assim, eu descobri, de certa forma, eu vi na prática, parte da Igreja que eu achei legal, que é essa questão do outro. Entendeu? É de você não desistir de uma pessoa, você não ter preconceito. Agora eu sei que é só uma.. Algumas pessoas que são assim, tem muita gente na Igreja que é preconceituosa, que é hipócrita, que... né? Inclusive a gente questiona muito até alguns padres que entraram agora que a gente não gosta de algumas posturas. (Integrante do LAC – J).

⁶⁵ As aspas no termo conversão deve-se ao fato de que não é realizado um trabalho que visa catequizar os adolescentes recebidos no Programa, mas, há, sem dúvida, uma tentativa de “conversão” de valores com vistas a uma mudança de conduta, conforme pode ser observado na seção 4.

Agora nós não temos discriminação de credo nenhum, né. É tanto que eu sou evangélica e trabalho na Pastoral do Menor. Então é algo que, assim, a gente não tem isso. A gente acolhe os meninos de todas as maneiras, mesmo aqueles meninos que a gente sabe que com certeza são de outras religiões. A gente não tem diferenciação nenhuma, né. Eu acho que isso tá muito na gente, em cada um de nós, em cada indivíduo aqui porque a gente tem muito a questão de -Todas as nossas reuniões mesmo a gente tem um momento de mística. A gente sempre tá trabalhando esse nosso lado, assim, fora dos atendimentos. Aqui na Pastoral a gente trabalho muito... Por que eu acho que isso faz a diferença quando a gente trata com o adolescente, né. Esse cuidado que a gente traz pra gente enquanto equipe que a gente acaba transferindo automaticamente no nosso fazer, né. No nosso fazer profissional mesmo no dia-a-dia. (Integrante do LAC – S).

Apesar de professar uma religião diferente, percebe-se que S é uma grande entusiasta dos valores partilhados na Pastoral do Menor, pois pela sua fala vê-se que o trabalho é encarado como uma “missão de salvação” baseada no próprio evangelho:

Partindo do princípio que a gente, à luz do Evangelho, né... A Pastoral tem muito aquele lema: “Deixai vir a mim o pequeninos”. E, assim, a partir da ótica cristã é isso: acreditar. Acreditar que todos nós podemos ter uma vida digna, todos nós somos capazes, na verdade. Ninguém nasce pré-fabricado pra roubar, pra fazer um furto, pra matar, não. É acreditar que a gente consegue mesmo. É ter esse cuidado, é trazer... A gente é muito baseado nessa questão do amor ao próximo, do valor humano, de acreditar no valor humano. Eu acredito naquele adolescente independente do que ele cometeu antes de chegar na medida. Ele tá ali porque cometeu um ato? Tá, mas eu vou focar no que ele pode me oferecer como ser humano. Ver por onde é que eu posso... É... Onde é que ele vai dá uma brecha pra mim ver/perceber isso pra que eu possa trabalhar com ele, né, a partir dessa ótica cristã mesmo: do amor, de fazer o bem sem olhar a quem, né; de saber, de observar, de ver nele sem importar de onde ele veio, como ele chegou. A gente tá ali pronto pra estender a mão. A gente tá ali tentando ser esse suporte, ser essa mão que acolhe, ser isso, ser esse abraço que muitas vezes falta, de poder tá propiciando oportunidades que ele foi negado durante toda essa vida dele. Porque é geralmente uma vida de negação de direitos que eles vêm. Têm adolescentes que, têm meninos que não tem certidão de nascimento, que é um direito básico e fundamental que todos nós temos. A partir daí, é ver, dá essas oportunidades mesmo, acreditando que é possível sim. Sempre acredita, mesmo que todas as circunstâncias digam que não dá, mesmo assim a gente persiste acreditando. (Integrante do LAC – S).

Nesse sentido, um integrante da coordenação diocesana da Pastoral do Menor quando indagado se haveria diferenciação na ação de um profissional cristão que encara seu trabalho como uma “missão”, de uma pessoa não cristã, mas que tenha a visão de que as pessoas excluídas mereçam ter igualdade de direitos, o mesmo afirma que não.

Assim, evidencia que esse compartilhamento no modo de pensar e de agir é fundamental na atuação da Pastoral, independente se os integrantes se assumem como cristãos ou como católicos. Inclusive, o mesmo destaca que o uso de símbolos, como uma “cruz no

pescoço”⁶⁶ não caracterizaria, por si só, o sentimento cristão, pois para ele a ação é que definirá se aquele sujeito está pautado nos valores partilhados ou não.

Elas vão obter o mesmo resultado porque essa pessoa que não tem essa referência teórica ou teológica tem o mesmo sentimento. Ela também tá calcada no mesmo sentimento de quem é cristão ou que não é cristão. Ser cristão não é só uma nomenclatura. Eu acredito que o que tá ali em cheque é o teu compromisso com a sociedade, com o resgate dos valores, como tornar a pessoa mesmo em ser humano. Então, pra mim, assim, eu acho que não faz diferença. Pra nós da Pastoral, a gente acredita que ser cristão faz uma diferença porque a gente carrega esses valores. Se tem um outro que não acredita nesses valores, então, tem mesmo uma diferença. Mas se tem um outro que não é cristão, mas tem esses mesmo valores não há problema nenhum. Às vezes um que não se diz cristão tem muito mais valor cristão e vivência cristã do que o cara que anda com a cruz no pescoço como se fosse... (Integrante da Coordenação da Pastoral do Menor – âmbito diocesano – B).

Destarte, essa *conversão* trata-se daquilo que é definido por Bourdieu (2003; 2005) como incorporação de um *habitus*, ou seja, o produto de uma aprendizagem mais ou menos inconsciente, uma aparente aptidão natural que possibilita ao sujeito circular livremente em um determinado meio social. Ou seja, são visões de mundo que modelam as ações dos indivíduos sem necessariamente haver a percepção plena de que se está agindo de acordo com esse conjunto de regras e valores elaborados e sedimentados em um determinado ambiente ou grupo social.

3.3.2 Crítica ao poder público e “distinção” em relação à Liberdade Assistida municipalizada

Assim como na Pastoral do Menor como um todo, o programa LAC também é desenvolvido através da participação junto ao poder público. Tais interlocuções se dão junto ao Poder Judiciário, aos Conselhos de Direitos e organizações de promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes que formam a rede de defesa dos direitos da criança e do adolescente, como o Fórum Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente (Fórum DCA), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza (COMDICA) e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA).

Portanto, um ponto fundamental percebido durante toda pesquisa de campo trata da relação política com o poder público. Isso se deve pelos seguintes motivos: muitas ações

⁶⁶ Referência a uma das práticas de expressão pública de pertença religiosa entre os carismáticos, que “[...] entre os católicos, podem ser resumidos como um certo “despudor” na exibição dos símbolos de pertença religiosa. [...] Nesse novo cenário religioso católico é cada vez mais comum encontrar jovens universitários que comparecem às aulas de camisetas e bonés ilustrados por imagens ou frases alusivas ao cristianismo.” (MIRANDA, 2010, p. 119-120).

sociais da Pastoral do Menor são também executadas pelo poder público (trabalho de abordagem de rua, ações preventivas com crianças e adolescentes em situação de risco e execução da liberdade assistida, entre outras); a atuação nos referidos Fóruns e Conselhos de Direitos que discutem as políticas públicas para infância e adolescência; e além disso, grande parte dos programas e projetos da Pastoral possuem financiamentos do setor público.

Diante desses fatores, pôde-se perceber a existência de uma tensão entre a crítica em relação à (in)eficiência do poder público e a parceria para fortalecer a chamada “rede de proteção”, bem como para conseguir suportes institucionais e financeiros da esfera pública. Ressalta-se, ainda, a disputa simbólica (mais ou menos consciente) dentro do *campo* da rede sócio-assistencial por legitimidade e autoridade sobre as melhores estratégias e maior eficiência na execução das políticas para infância e adolescência, especialmente, para a execução das medidas socioeducativas.

Dentre os aspectos de *distinção* entre a ação da Pastoral do Menor em relação ao poder público, uma integrante do LAC aponta como facilidade da execução do programa LAC pela Pastoral do Menor por não ter que se submeter a “políticas de gestão” e “uma série de coisas” que, na sua visão, inviabilizaria uma política como a da Pastoral:

Têm facilidades e dificuldades. Eu acho que a facilidade é pelo fato de não ser vinculado a uma política de gestão, de não ter que, digamos assim, se submeter a uma política mesmo. Porque vai que a gestão muda [...] como na própria prefeitura, na prefeitura tiveram algumas mudanças. Então, essa maior autonomia é uma coisa interessante, mais desburocratizado também, digamos assim, em relação à verba pública mesmo, que é bem complicado muitas vezes, então, nesse ponto facilita. Até porque o programa, ele é vinculado a Pastoral que tem todo um trajeto dentro dessa questão e tem toda uma metodologia, tem todo um pensamento geral, em termos políticos, que muitas vezes não daria certo pra ser vinculado de repente a uma gestão, que você tem que se submeter a uma série de coisas. (Integrante do LAC – J)

Como principal dificuldade é apontada a insegurança em relação ao financiamento, sendo este, geralmente, realizado pelos entes estatais⁶⁷:

Mas dificulta pela questão mesmo do financiamento, porque assim, não tem uma fonte que cubra todo ano, aquela fonte fixa, segura, que venha cobrir a execução do projeto [...] e muitas vezes é difícil, porque muitas vezes, sei lá, essas instâncias, muitas vezes não renovam o projeto. (Integrante do LAC – J).

[...] todo ano é um projeto que a Pastoral faz questão de manter né, e luta pra que ele se mantenha firme em pé, porque a gente depende de projetos, de financiamentos, então assim, é uma luta pra que todo ano haja o financiamento. (Integrante do LAC – S).

⁶⁷Atualmente o programa é financiado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDC, gerido pelo Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA).

Em relação às políticas estatais para essa população, em especial, sobre as medidas socioeducativas, é feita uma crítica muitas vezes repetida sobre a falta de prioridade dos entes públicos municipais e estaduais. Sendo a participação nos referidos Fóruns e Conselhos os principais espaços nos quais estas disputas são mais evidenciadas:

[...] o orçamento que é destinado pras medidas é mísero, muito pequeno e aí as pessoas que trabalham tentam fazer quase o impossível e isso acaba fragilizando todo o resto. [...] as medidas em meio aberto da mesma forma que em meio fechado, elas também não são prioridades, digamos assim, a gente vê, quando a gente vê a execução orçamentária, a gente vê também que é mínimo”. (integrante do LAC – J)

Não é prioridade da Prefeitura, não é prioridade do Estado. Quando a gente vai pros municípios do interior a situação é muito pior. É completamente caótica, assim, dos meninos. Não existe, na maioria dos municípios não existe essa questão das medidas e a maioria dos municípios tem verba, que quem era pra executar era o CREAS⁶⁸ e não executa. Essa é a verdade, assim. Até a gente bate muito nessa tecla junto à STDS⁶⁹, mas assim, eu acredito que é muito essa falta de estrutura. [...] Eu trabalho muito com essa questão da incidência política. Ah, por exemplo, no momento eu tô no CEDCA⁷⁰ representando a Pastoral, tô também no GT de medidas socioeducativas e no fórum DCA⁷¹ [...] (Integrante do LAC – J).

Para além das críticas mais genéricas em relação ao poder público, o programa LAC, objeto da pesquisa, “concorre” diretamente com a política de execução das medidas socioeducativas em meio aberto efetivada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, especificamente com o programa denominado Liberdade Assistida Municipalizada – LAM. A partir da comparação feita pelos agentes inquiridos entre os programas, é possível inferir sobre a relação com a política implantada pelo poder municipal de Fortaleza.

O ponto mais citado é a diferença quantitativa de adolescentes atendidos para o número de profissionais, sendo esta apontada como fundamental para o sucesso do LAC e fator de dificuldade de êxito para a LAM, conforme observa-se nas falas a seguir:

⁶⁸ Centro de Referência Especializado de Assistência Social, “configura-se como uma unidade pública e estatal, que oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos (violência física, psicológica, sexual, tráfico de pessoas, **cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto**, etc.)” (BRASIL, s/d, grifo nosso). Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/creas>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

⁶⁹ Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará, cuja missão é “Desenvolver e coordenar as Políticas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos grupos socialmente vulnerabilizados. (CEARÁ, s/d). Disponível em: <<http://www.stds.ce.gov.br/index.php/institucional/missao>>. Acesso em: 09 abr. 2012.

⁷⁰ Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, “criado pela Lei nº 11.889/91 (alterada pela lei estadual nº 12.934, de 16 de julho de 1999), o CEDCA/CE tem como objetivo promover, assegurar e defender os direitos da criança e do adolescente, seguindo os princípios estabelecidos pela Constituição Federal, Estadual e pelo ECA.” (Site CEDCA, s/d).

⁷¹ Fórum Permanente das ONGs de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, “é uma articulação de entidades não-governamentais de atuação na defesa e promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, que existe há mais de dez anos no Ceará, com apoio e reconhecimento do Fórum DCA Nacional, e que reúne aproximadamente sessenta entidades de defesa e promoção de direitos infanto-juvenis no Estado.” (Site Catavento, s/d).

Alberto: Qual o diferencial do LAC em relação à LAM, que é executada pelo município?

A diferença principal é o número de adolescentes atendidos e o número de profissionais que eles têm. **E não dá pra ter um acompanhamento próximo com a demanda que a LAM tem. Seria até injusto a gente falar que daria pra ter que não tem condições.** E por ter esse número reduzido, a gente acaba tendo mais maleabilidade pra tá... mais até oportunidade, vamos dizer assim, de tá próximo, de poder fazer visita domiciliar com mais frequência, eu acho. [...] Então, assim, o nosso diferencial é esse: o número ser reduzido e a gente ter essa atenção mais especial. Por conta desse número a gente consegue tá mais próximo da família, a gente consegue ir à casa do adolescente com mais frequência, a gente consegue dar acompanhamento pra escola porque acaba sendo um pouco mais bem específico, né. A gente tem uma metodologia geral, mas a cada adolescente, a cada demanda a gente consegue ter um encaminhamento específico pra cada um de maneira mais personalizada, vamos dizer assim. A gente tem mais tempo. Pra gente, às vezes a gente fica: Meu Deus, como é que vou fazer isso? É tanta coisa e imagine pra eles lá. Então, é bem isso mesmo: a questão do número de profissionais para a demanda mesmo. (Integrante do LAC – S, grifo nosso).

Primeiramente, a grande diferença é a quantidade. A questão numérica. Eles atendem dois mil, mil e oitocentos adolescente em toda a capital, Fortaleza, e o LAC atende hoje duzentos e vinte, duzentos, porque oscila esse número. Então, é um número, assim, muito diferente, né. E a gente atua em quatro comunidades. [...] Eles não, eles atendem em todas as Regionais, né. E aí, assim, essa seria a grande diferença: o quantitativo. **E, aí, que aí vai incidir na qualidade do serviço, assim, diretamente.** A gente tem esse serviço nas quatro comunidades, com esse público a gente tá semanalmente. A gente está mais perto, acompanha mais de perto tanto o adolescente como a família. A gente desenvolve as visitas domiciliares trimestralmente. E pelo o que eu sei, lá na LAM é uma vez no ano, eu acho. Por conta dessa questão do número. (Integrante do LAC – D, grifo nosso).

Ao se referirem à questão quantitativa, portanto, evidenciam algo que fica subentendido pelo discurso transcrito acima, qual seja, o número elevado de adolescentes atendidos em relação ao número de componentes da equipe profissional aparece como uma justificativa para uma certeza dos agentes entrevistados de que o programa municipal carece de qualidade, pois o acompanhamento não ocorre da maneira adequada. De fato, a quantidade de profissionais para a quantidade de socioeducandos não coaduna com o que recomenda o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, pois o mesmo aponta que:

Na execução da medida socioeducativa de liberdade assistida a equipe mínima deve ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, garantindo-se o atendimento psicossocial e jurídico pelo próprio programa ou pela rede de serviços existente, sendo a relação quantitativa determinada pelo número de adolescentes atendidos [...].Em se tratando da Liberdade Assistida Institucional⁷²(LAI), cada técnico acompanhará, simultaneamente, no máximo vinte adolescentes.(SINASE, 2006, p. 43).

⁷² Refere-se à aplicação da medida socioeducativa pelo poder público. Para diferenciar a execução do poder público o SINASE utiliza o termo Liberdade Assistida Comunitária para se referir à execução dessa medida socioeducativa por organizações da sociedade civil (e não somente a Pastoral do Menor – apesar do organismo Católico adotar tal nomenclatura antes do Estado).

De acordo com Cruz (2010, p. 170-172), baseada em dados do Fórum DCA, a LAM possui uma quantidade de profissionais defasada em relação ao número de adolescentes acompanhados pelo programa:

Em agosto de 2009, havia 1857 adolescentes na LAM, sendo acompanhados por uma equipe profissional de 55 técnicos, composta por cinco agentes administrativos, cinco educadores sociais, 14 assessores comunitários, 10 psicólogos, 11 assistentes sociais, cinco assessores jurídicos e cinco assistentes técnicos (pedagogos). [...] a relação entre o número de técnicos e de adolescentes aponta que, em média, cada profissional acompanhava simultaneamente mais de 37 adolescentes, ou seja, quase o dobro do que é recomendado pelo SINASE (enquanto que no LAC essa relação era de, aproximadamente, 16,75).

Esse fato também foi constatado quando realizei pesquisa no período de 2007 a 2008 na LAM, no qual os profissionais pesquisados apontaram, na época, uma crítica em relação à quantidade de profissionais para o número de adolescentes:

A demanda, segundo os agentes, é muito grande para o número de pessoas responsáveis para a execução do trabalho. “Eu acho que falta mais profissionais (...) menos adolescente pra cada profissional, pra poder fazer um acompanhamento mais de perto”, opina a pedagoga. Na mesma linha o advogado indica: “Eu acredito, assim, que o principal ponto a ser melhorado é em relação à pessoal mesmo, porque a gente precisa de mais gente pra trabalhar, eu acho que esse é um dos pontos principais para contribuir para o melhor trabalho”. (BARROS FILHO, 2008, p. 55).

Outro fator distintivo na visão dos integrantes do LAC e da Pastoral do Menor trata da inserção comunitária do programa, no qual enfatiza-se que os atendimentos acontecem nas comunidades onde os adolescentes residem e não como acontece na LAM, na qual os atendimentos são feitos nos Núcleos Especializados⁷³ e os adolescentes fazem o deslocamento para o local:

Assim, no LAC que é liberdade assistida comunitária, que eu acho que esse é o diferencial, a gente tenta trabalhar na comunidade, com a comunidade. A gente, mais precisamente pra o Serviço Social, tenta potencializar a rede local. Se lá onde a gente atende, o adolescente mora na comunidade, e se lá tem algum agrupamento que ofereça algum serviço, tanto de lazer, de curso, de escola, de saúde; a gente tenta fazer parceria, tenta potencializar e encaminhar o adolescente pra comunidade pra que ele tenha esse convívio familiar e comunitário com o vizinho, com as instituições do próprio local. Por isso que chama LAC, né? A gente vai até a comunidade. Em vez deles irem até lá o núcleo, nós vamos até lá. A gente atua na própria comunidade. Então, por essa parceria com as Igrejas, porque o nosso local é basicamente na Igreja, nos salões das Igrejas. Então assim, a gente tem essa preocupação também com a questão da comunidade. Acho que é mais um diferencial. (Integrante do LAC – D).

Primeiro, a grande diferença é a questão da comunidade, né, porque a gente sai do âmbito institucional e vamos, realmente, pra inserir... a proposta da liberdade

⁷³ Sobre essa divisão e metodologia da LAM por meio dos núcleos especializados, ver página 14 da Introdução deste trabalho. Ver também Sousa, 2010 e Barros Filho, 2008.

assistida comunitária é estar inserido dentro da comunidade. É estar junto com a comunidade onde o menino está, porque ele mora lá, é pra ele estudar lá, ele tem relações comunitárias ali. Então, a ideia é que a rede comunitária esteja toda envolvida no acompanhamento com o menino, porque o menino não é da Pastoral do Menor, o menino é de todo mundo, é de toda a sociedade. Então, é da comunidade. Então, essa, pra nós, é uma bandeira que a gente carrega muito, de que o menino não é nosso, nosso Pastoral, ele é da comunidade, ele é da sociedade. Então, é lá que a gente tem que começar a ver as causas que estão gerando/ocasionando que os meninos se encontrem em conflito com a lei. Não adianta só atender o menino, a gente tem que ver o que é que tá levando os meninos das comunidades a tarem se envolvendo em conflito com a lei. (Integrante da Coordenação Regional da Pastoral do Menor – C)

Um aspecto também enfatizado para mostrar a legitimidade e eficiência do trabalho do LAC é o fato de que, segundo integrantes da Pastoral do Menor, os próprios agentes do poder público reconhecem a importância e a necessidade da existência do Programa, pois o mesmo produz resultados positivos mais rápidos.

E, aí, a gente vê que é um trabalho muito importante pro município e a gente sabe disso porque as próprias pessoas que estão ligadas ao atendimento, que são responsáveis pela política do atendimento socioeducativo no município sempre conversam com a gente: “olha, o LAC é uma grande diferença também no atendimento socioeducativo, tanto como o que a gente desenvolve a nível de Prefeitura. Então, ele não pode parar assim. Ele tem que continuar... vocês têm que continuar porque é um trabalho que vocês fazem junto à comunidade, junto à família que às vezes a gente não tem um alcance tão rápido como vocês têm.” Porque é mais menino, por questão de demanda, porque tem uma burocracia institucional, então, existe esse reconhecimento por parte do poder público nesse sentido. (Integrante da Coordenação Regional da Pastoral do Menor – C)

Desse modo, pode-se dizer que o LAC, nessa perspectiva, teve uma pretensão de ser modelo na execução da liberdade assistida, pois a Pastoral do Menor sempre advogou sobre a necessidade dos municípios assumirem as medidas socioeducativas em meio aberto e a sua abordagem e resultados poderiam auxiliar nessa implementação, conforme está expresso em documentos institucionais e no discurso de alguns entrevistados:

A Pastoral do Menor, desde que iniciou o Programa, tinha clareza de que seu compromisso não era o de assumir a responsabilidade do município, e sim construir durante a execução, um modelo de atendimento que pudesse contribuir com os municípios no exercício de sua função. (Pastoral do Menor /CNBB, 2010, p.16).

A nossa ideia era que com a municipalização a gente pudesse tá construindo de uma forma mais incisiva, mais forte uma parceria junto com a Prefeitura. Porque a Prefeitura já assumiu o atendimento socioeducativo em meio aberto, que esse, também, era um grande passo que a gente queria dar junto com o Ministério da Justiça: era iniciar um trabalho pra que depois as capitais, ou os municípios, onde nós estávamos, a partir daquela experiência, vissem os resultados e passassem a assumir os programas. (Integrante da Coordenação Regional da Pastoral do Menor – C)

A certeza da ineficiência do modelo municipal é percebida quando uma agente explicita a sugestão dada à Prefeitura sobre a melhor forma de execução das medidas socioeducativas em meio aberto, no qual a parceria com ONG's seria a melhor forma de atender a demanda e fortalecer as redes comunitárias:

E uma vez a gente conversou com o pessoal da equipe da Prefeitura, como é que a gente pode [fazer], pra poder diminuir os atendimentos da Prefeitura, dos núcleos, parcerias com outras ONG's que possam sob, claro, o monitoramento e o acompanhamento do município, desenvolver o atendimento socioeducativo. Porque iria potencializar mais os atendimentos, iria diminuir essa demanda do município. Em vez dele ficar com dois mil, ele podia ficar só com quinhentos, digamos assim, e distribuir entre várias ONG's, mas, aí, tem que ter recurso, tem que ter prioridade dentro da política pública. A infância tem que ter prioridade dentro do orçamento público, porque tem que ter investimento. Porque precisa... não adianta fazer o atendimento de qualquer forma, tem que ter profissionais competentes, qualificados, que se sintam estimulados a estar ali a desenvolver um trabalho. Porque como ele é um trabalho um pouco mais desafiante, ele requer do profissional uma atenção muito especial. Então, ele precisa, também, ser valorizado nesse sentido: os profissionais que estão na área. Então, a... e isso requer orçamento público, também, pra que possa investir, fazer parcerias/várias parcerias pra que possam tá, digamos, distribuindo melhor. Aí, a gente acredita que seriam, também, dentro das comunidades, onde os meninos pudessem estar. As ONG's atendiam os meninos naquela comunidade onde ela se encontra que iria facilitar muito, e a gente ia formar uma grande rede de atendimento. Pra nós, se a gente conseguisse construir uma rede de atendimento bacana, legal, só quem iria sair ganhando era o município, porque a gente iria com certeza reduzir muito o número de reincidência. (Integrante da Coordenação Regional da Pastoral do Menor – C)

Essa autoridade acerca das medidas socioeducativas por parte do LAC é refletida quando se trata da ênfase dada ao pioneirismo, à metodologia e às ações em outros estados, como se pode observar na fala a seguir:

A Pastoral, ela, digamos assim, é um pouco, eu acho, que pioneira nesse sentido e dá até pra ver essa questão a nível nacional, porque eu vejo que em alguns estados também, ela ainda funciona dando capacitações pra prefeitura, pro estado, como até hoje funciona, né. E, aí, a pastoral criou toda uma metodologia de atuação que, obviamente não foi ela quem criou, que é muito baseada no ECA e no SINASE. É tudo muito de acordo. (Integrante do LAC – J).

De acordo com o relato de J, Fortaleza não fugiu à regra. A Pastoral do Menor, inicialmente, estabeleceu uma parceria com a Prefeitura, na qual segundo integrante do LAC, a Pastoral dava um suporte a partir de encontros sistemáticos com os agentes da LAM:

[...] a pastoral criou [o projeto] em dois mil e três. Dois mil e dois pensou e dois mil e três começou. As medidas foram municipalizadas eu acho que foi em dois mil e seis. Já atendia [desde 2002], mas total, que criou o projeto, foi em 2006, alguma coisa assim. E quando Fortaleza decidiu municipalizar, assim, né, que a Prefeitura que queria, digamos, tomar de conta do atendimento dos meninos de medidas em meio aberto, que no caso, meio fechado é o Estado. Aí... a Pastoral entrou muito como um suporte. É tanto que nesse convênio que a gente tinha, a gente tinha algumas reuniões com os profissionais, né, isso que... enfim, quando a gente fala de

prefeitura e Estado, é gestão. Então, a gestão muda muito de acordo com os gestores. E, aí, havia algumas reuniões, é tanto que na época os gestores pediam pra gente fazer reuniões setoriais. Tinha reunião do psicólogo com os psicólogos, assistentes sociais ainda chegaram ter, mas aí a prefeitura foi, né, obviamente, se aperfeiçoando e criando o seu programa e atualmente ele funciona. E na época eram poucos adolescentes da prefeitura. (Integrante do LAC – J).

Outra crítica que aparece de forma mais explícita é a opinião que há falta de prioridade nos investimentos para as políticas de execução das medidas socioeducativas. Muitos relataram que a LAM não tem resultados positivos devido a grande demanda em relação ao número de profissionais, porém a partir da fala a seguir, vê-se uma ênfase maior no apontamento que essa situação não é causa e sim consequência de escolhas políticas na decisão dos investimentos públicos:

Como a prefeitura teve/tem essa obrigação, de certa forma, de abarcar e como o número tem crescido, então acho que a principal diferença é de número, né. No momento a Prefeitura tá com dois mil e quinhentos ou é dois mil e setecentos. Todo ano cresce. É um número absurdo pro tamanho da equipe, pro tanto de dinheiro que vem. E eu acho que, por conta desse número de adolescentes que é grande, por conta de ser uma política de gestão, digamos assim, eu acho que acaba sendo uma política... é um programa que ele tá um pouco... é... ele não funciona a contento, né. Isso é a opinião que a gente tem mesmo, né. [...] Mas a gente avalia que não funciona a contento por conta da falta mesmo de estrutura, né. Por conta da falta mesmo de prioridade, porque medida socioeducativa não é prioridade mesmo! aqui no Ceará. [...] Então, assim, se tem que atender os dois mil e quinhentos, então que coloque o número de equipes suficiente, que capacite, que tenha um salário digno. (Integrante do LAC – J).

O discurso estabelecido no LAC também ressalta que não é somente a quantidade de adolescentes que incide sobre a qualidade da execução da medida socioeducativa, mas também a metodologia que deve ser guiada pelas normas legais constituídas:

É complicado, mas assim, eu acho que o segredo não é a questão de ser um número pequeno. É a questão de você seguir uma diretriz, entendeu? Pra você fazer aquele atendimento de forma legal e isso tá escrito. Tem nas leis, tem nas resoluções, assim: pro atendimento de LA você tem um profissional pra cada no máximo vinte adolescentes. Você tem que fazer um atendimento psicológico, um atendimento do serviço social. O serviço social tem que fazer visita domiciliar. [...] Por exemplo, lá [LAM] é parecido na questão dos profissionais, é mais ou menos o mesmo quadro. Eles também executam o PIA, que é o Plano Individual de Atendimento, tenta-se fazer um atendimento mais individualizado, só que assim, não se dá conta. [...] Eu acho que é um programa que tem se tentando cada vez mais se aperfeiçoar. Agora, há pouco tempo, aumentaram o salário dos profissionais porque aconteceu um rodízio muito grande. [...] Uma das principais diferenças é que na pastoral é semanal e lá é mensal. Então, assim, a gente que trabalha com isso, a gente não acredita em atendimento mensal. A gente acha que não é viável, não funciona por conta mesmo do grande contingente e do reduzido número de profissionais. (Integrante do LAC – J).

A autonomia política é também bastante ressaltada, pois os agentes que compõem o programa apontam o fato de que por ser uma instituição não governamental, os possibilitam

fazer uma crítica mais forte em relação às esferas públicas. Fato que não é viável para os integrantes da LAM que, segundo J, não possuem essa liberdade por estarem vinculados a um projeto de gestão:

E eu acho que uma das principais diferenças também é que, por exemplo, o fato da pastoral ser, de certa forma, uma instituição não governamental nos dá a liberdade da gente bater de frente, né. De bater de frente com os gestores, bater de frente com o Estado, bater de frente com o sistema judiciário. Querendo ou não, o programa [LAM], eu acho que existe toda uma boa vontade pra que dê certo da equipe, mas querendo ou não, não é possível. Eles têm que dizer que o programa deles é lindo, que é maravilhoso. (Integrante do LAC – J).

Interessante notar os diferentes discursos acerca de um prêmio recebido pelo Programa executado pela Prefeitura, a LAM. Primeiro, pode-se observar a análise de uma pesquisadora que também era partícipe da equipe profissional do referido Programa que vê de forma positiva e instigante para sua pesquisa o reconhecimento da política de atendimento socioeducativo do poder público municipal:

O resultado do trabalho que vem sendo realizado pelo Programa de Liberdade Assistida da Prefeitura Municipal de Fortaleza teve reconhecimento por meio da conquista do segundo lugar na 3ª Edição do Prêmio Sócio-educando em 2008, na categoria “Execução de Medidas em Meio Aberto”, recebendo menção honrosa. O referido prêmio identifica, divulga e premia as experiências exitosas, criativas e sustentáveis na aplicação e execução de medidas sócio-educativas [sic] para adolescentes em conflito com a lei que estejam em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e com as normativas internacionais sobre o tema. Essa premiação é um projeto organizado pelo “Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinquente” (ILANUD). O reconhecimento da LAM nesta premiação torna-se um fator relevante para a realização desta pesquisa, na tentativa de compreender “se” e “como” esta política vem conseguindo pôr em prática a observância de direitos duramente conquistados, ao longo de quase duas décadas, e que ainda encontram obstáculos à sua plena realização. O êxito obtido na avaliação deste Programa de Atendimento Sócio-educativo torna ainda mais relevante a reflexão sobre as ações produzidas nos Núcleos de Atendimento Sócio-educativo de Liberdade Assistida Municipalizada e seus impactos na realidade dos adolescentes em conflito com a lei da cidade de Fortaleza. (SOUSA, 2010, 22-23).

Já uma integrante do LAC revela no seu discurso a discordância da premiação dada ao Programa municipal e legitima sua opinião afirmando que tal desacordo é um julgamento geral dentro dos movimentos sociais ligados a esse segmento. Reconhece, porém, o mérito da municipalização, mas não o da sua execução, justificado também pela falta de conhecimento de alguns técnicos do Programa, isentando-os de culpa, pois segundo a mesma há uma falta de suporte da gestão como um todo:

É tanto que ganhou um prêmio, né, que os movimentos da infância até acham meio que um absurdo esse prêmio porque não funciona. Tem um prêmio, assim, no

sentido da institucionalização, da municipalização, foi bem legal, realmente se criou tudo isso. Eles ganharam editais na época e tal, mas na prática não funciona de forma interessante, né. É tanto que alguns encontros, a gente teve encontro agora em agosto [de 2011], e alguns profissionais superperdidos, alguns técnicos. Alguns momentos que a gente conversa com eles, eles falam um pouco assim: “ai, o que é que eu faço em relação a isso?”, “e quando acontece isso, o que é que vocês fazem?”. Eu acho que falta mesmo esse suporte a nível de gestão mesmo para além do Programa. Da Prefeitura mesmo e do Estado também. (Integrante do LAC – J).

Quando questionada sobre a importância do LAC na Cidade, uma vez que a Prefeitura atende quase a totalidade dos adolescentes que cumprem a Liberdade Assistida, são sintomáticas duas preocupações: primeiramente, considera-se que a Cidade perderá um Programa de referência, no qual o “realmente o atendimento funciona” e segundo, um “pesar” pelos adolescentes recebidos e pelas comunidades que sentiriam muito a ausência do trabalho do LAC, deixando claro que o poder municipal não os substituiriam a altura nesses locais:

Agora, assim, às vezes a gente pensa, assim: meu Deus, vamos supor que o LAC não tenha mais nenhum financiamento e acabe! A gente pensa que... a gente até pensa por esses adolescente que tão com a gente vão pra LAM, então, aqui em Fortaleza não vai ter mais nenhum programa de referência pra você dizer: “olha, realmente o atendimento funciona.”[...] De repente se as medidas funcionassem de forma plena na Prefeitura, né, talvez a gente tivesse uma outra visão? Poderia ser. Quando por algum motivo a gente pensa: ah, o LAC vai deixar de existir e a gente: “não, vamos transferir todos pra Prefeitura”. A gente sente um certo pesar mesmo porque pelo menos esses, essas comunidades que já tem a gente como referência que são quatro, que a gente tá lá, que a gente acompanha, que a gente faz um trabalho... acho que vão sentir muito. (Integrante do LAC – J).

O Programa também é visto como modelo exitoso no que concerne à execução das medidas socioeducativas em meio aberto, pois o fato de haver resultados insatisfatórios no cumprimento das medidas socioeducativas, segundo esses agentes, se deve a forma como os programas são conduzidos e não por conta dos conteúdos das propostas para as medidas. A LAM, para os mesmos, reflete um modelo ineficaz de condução da medida, devido à falta de mais investimentos por parte do poder público para que se possa seguir os princípios jurídicos e as recomendações pedagógicas, conforme sintetizado no discurso a seguir:

A gente é usado (...) por outras instituições, como Juizado, como cartão de visita daquilo que pode ser feito da maneira direita, entendeu?

A gente não tá preocupado com o tanto de adolescente. Ah, mas por que o LAC atende tão pouco? A gente tá preocupado em executar a política da maneira que ela é pra ser feita. Acho que a grande contribuição do LAC é essa: mostrar que o LAC é um exemplo de política que funciona, de fato, quando é bem executada. Eu acho que é essa a contribuição que o LAC dá muito a partir daí. A gente é muito... acaba muito sendo usado como modelo pra se comparar. Porque a gente tem essa preocupação de executar mesmo da maneira que é, a partir do estatuto, como diz no SINASE. Então, assim, é mostrar que isso é possível, que é possível. A possibilidade de uma medida socioeducativa ter bom resultados é a partir do momento em que você se preocupa em executar a política de uma maneira que ela... como ela é estabelecida, como ela está colocada para ser executada. Se houver essa

preocupação, se houver essa... tiver prioridade na política de infância... Porque eu creio que se a Prefeitura tivesse mais profissionais, vamos dizer assim, com certeza a qualidade do atendimento melhoraria se tivesse mais transporte, mais núcleos, profissionais, entendeu? Com certeza o atendimento deles seria melhor. Os profissionais que estão lá são ótimos profissionais, são seres humanos limitados que não tem como dá conta da demanda que eles têm. Então, acho que a contribuição do LAC é essa: é como a gente pode é... tá contribuindo de maneira eficaz mesmo. É uma medida que se torna mais eficaz por conta disso, dessa prioridade que a gente dá mesmo. (Integrante do LAC – S)

Por fim, pode-se resumir a percepção dos agentes do LAC sobre o Programa executado por eles e, principalmente, em contraponto à execução da liberdade assistida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza com as seguintes conclusões: a) a *mística* da Pastoral do Menor afeta a ação dos profissionais (mesmo sendo técnicos remunerados), pois há um processo de *conversão* aos valores estabelecidos pelo organismo; b) o programa funciona bem porque se busca seguir as normas jurídicas e diretrizes para o atendimento socioeducativo em meio aberto, como o número de profissionais de acordo com a demanda; e c) o Programa funciona como modelo exitoso de execução das medidas socioeducativas em meio aberto, pois o mal desempenho na execução das medidas, segundo esses agentes, está ligado à forma de condução da medida, ou melhor, às precárias condições de trabalho para realização do trabalho e não devido aos marcos legais e pedagógicos.

4 O PÚBLICO, AS ATIVIDADES E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROGRAMA LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA

4.1 Condições sociais do adolescente autor de ato infracional: o público do LAC

“O jovem infrator expressa o mal-estar de sua época, o que nesse, caso, significa afirmar que o adolescente contemporâneo enuncia, através do comportamento delitivo, seus desassossegos vividos em tempos de globalização.”

(Carmem de Oliveira).

Para compreensão das atividades realizadas pelo LAC, os resultados esperados com as mesmas, bem como as *representações sociais* que fundamentam tais escolhas, se faz necessário, mesmo que brevemente, ter noção de quem é público ao qual a medida socioeducativa é direcionada.

Para essa empreitada foram analisados dados de cunho quantitativo, cedidos pela coordenação do LAC, referentes ao período de 2009 a 2010. Nesse recorte temporal foram atendidos 231 adolescentes, dos quais 213 (92,2%) eram do sexo masculino enquanto 18 (7,8%) do sexo feminino. (ANEXO B – Tabela 1).

O programa atua em quatro bairros da periferia de Fortaleza: Pirambu, Tancredo Neves, Jardim Iracema e Bom Jardim. A maior quantidade de adolescentes atendidos do sexo masculino é da área do Bom jardim com 35,2% dos casos, enquanto do sexo feminino é a área do Pirambu, que conta com 33,3% dos casos. (ANEXO B – Tabela 2).

Em relação à faixa etária há uma variação dos 13 aos 21 anos de idade, com maior incidência dos 17 aos 19 anos, pela parte masculina, que corresponde a 58,5% dos adolescentes e dos 16 aos 17 anos, entre as mulheres, representando 55,6% das adolescentes atendidas. (ANEXO B – Tabela 3)

Os adolescentes atendidos no LAC que residem somente com a mãe representam 33,4%, com o pai e a mãe 32,1%, com os avós 14, 2%, com companheiro(a) 6,5%, com outros familiares 2,6%. (ANEXO B – Tabela 4).

Quanto à escola/escolaridade mais da metade dos adolescentes não estava vinculada ao sistema de ensino formal, uma vez que, por meio dos indicadores, vê-se que cerca de 67% não frequentavam a escola, enquanto aproximadamente 33% estavam matriculados. Observa-se ainda que aproximadamente 14% dos adolescentes sequer foram

alfabetizados e quase 1% nunca frequentou a escola. Estavam no ensino fundamental I (1º ao 5º ano) 20% dos adolescentes, 37,3% no ensino fundamental II (6º ao 9º) e 9,7% encontravam-se no Ensino Médio. (ANEXO B – Tabela 5 e Tabela 6).

Nota-se em relação à escolaridade que existe, tanto entre os que frequentam quanto entre aqueles que abandonaram o ensino formal, uma incompatibilidade, na maioria dos casos, entre a série que se está cursando (ou na qual parou) com a faixa etária escolar correspondente. A maioria dos adolescentes está com idade entre 16 e 19 anos e está estudando ou parou de estudar no Ensino fundamental (a idade escolar correspondente desse nível de ensino é de 7 aos 14 anos).

A condição de trabalho, bem como o tipo de renda é outro aspecto que demonstra de maneira direta a situação econômica desses adolescentes e suas famílias. Em relação aos tipos de vínculos de trabalho dos adolescentes, quase metade não trabalha (45,2%), estão inseridos no mercado de trabalho informalmente 16,5%, os formalmente empregados representam apenas 3,4% e em cursos profissionalizantes encontram-se 15,3% e 19,6% não informaram. (ANEXO B – Tabela 7).

A renda familiar também atesta a baixa condição econômica das famílias dos adolescentes que estão no LAC, tendo em vista que as famílias que recebem até um salário mínimo representam 28,1%, de um a dois salários estão 21,5% delas, no universo das que recebem proventos de dois salários tem-se o percentual de 6,6% e as que têm renda de mais de dois salários incluem 4,9%. Não informaram a renda 21,5% das famílias. (ANEXO B – Tabela 8).

Em relação às fontes destas rendas, grande parte está vinculada a benefícios sociais oriundos de políticas governamentais, tais como o Bolsa Família (29,1%) Aposentadoria (17,8%), Benefício de Prestação continuada⁷⁴ – BCP (4,7%), Pensão (4,1%), 12,5% não recebem nenhum benefício e 31% não informaram. (ANEXO B – Tabela 9).

O comprometimento com o universo que envolve o universo da droga (uso e tráfico) química é outro aspecto a ser constatado. Grande parte dos adolescentes que estão cumprindo medidas socioeducativas faz uso de algum tipo de droga. No LAC esse quadro não é diferente, pois quase metade (46,8%) dos adolescentes afirmou utilizar alguma droga, enquanto 29,4% disseram não fazer uso e 23% não informaram. (ANEXO B – Tabela 10).

⁷⁴ “O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC-LOAS, é um benefício da assistência social, integrante do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, pago pelo Governo Federal, cuja operacionalização do reconhecimento do direito é do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de idosos e pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna.” Disponível em: <http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8742.htm#L_8742_LOAS_CPIV_SCI>. Acesso em: 04 abr. 2012.

Quanto à tipificação do ato infracional cometido, os dados apontam para uma grande diversidade de delitos, cerca de 30 modalidades. Destaca-se o Roubo com 31,2% dos casos e Porte Ilegal de Arma de Fogo com 18,2% como os atos infracionais mais cometidos pelos adolescentes que cumprem a medida. (ANEXO B – Tabela 11).

O histórico dos anos de 2009 a 2010 revela também que 36,7% dos adolescentes atendidos no período descumpriram a medida e 63,3% cumpriram ou estão cumprindo regularmente. (ANEXO B – Tabela 12).

Portanto, a partir destes indicadores referentes aos adolescentes que cometeram algum ato infracional e foram acompanhados pelo LAC, pode-se apontar de que maneira a “condição social” desses indivíduos contribui para a “produção” de formas de agir ditas “transgressoras”, “desviantes” ou “criminosas”. Ressaltando que diversos dados oficiais e pesquisas acadêmicas mostram resultados coincidentes em muitas variáveis em relação ao perfil dos adolescentes em conflito com a lei ou envolvidos em mortes violentas. (BRASIL, 2011; WAISELFISZ, 2011; ANCED, 2011; SOUSA, 2010; BERNARDO, 2011; FREITAS et al, 2010; CRUZ, 2010; PINHEIRO et al, 2005).

A partir desses dados acerca dos adolescentes que estão cumprindo medida socioeducativa no LAC, têm-se os seguintes traços mais recorrentes: a) são oriundos dos bairros “periféricos” de Fortaleza; b) são do sexo masculino; c) encontram-se nas faixas etárias dos 17 aos 19 anos; d) a maioria mora somente com a mãe ou com os pais; e) muitos estão fora da escola e dentre os que a frequentam a maioria está cursando séries aquém de sua idade escolar; e) tantos eles quanto suas famílias possuem baixos rendimentos, tendo como principais fontes benefícios financeiros oriundos de políticas públicas e estão imerso no chamado “mercado de trabalho informal”; f) muitos são também usuários de drogas, g) a maioria cumpriu regulamente a medida, no entanto uma quantidade significativa a descumpriu.

Essas variáveis, assim como outras não mencionadas, apontam certas condições sociais – consideradas como um tipo específico de socialização – que possibilita a “produção” de um tipo de *habitus*, cuja forma incorporada é objetivada em ações ditas “desviantes”, “infracionais”, “delituosas”, “delinquentes”, ou qualquer outra denominação.

De modo algum, elas devem ser compreendidas como deterministas, no sentido de que necessariamente gerará este *habitus*, tendo em vista que muitos sujeitos são partícipes das mesmas condições sociais e não produzem tais formas de comportamento e vice-versa. (ZALUAR, 2004, p. 390). Sendo esta problemática debatida por uma grande quantidade de

pesquisas sobre os aspectos que envolvem as práticas delituosas de adolescentes por meio de diversos enfoques:

Trata-se de um fenômeno cuja natureza multifatorial impede adoção de modelos explicativos e propostas de intervenção de cunho reducionista, linear e determinista. Tais modelos, por pressuporem relações causais diretas entre as variáveis de um fenômeno, não dão conta da multiplicidade de formas através das quais o mesmo encontra expressão. As diferentes trajetórias de envolvimento e não envolvimento de adolescentes com o ato infracional revelam a complexa combinação de fatores que os predis põem ao risco [...].(COSTA e ASSIS, 2006, p. 74).

Parto, desse modo, da ideia de que o modo como os indivíduos constituem uma sociedade, ou seja, as relações que estabelecem entre si, formam uma “ordem social”, que exerce forte influência na “individualidade” ou na “personalidade” dos agentes sociais (BOURDIEU, 1996, 2005, 2008; ELIAS, 1994, 2000). Portanto, esse conjunto de fatores pode ser compreendido como uma “formação social” na qual existe uma probabilidade considerável de produzir ocorrências de natureza “transgressoras”. Tendo em vista que a maioria dos sujeitos que fazem parte deste universo compartilha de rede de relações sociais parecidas.

Os bairros onde residem os adolescentes, ou seja, seus “locais de origem social”, não podem ser tomados como unidades isoladas dentro do contexto da Cidade. Eles guardam, além de sua localização geográfica⁷⁵, diversos significados “simbólicos” e marcas “distintivas”, os quais só fazem sentido quando os locais de habitação se situam uns em relação aos outros.

Uma das características que se destaca no estudo da organização do espaço urbano é a segregação, que ocorre tanto social quanto espacialmente. A organização do espaço urbano dá-se por meio de regras que, variando cultural e historicamente, estabelecem “padrões de diferenciação social e separação”, “revelam os princípios que estruturam a vida urbana e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade” (CALDEIRA, 2000, p. 211).

Assim, como qualquer cidade, Fortaleza possui os chamados bairros “nobres” e os “periféricos⁷⁶”, espaços da urbe que correspondem um tipo de *status* social, econômico, cultural etc. Nesse sentido, o local de moradia, assim como outros aspectos das condições de

⁷⁵ A localização geográfica, obviamente, relaciona-se mutuamente com toda construção simbólica do lugar, valorizando-o ou o desprestigiando-o.

⁷⁶ A noção de “periférico” vai além do sentido geográfico, uma vez que alguns bairros pobres estão próximos ou inclusos nos bairros “nobres” e, portanto, o sentido estende-se para o distanciamento simbólico (econômico, social, cultural, infraestrutura etc.).

vida de indivíduos ou de grupos, referencia-os dentro de uma sociedade. Em outras palavras, demonstram quais posições determinados agentes ocupam na hierarquia social.

Os bairros nos quais os adolescentes do LAC residem, assim como outros bairros “periféricos” da Cidade são, em grande medida, marcados por altos índices de desemprego, precária estrutura sanitária, baixos níveis de escolaridade, poucas áreas de lazer; elevados indicadores de violência e mortalidade (juvenil, inclusive). (FREITAS et al, 2010). Segundo Assis e Constantino (2005, p. 82):

A desigualdade econômica e social brasileira dificulta o pleno crescimento e desenvolvimento de milhões de adolescentes, que se vêem aprisionados a comunidades expropriadas, moradias inadequadas, restrições severas ao consumo de bens e serviços, estigmas e preconceitos, falta de qualidade no ensino, relações familiares e interpessoais fragilizadas e violência em todas as esferas de convivência.

Todos esses aspectos estão acompanhados por um forte sentimento da população como um todo – quer dizer, tanto dos moradores dos bairros “nobres”, quanto dos “periféricos” – de supervalorização dessas características em contraponto a pouca visibilidade dos demais aspectos da vida social destes lugares. Possuem, dessa maneira, grande *estigma* de bairros de pessoas “pobres”, “violentas”, “mal educadas” etc. que vivem em lugares “sujos”, “perigosos” ou “no vixe!”⁷⁷, para usar uma expressão local.

Enxergar dessa maneira determinado meio social tem como função estabelecer distanciamentos simbólicos, de modo a garantir as diferenças e as posições estabelecidas de grupos que estão dispostos em locais privilegiados dentro do conjunto da sociedade.

Norbert Elias demonstra bem a distinção e a relação entre o *preconceito individual* e o *estigma social*:

“(…) é comum não se distinguir a estigmatização grupal e o preconceito individual e não relacioná-los entre si. (...) Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de ‘preconceito racial’ quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência. A peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhe são inerentes. Essa é também a precondição decisiva de qualquer estigmatização eficaz de um grupo outsider por um estabelecido. Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o

⁷⁷ “Moro no Vixe!” é uma expressão relativamente comum na cidade Fortaleza utilizada como resposta por moradores de bairros periféricos ao serem indagados sobre o local onde residem. Refere-se ao fato de que geralmente quando eles dizem o nome do bairro no qual moram o interlocutor reage com o famoso “vixe!”. Esse termo é uma corruptela da expressão “virgem Maria!” que significa, em geral, surpresa, rejeição e, em alguns casos, ênfase positiva, ou seja, como a maioria das expressões populares ou gírias possui uma polissemia. Para o caso exemplificado significa rejeição ao local e uma ironia em relação à própria expressão quando os habitantes destes bairros já o apelidam por tal alcunha.

grupo estigmatizado é excluído. Enquanto isso acontece, o estigma de desonra coletiva imputado aos outsiders pode fazer-se prevalecer”. (ELIAS e ESCOTSON, 2000, p. 23).

Essas formas de pensar e agir não provém, em geral, de um cálculo cínico de indivíduos específicos. Elas são formadas por conta das divisões econômicas, sociais e culturais estabelecidas por *processos* anteriores e de amplitude muito maior. Desta feita, indivíduos e grupos surgem nesse universo social com estas segregações já postas. Dentro desse contexto é que se dão as diversas socializações.

Outro aspecto relevante é a predominância dos adolescentes e jovens do sexo masculino no envolvimento com atos infracionais, bem como aparecendo como as principais vítimas da violência. Já há dez anos, o fato de ser jovem e do sexo masculino era considerado um fator de risco para o envolvimento em delitos no Brasil: “Em 2002, 94% dos adolescentes que cumpriam medida de Privação de Liberdade no Brasil eram rapazes.” (ASSIS; CONSTANTINO, 2005, p. 83).

Os indicadores referentes ao ano de 2010 comprovam que essa realidade sofreu pouca alteração no País, uma vez que aproximadamente 95% de adolescentes privados de liberdade são homens e apenas cerca de 5% são mulheres. Números que se repetem no Ceará (BRASIL, 2011, p. 14-15) e estão muito próximos com os do LAC, conforme apontado anteriormente.

Outro dado que corrobora com tal fato se refere às mortes causadas por homicídios em Fortaleza, pois há uma forte predominância dos homens na série histórica de 2007 a 2009, ficando também em torno de 95% com variações percentuais mínimas. (FREITAS et al, 2010, p. 47).

Isso se torna significativo quando é observado de modo *relacional*. Os números citados não são de modo algum desprezíveis, uma vez que revelam a predominância de um aspecto da socialização dos adolescentes em conflito com a lei. Se o *estigma* da origem social exerce influência sobre condutas “transgressoras” ou “criminosas”, não é menos verdade que ela afeta sobremaneira adolescentes do sexo masculino.

Isso reflete um aspecto cultural de suma importância, pois sinaliza para uma diferenciada socialização dos homens e mulheres dentro dos mesmos contextos sociais. Em outras palavras, é a partir do meio social que se aprende a ser “homem” ou ser “mulher” com seus respectivos predicados. Incorporam-se qualidades distintas reputadas aos sexos. Os atributos femininos construídos socialmente estão mais ligados à “delicadeza”, à “sensibilidade”, à “proteção”, ao “cuidado”, à “maternidade”. As qualidades de ser homem

vincula-se, ao contrário da mulher, à “virilidade”, à “coragem”, à “força física”, à “violência” etc. Obviamente não se poder negar a grande variedade dessas construções, uma vez essas funções sociais referentes ao sexo possuem uma multiplicidade de correlações com outros valores e práticas disseminados em diferentes estratos sociais, regionais, culturais etc.

Zaluar (2004, 2007) aponta em sua argumentação em torno das ações dos traficantes e seus “soldados” no Rio de Janeiro, principalmente no que concerne às suas atitudes violentas, a existência de uma forte valorização da *masculinidade*⁷⁸ e a conseqüente necessidade que o indivíduo tem de mostrar que é superior, forte, viril, o incumbe de coragem para enfrentar os agentes inimigos, tanto criminosos (grupos concorrentes) como estatais (a Polícia, por exemplo). Deste modo, a explicação da inserção no chamado “mundo do crime” não deve limitar-se ao âmbito da racionalidade econômica, mas também no campo da explicação cultural.

Conforme estudos sobre a relação entre ações delitivas e gênero, aspectos relacionados à socialização em termos de internalização de valores e padrões de comportamento implicam nas diferenças na quantidade e no tipo de delito entre homens e mulheres. Fatores como as formas de violência vivenciadas refletem esses comportamentos distintos, tais como maior frequência de incidência de violência doméstica por parte das meninas e de violência extrafamiliar por parte dos meninos:

[...] existe uma socialização diferencial entre os sexos, sendo que muito cedo as meninas aprendem que a agressão física é um comportamento indesejável e, então, adquirem comportamentos mais compatíveis e esperados para o seu sexo. Há, também, diferenças quanto ao sexo na associação com a violência: adolescentes do sexo masculino são mais vítimas da violência extrafamiliar; apresentam mais freqüentemente comportamentos agressivos, como lutas e brigas, envolvem-se mais em roubo e uso de armas, vandalismo e oposição escolar do que as meninas (Gomide, 2000; Storvoll & Wichstrom, 2002). Estas sofrem, mais freqüentemente, violência doméstica, abuso sexual e negligência (Kristensen, Oliveira & Flores, 2000; Salzinger, Feldman, Stockhammer & Hood, 2002). Ainda é observada uma maior prevalência de desordens internalizantes, como a depressão, entre as meninas, e desordens externalizantes, como expressão de sentimentos através de comportamentos agressivos e abuso de drogas ou álcool, entre os meninos (Steinberg, 1999). (DELL’AGLIO, 2005, p. 120-121).

Da mesma forma, é importante ressaltar que no atual cenário social cuja violência aparece de forma significativa em seus diversos aspectos, os adolescentes e os jovens⁷⁹

⁷⁸ Zaluar (2004, p. 365- 396) analisa diversos significados da *masculinidade*, principalmente, em sua relação com o *poder* e a *violência*. A autora chama a atenção para a pluralidade da dimensão da referida masculinidade, tanto em termos teóricos, quanto empíricos.

⁷⁹ O trabalho aqui apresentado adotou a categoria adolescente para se referir ao grupo etário de 12 e 18 anos de idade, conforme aponta o ECA, ressaltando que as medidas socioeducativas podem ser cumpridas até os 21 anos, quando o ato infracional é cometido antes de completada a maioridade. Para efeitos de compreensão de como questões relacionadas à violência atingem tanto adolescentes quanto jovens é necessário observar o que

aparecem como agentes privilegiados nesse panorama – tanto como vítimas como causadores da violência. Embora “tanto as análises sociais quanto a imagem divulgada pelos meios de comunicação têm privilegiado a adolescência e juventude como momento de produção de violência, como agressora, destacando seu envolvimento com a delinquência e a criminalidade”. (WAISELFISZ, 1998, p. 11).

Acerca disso, destaca-se que a mortalidade dos jovens vem aumentando nas últimas décadas, apesar da diminuição da taxa de mortalidade do total da população, conforme os dados apresentados nos *Mapas da Violência* (WAISELFISZ, 1998, 2004, 2006, 2008, 2010 e 2011). Isso demonstra que os adolescentes e os jovens estão no foco das questões relacionadas à violência no Brasil.

Quando se trata da juventude – maioria da população em fase escolar –, a preocupação com a violência deve tornar-se ainda mais urgente. O presente Mapa demonstra, por exemplo, que considerado o tamanho da população, a taxa de homicídios entre os jovens passou de 30,0 (em 100.000 jovens) em 1980 para 50,1 no ano 2007, enquanto essa taxa, no restante da população (não jovem), permaneceu relativamente constante, inclusive com leve queda: de 21,2 em 100.000 para 19,6 no mesmo período. Segundo o autor do estudo, “isso evidencia, de forma clara, que os avanços da violência homicida no Brasil das últimas décadas tiveram como motor exclusivo e excludente a morte de jovens.” (SANGARI, 2010, p. 06).

Apesar de grande quantidade de pesquisas sobre o tema, ter a dimensão desse fenômeno na sua integralidade ainda é um desafio, pois como afirma Zaluar (2007, p. 31) ainda é necessário compreender “o enigma de uma violência brutal entre homens jovens que afetou muito pouco as mulheres e outras categorias de idade”.

Em Fortaleza, segundo estudo sobre criminalidade e violência, os dados também apontam a tendência nacional no sentido de evidenciar os adolescentes e os jovens como as principais vítimas de mortes violentas e como o grupo etário que apresenta o maior crescimento nas taxas de homicídios:

Os dados locais vêm corroborar com os dados nacionais, ou seja, o alargamento da faixa etária de 15 a 29 anos. Observa-se que os jovens nesta faixa etária, no ano de 2007, somaram 61,85% do total de homicídios em Fortaleza; de forma semelhante

Freitas et al (2010, p. 37) esclarece acerca dessas categorias: “As faixas etárias para definir juventude são várias. Ao analisarmos os dados nacionais optamos por observar as seguintes abordagens: definições dos Mapas da Violência no Brasil que seguem as definições da Organização Pan-americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde – OPS/OMS, nas quais adolescência e juventude se diferenciariam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas, abrangendo as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos). ‘Já juventude resume uma categoria essencialmente sociológica, que indica o processo de preparação para o indivíduo assumir o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos’. Porém, como observaremos adiante na descrição detalhada dos dados locais, neste Relatório, utilizamos várias faixas etárias no sentido de detalhar mais ainda o alargamento da faixa etária da juventude de 15-29 anos, considerada pela Secretaria Nacional de Juventude do Governo Brasileiro.”

quantificaram 61,77% em 2008 e cresceram para 63,18% em 2009. Nota-se que esta é uma marca no perfil de mortes na Cidade. (FREITAS et al, 2010, p. 46).

Conforme dissemos, as faixas etárias que apresentam maior incidência no LAC estão entre os que têm 17 e 19 anos de idade entre os homens e entre 16 e 17 anos entre as socioeducandas do LAC. A categoria social adolescente, é importante ressaltar, possui um caráter específico na modernidade, tendo sua consolidação ocorrida no século passado:

O século XX foi marcado pelo nascimento da adolescência, ou melhor, do adolescente moderno, identificado com as peculiaridades desta fase do desenvolvimento humano, com a existência temporal e real de uma passagem do ser criança para o ser adulto. O adolescente moderno, segundo Lepre (2005), exprime uma mistura de pureza provisória, força física, espontaneidade e alegria de viver, com reconhecimento sobre o que pensa, faz e sente, o que desencadeia uma divisão e definição diferentes acerca da puberdade (biológicas) e das mudanças psíquicas (sociais e culturais). (BERNARDO, 2011, p.14-15).

Muitos autores em diversas áreas do conhecimento têm se dedicado em compreender em que consiste a adolescência do ponto de vista biológico, histórico, social, psicológico, moral, afetivo, emocional, jurídico etc. (LEPRE, 2005; CALLIGARIS, 2000; ABERASTURY; KNOBEL, 1991; MARCELLI; BRACONNIER, 2007; PAULILO; JEOLÁS, 2000).

Tomando como pressuposto que os agentes sociais formam suas percepções acerca do mundo e suas ações são moduladas a partir de estruturas sociais onde estão inseridos e sobre as quais eles também estruturam a vida social, é necessário considerar que os adolescentes são moldados e, ao mesmo tempo, interferem na condução da vida social da qual são integrantes:

Com um novo corpo, uma nova forma de raciocinar, novos modos de se relacionar e a busca por um status social, o adolescente vai galgando um espaço, agindo e reagindo dentro do contexto em que se encontra e imerso na sociedade atual, que traz diversos conflitos, cobranças, expectativas e desafios a esse grupo. (BERNARDO, 2011, p. 19).

A infância e a adolescência são os momentos em que se estrutura de modo mais forte a chamada “personalidade”. Como alerta Elias (1994, p. 26-27): “Todo indivíduo nasce num grupo de pessoas que existiam antes dele. E não só: todo indivíduo constitui-se de tal maneira, por natureza, que precisa de outras pessoas que existam antes dele para poder crescer”. Em outras palavras, é partir do convívio com outros seres humanos, ou seja, de relações mútuas, tanto as “cooperativas”, quanto as “conflituosas” que nos constituímos como uma pessoa.

É a partir, portanto, dessa socialização que enxergamos o mundo, uma vez que “As estruturas cognitivas utilizadas pelos agentes sociais para conhecer praticamente o mundo social são estruturas sociais incorporadas”. (BOURDIEU, 2008, p. 435). Esse processo, entretanto, não implica formar, necessariamente, sujeitos “ajustados” à ordem hegemônica. Toda socialização dá margem para um universo de possibilidades de ação, podendo ser mais ou menos restrito, de acordo com o contexto social:

Sob o disfarce do que os adultos pensam e planejam, as relações que se formam entre eles e os jovens criam funções e efeitos na personalidade destes últimos que eles não pretendem e a que mal conhecem. Não planejados, nesse sentido, surgem aqueles resultados da modelagem social de indivíduos aos quais habitualmente chamamos ‘anormais’. [...] Mas a constituição psicológica que se mantém dentro da norma social e é subjetivamente mais satisfatória ocorre de maneira igualmente não planejada. Do mesmo molde social emergem seres humanos mais ou menos bem-estruturados, tanto os “bem-ajustados” como os “desajustados”, num espectro muito mais amplo de variedades. [...] Em qualquer dos casos, é a teia de relações sociais em que vive o indivíduo durante a fase mais impressionável, a infância e juventude, que se imprime em sua personalidade em formação, tendo sua contrapartida na relação entre suas instâncias controladoras, o superego e o ego, e os impulsos da libido. O equilíbrio resultante entre essas instâncias controladoras e as pulsões, em grande variedade de níveis, determina como a pessoa se orienta em suas relações com outras, em suma, determina aquilo que chamamos, segundo o gosto, de hábitos, complexos ou estrutura da personalidade. (ELIAS, 1993, p. 204-205).

Desse modo, as formas de agir “transgressoras” ou “anormais” também refletem os efeitos de uma gama de probabilidades de um tipo específico de entrelaçamento de indivíduos numa determinada formação social. Isso afeta de modo extraordinário as crianças e os adolescentes.

A contemporaneidade em sua diversidade tem sido analisada sob diversas perspectivas e nomenclaturas, tais como *pós-modernidade* (HALL, 2006; HARVEY, 2007), *modernidade tardia* (GIDDENS, 2002), *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), conforme afirma Trassi (2006, p. 226), “o mal-estar na atualidade – era de incerteza – tem sido objeto de reflexão de escritores, filósofos, psicanalistas, historiados.”.

Transformações na vida social em todos os seus âmbitos acarretaram em profundas mudanças na condição humana. Os padrões de referência e os modelos de ação não são mais estáveis e nem evidentes. A organização política e o Estado não são mais as formas que indicam o modo de vida dos indivíduos e nas quais se assentavam seguramente os seus destinos. Agora os indivíduos adquiriram uma suposta *autonomia* que indica que eles devem ser responsáveis pelos seus destinos – pelo sucesso e, principalmente, pelos fracassos e pelas frustrações:

Os poderes que liquefazem passaram do “sistema” para a “sociedade”, da “política” para as “políticas da vida” – ou desceram do nível “macro” para o nível “micro” do convívio social. A nossa é, como resultado, uma versão individualizada e privatizada da modernidade, e o peso da trama dos padrões e a responsabilidade pelo fracasso caem principalmente sobre os ombros dos indivíduos. (BAUMAN, 2001, p. 14).

Dentro desse contexto, sem dúvida, o modo pelo qual se apresenta o comportamento delitivo é uma expressão da época atual. Estamos numa era de incerteza e de medo, apesar de vivermos num momento histórico no qual supostamente somos mais livres para escolhermos nossos destinos. Porém, a crença que a exacerbação da liberdade individual e a libertação das amarras das instituições às quais os indivíduos estavam presos trariam a felicidade, talvez, seja o que traga as maiores angústias, frustrações e distúrbios desse tempo:

Contrariamente a uma moda difundida, essa mudança não pode ser explicada meramente por referência à mudança na disposição do público, à diminuição do apetite pela reforma social, do interesse pelo bem comum e pelas imagens da boa sociedade, à decadência da popularidade do engajamento político, ou à alta dos sentimentos hedonísticos e do “eu primeiro” – ainda que tais fenômenos sem dúvida se destaquem entre as marcas do nosso tempo. As causas da mudança vão mais fundo; estão enraizadas na profunda transformação do espaço público e, de modo mais geral, no modo como a sociedade moderna opera e se perpetua. (BAUMAN, 2001, p. 33).

Nesse processo histórico é que as novas gerações encontram um cenário social no qual “se reproduz e se intensifica em escala planetária, nacional (...) a desigualdade entre ricos e pobres – países, estratos sociais”. (TRASSI, 2006, p. 226).

É marcante que um dos problemas do mundo atual seja a perda de perspectiva para o futuro, “as possibilidades são excessivas, as mudanças muito rápidas, e não conseguimos fazer tudo aquilo que queremos, devido a limites pessoais, vínculos sociais e história precedente”. (FABRINNI E MELUCCI *apud* CARRANO, 2000, p. 17). Isso se torna mais latente, principalmente, quando se faz parte das camadas que não são reconhecidas como cidadãs e excluídas do acesso ao trabalho, fator ainda relevante à integração social na sociedade ocidental. É necessário, portanto, ter consciência que os jovens são afetados de maneira singular pela incerteza própria do tempo atual:

Para o adolescente, hoje, à incerteza própria da idade se agrega a um tipo diverso de incerteza que nasce propriamente da abertura da perspectiva temporal, da possibilidade socialmente disponível, da variabilidade dos cenários em que se situa as escolhas que os jovens têm pela frente. Existe uma concordância de que, naquilo que se refere às outras fases da vida, a adolescência é um período no qual prevalece à orientação para o futuro. (FABRINNI E MELUCCI *apud* CARRANO, 2000, p. 15-16).

O conceito de identidade, nessa perspectiva, não comporta nenhuma marca que implique fixação. Em outros momentos, a vida social estava definida em relações rígidas e hierárquicas, hoje, as pessoas vivem num mundo em permanente movimento.

Outro aspecto a ser ressaltado é que na sociedade contemporânea a juventude aparece como modelo supervalorizado. No entanto, no tocante às condições econômicas e sociais são cada vez mais escassas e restritas. O que caracteriza o seguinte paradoxo:

De um lado tem-se uma cultura marcada por uma supervalorização do jovem e do “ser jovem” que se expande como valor para todos os grupos de idade e se manifesta em múltiplas representações socioculturais, da publicidade à moda, da música às produções televisivas. Essa dimensão tem, a ela relacionada, valores de vitalidade, dinamismo e criatividade e articula-se a outras características dos tempos atuais: valorização social do tempo livre e do ócio. A juventude seria pois o grupo social emblemático, com legitimidade para assumir todas essas dimensões. Esse protagonismo da condição juvenil não coincide, entretanto, com sua inserção socioeconômica real, onde a falta de equipamentos socioculturais, a extensão da vacuidade têm alimentado os fantasmas da marginalidade, da delinqüência, e da possibilidade de rupturas da ordem social. (NETO e QUIROGA, 2000, p. 221).

A juventude que é caracterizada como símbolo de beleza, aceitação e aspiração dos demais grupos etários (“manter-se jovem”), não corresponde, entretanto, à realidade da maioria dos jovens brasileiros. Haja vista que os jovens das camadas populares no Brasil têm dificuldade de acesso a serviços e equipamentos básicos, ao trabalho e, por conseguinte, ao consumo de primeira necessidade, que dirá aos símbolos propagados pela mídia:

As sociedades complexas acenam para os jovens com possibilidades ilimitadas de informação, consumo e desenvolvimento, sugerindo o aumento da capacidade social de ação, ao mesmo tempo em que estabelecem um alto grau de controle e regulação sistêmica na produção de significados, particularmente, com os jovens oriundos das classes sociais mais desprotegidas econômica e socialmente. (CARRANO, 2000, p. 22).

Destarte, nessas circunstâncias cria-se um campo aberto para toda sorte de manipulações, tais como as provocadas pelo uso de drogas, por inserção em redes de exploração sexual e na entrada do denominado mundo da *criminalidade*.

Takenti (2000, p. 152), ao estudar jovens dos bairros periféricos da cidade de Natal-RN, afirma que “A deriva social e a crise de valores da sociedade atual infletem, de maneira aguda, sobre as condutas sociais dos jovens e, em particular, sobre as formas de subjetivação.”

Outra variável de considerável importância é a questão da escola, uma vez que nos últimos vinte anos esta sofreu uma série de mudanças no Brasil. Fruto de transformações nos campos econômico, político e cultural, as novas legislações indicam a importância do papel social da instituição escolar:

Com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), a educação passa a ter um novo rearranjo e ordenamento legal. Consequentemente, a escola passa a assumir um decisivo papel social, tendo como objetivo básico o “pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 1º da LDB). (ALVES, 2010, p. 27).

Os adolescentes que tiveram a medida Liberdade Assistida aplicada pelo LAC têm em relação à escola elevado número da desistência e uma defasagem entre a idade e a série correspondente, conforme já indicado. Desse modo, é evidenciado que para esses grupos a “trajetória escolar tem sido a de abandono, evasão ou desinteresse pela escola”. (ZANELLA, 2010, p. 04).

É importante salientar que tanto adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, quanto indivíduos das demais faixas etárias envolvidos em ações delitivas e violentas (autores e vítimas), por meio dos dados oficiais e de pesquisas acadêmicas de âmbito nacional, estadual e municipal, apontam para realidade semelhante a do LAC, ou seja, insucesso e evasão escolar. (ASSIS, CONSTANTINO, 2001; CAUREL, 2003, ZANELLA, 2010, ANCED, 2011; SOUSA, 2010; BERNARDO, 2011; FREITAS et al, 2010, CRUZ, 2010).

Não se pode desconsiderar o fato de a escola compartilhar as *representações sociais* sobre a infância e adolescência presentes na sociedade⁸⁰. Portanto, há visões e abordagens, por parte da escola, com a perspectiva da caridade, do controle, da punição e da cidadania.

Em relação aos adolescentes em conflito com a lei existe uma maior dificuldade devido às representações e aos estigmas sociais dirigidos a esse segmento serem mais negativamente propalados, sendo igualmente reproduzidos pelos agentes escolares (gestores, professores, funcionários e alunos). (CRUZ, 2010; ZANELLA, 2010; ALVES, 2010).

Muitos fatores corroboram para a dificuldade de inserção escolar dos adolescentes em conflito com a lei. Um estudo sobre a relação dos adolescentes do LAC em Fortaleza e a escola aponta as seguintes variáveis:

[...] receio de ser alvo de grupos rivais no percurso até o colégio, à dificuldade de conseguir efetivar a matrícula, às agressões físicas e psicológicas sofridas na escola, à expulsão escolar, à desmotivação, à internação em centros educacionais e à necessidade de trabalhar. (CRUZ, 2010, p. 232).

Diante da relação da escola, além de outras instituições, com os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, Cruz (2010) as classifica como fazendo parte de

⁸⁰ Como as explicitadas na seção 2 deste trabalho.

uma *inclusão perversa*⁸¹ (MARTINS, 1997), ou seja, são direitos sociais precariamente concedidos com vistas ao favorecimento das classes dominantes.

Esses indicadores mostram-se relevantes porque expõem o baixo *capital escolar* desses jovens em relação aos grupos social e economicamente mais poderosos, como também em relação aos indivíduos de mesmo nível socioeconômico.

O baixo acompanhamento e saber escolar, em uma sociedade que cada vez mais valoriza esse signo distintivo, posiciona esses indivíduos ou esse grupo num lugar desprivilegiado dentro do *jogo social*. Dessa maneira, a acumulação de *capital simbólico*⁸², torna-se extremamente precário para esses sujeitos, lembrando que os mesmos já possuem um reduzido *capital*, devido a sua “origem social” e sua condição econômica. Dessa forma, esse *capital simbólico* específico, o *escolar*, torna-se um símbolo importante de *distinção*, pois muitos sujeitos não o possuem ou os têm de forma reduzida e problemática.

A condição de trabalho, a renda familiar e suas fontes são aspectos também relevantes, pois demonstram de maneira direta a situação econômica desses adolescentes e suas famílias. Conforme assinalado, a situação referente a essas questões apontam que a maioria dos adolescentes não possui trabalho ou renda próprios. Os que detêm alguma ocupação trabalhista estão, em geral, inseridos de maneira “informal”⁸³, ou seja, inclusos dentro do chamado “mercado de trabalho precário”.

⁸¹ As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital inclusão precária e instável, marginal. Não são, propriamente, políticas de exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitualidade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes. (MARTINS, 1997, p. 20 *apud* CRUZ, 2010, p. 42).

⁸² “Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, ou princípios de visão e de divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produto da incorporação das estruturas de distribuição do capital no campo considerado”. (BOURDIEU, 1996, p.149).

⁸³ Reconhece-se, todavia, que a separação binária entre o trabalho “formal” e “informal”, do ponto de vista sociológico, atualmente não responde de forma satisfatória à complexidade das novas configurações do chamado mundo do trabalho, assim como outras classificações acerca desse universo. De acordo com Telles (2005, p. 174): [...] então é preciso reconhecer que isso altera as relações entre trabalho e sociedade, seja no registro do trabalho que se descola dos dispositivos do emprego para se desdobrar nas formas variadas de trabalho precário, intermitente, descontínuo, e que tornam inoperantes as diferenças entre o formal e o informal; seja no registro das miríades de expedientes de sobrevivência que mobilizam os “sobrantes” do mercado de trabalho, mas que também operam como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando igualmente indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não-trabalho.”

As famílias também possuem poucas fontes de renda, tendo o Programa Bolsa Família⁸⁴ e a Aposentadoria como uma de suas principais fontes. O maior número de famílias tem renda menor que um salário mínimo.

É importante assinalar que as mudanças globais na organização do denominado mundo têm um peso significativo sobre os mais jovens:

[...] a diferença entre as gerações tem atualmente a peculiaridade histórica de coincidir com mudanças de fundo no mundo do trabalho e nas dinâmicas urbanas. [...] Sabe-se que sobre os mais jovens recai todo o peso do desemprego e do trabalho precário. Em torno de suas figuras entrecruzam-se os fios de um mundo social que se vem desenhando nas dobras do “mundo fordista” em dissolução. (TELLES, 2005, p. 175-176).

Em relação às novas formas de trabalho no atual estágio da modernidade, algumas “receitas” são sugeridas às novas gerações, na qual é enfatizada a percepção de que o trabalho não deve ser encarado como um projeto a longo prazo:

Uma das recomendações oferecidas com mais frequência aos jovens é serem flexíveis e não muito seletivos, não esperarem demais dos seus empregos, aceitá-los como são, sem fazer muitas perguntas, e tratá-los como uma oportunidade a ser usufruída de imediato, enquanto dure, e não como um capítulo introdutório de um “projeto de vida”, uma questão de auto-estima e auto-identificação, ou uma garantia de segurança a longo prazo. (BAUMAN, 2005, p. 18).

Segundo Cruz (2010, p. 38) balizada por Soares (2002), “o modelo neoliberal também inclui, por definição, a informalidade no trabalho, o subemprego e a desproteção trabalhista; além de agravar as desigualdades sociais e criar níveis alarmantes de miséria.”

O trabalho, apesar de suas inúmeras transformações, não deixa de ocupar papel fundamental para a vida social dos indivíduos, traçando novos percursos urbanos e novas formas de agenciamentos sociais:

Se o trabalho não mais estrutura as promessas de progresso social, se os coletivos “de classe” foram desfeitos sob as injunções do trabalho precário, se direitos e sindicatos não mais operam como referências para as maiorias, se tudo isso mostra que os “tempos fordistas” já se foram, o trabalho não deixa de ser uma dimensão estruturante da vida social. (TELLES, 2005, p. 173).

Além disso, no período atual, o cidadão é considerado basicamente enquanto consumidor. “A importância do consumo como um definidor de status é percebida não somente nos espaços criados para consumir, como também nos modos socialmente

⁸⁴ Programa de transferência de renda direta do Governo Federal, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

estruturados de usar bens para demarcar relações sociais” (POTENGY, PAIVA & CASTRO, 1999, p. 84 *apud* CRUZ, p. 60-61).

Tomada a cidadania de modo reduzido, ao associá-la, primordialmente, ao consumo e relacionando-a às precárias condições de inserção no denominado mundo do trabalho, percebe-se que se agravam as situações de instabilidade sociais dos sujeitos excluídos dessas supostas benesses compartilhadas apenas por uma parcela da população:

Diante do fenômeno do consumo, uma outra possibilidade que se abre para uma gama de sujeitos é a ruptura com a lei, por meio de ações delituosas, violentas ou não, mas incensadas pela fetichização das mercadorias, revelando a plenitude das contradições entre a lógica da propriedade privada e a fomentação do desejo consumista em cenários sociais marcados pela pobreza e pela miséria (SALES, 2007, p. 101).

Telles (2005, p. 177) também concorda que os mais jovens sofrem os maiores impactos da nova ordem socioeconômica, cultural e política, pois recebem a sinalização para um campo de possibilidades (a ideologia liberal do “*yes, you can!*”⁸⁵) ao mesmo tempo que sofrem uma série de limitações e bloqueios estruturais:

Eis o ponto que traz as novas gerações para o centro nevrálgico desse mundo social que se vem configurando. São jovens que se lançam no mundo no momento em que o encolhimento dos empregos e a precarização do trabalho acontecem simultaneamente e no mesmo passo da ampliação e diversificação dos circuitos da vida urbana. (TELLES, 2005, p. 177)

Inserem-se, dessa maneira, nas redes do consumo ou dos “*winner*s”⁸⁶ dos altos circuitos do capital” de modo subalterno, contudo, não poucas vezes criativas e insurgentes, no qual o legal e o ilegal imiscuem-se:

Por isso mesmo os percursos desses jovens personagens nos ajudam a compor o quadro das complicações atuais: o mundo dos serviços e seus circuitos modernos, verdadeiro campo de gravitação (referências, possibilidades e também bloqueios) em um cenário de encolhimento dos empregos e de trabalho precário. E ainda: a violência de todos os dias e os “caminhos tortos” da vida que vão capturando muitos [...] nos circuitos do tráfico de drogas e da criminalidade violenta. Tudo isso compõe um conjunto de coordenadas que ajudam a desenhar uma cartografia social, seguindo as linhas de força que atravessam o mundo social e seus pontos de ruptura, suas passagens e também suas ambivalências. (TELLES, 2005, p. 183-184).

Portanto, as variáveis do capital simbólico (social, econômico, escolar e cultural) estão inter-relacionadas, uma vez que o baixo capital econômico (no sentido da inserção no mundo do trabalho e da renda) desse grupo social (adolescentes cumprindo medidas

⁸⁵ Sim, você pode!

⁸⁶ Vencedores.

socioeducativas) se deve, em parte, ao baixo capital social e escolar e, ao mesmo tempo, a condição econômica reforça a manutenção negativa daqueles aspectos do capital simbólico.

Diante da estrutura e da conjuntura social descrita, percebe-se que tais situações garantem pouca capacidade de reversão desse quadro e, por conseguinte, de escapar da dominação dos grupos *hegemônicos* ou *estabelecidos*.

A tendência de pensar as manifestações sociais pelo viés *causa-efeito* mecanicamente (DURKHEIM, 2002) deve ser evitada, pois ao considerar que uma *individualidade histórica* (WEBER, 2006) tem de ser compreendida de maneira complexa e multicausal, bem como os *sentidos* das ações e os *significados* a ela atribuídos, fazem-se necessário compreender que outros fatores coadunam para a inserção no chamado “mundo do crime”. Estes, obviamente, estão também conectados às transformações globais em voga, conforme Telles ao citar Deleuze e Zaluar exemplifica:

É bem verdade, diz ainda Deleuze (1992, p. 224), que o capitalismo mantém em escalas sempre crescentes a extrema miséria das maiorias, povos e populações “pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas”. Mas, para usar a linguagem do filósofo, os “fluxos urbanos” liberados pela subtração dos dispositivos do trabalho circulam e vão encontrando outros agenciamentos e pontos de cristalização, de que é evidência esse promissor e expansivo mercado representado pelo tráfico de drogas e pelas redes do crime organizado, aliás também eles globalizados e conectados aos circuitos desterritorializados do capital financeiro. Nada mais eloquente do que o retrato desenhado por Alba Zaluar (1996, p. 55) de um garoto metido no tráfico de drogas no Rio de Janeiro: “com uma AR-15 ou metralhadora UZI, consideradas símbolos de sua virilidade e a fonte de grande poder local, com um boné inspirado no movimento negro da América do Norte, ouvindo música funk, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano”. Isso não se explica, diz Zaluar, e com razão, pelos níveis de salário mínimo ou pelo desemprego: “entender como o ilícito e o ilegal se enraizaram no setor informal para comandar um exército de desempregados e sócios menores é fundamental”, até porque tudo isso põe em movimento bens materiais e monetários que entram na circulação de mercadorias do mundo capitalista. (TELLES, 2005, p. 178-179).

A relação com a questão das drogas, principalmente, na condição de usuários, mas também no exercício de funções dentro do tráfico, é uma variável que não pode ser desconsiderada. Pelos dados 2009 e 2010 do LAC, o Tráfico de Drogas aparece em quinto lugar com 6,1% dos casos, enquanto o Porte Ilegal de substâncias Tóxicas têm 1,6% e encontra-se na décima segunda posição em número de ocorrências. (ANEXO B – Tabela 11).

Apesar do percentual relativamente reduzido de atos infracionais vinculadas às drogas, é válido lembrar o dado, assinalado anteriormente, de que a maioria dos adolescentes cumprindo sentença jurídica no LAC, afirma fazer uso de drogas, representando quase metade do total. (ANEXO B – Tabela 10). Portanto, revela-se importante considerar essa variável.

Além disso, outras pesquisas apontam para “[...] o quanto a questão do consumo de drogas, por parte dos adolescentes atendidos pela medida, é fator desencadeante de uma série de problemáticas [...]”. (PINHEIRO et al, 2005, p. 84).

Os dados do LAC não especificam o tipo de droga utilizada pelos adolescentes, no entanto, através dos relatos de técnicos do Programa, viu-se que, apesar da diferença quantitativa, os dados do Programa Liberdade Assistida Municipalizada⁸⁷ (LAM) possuem forte aproximação percentual com os do LAC, servindo como parâmetro para pensar essa questão. Os indicadores quantitativos do Programa Municipal constituem o seguinte panorama: cerca de 60% fazem ou fizeram uso de alguma droga, 28% afirmam nunca terem feito qualquer tipo de uso e 12% dos casos “nada consta”⁸⁸. (ANEXO C – Tabela 13)

Dentre os adolescentes que disseram fazer ou terem feito uso de drogas, tem-se, aproximadamente, a maconha em primeiro lugar com 39%, o *crack* com 14%, a cocaína com 10,5%, o cigarro com 11%, o álcool com 10%, o *mesclado*⁸⁹ com 5,5%, comprimidos (Rohypnol⁹⁰ ou outros) com 5% e outras substâncias figuram com 4%. (ANEXO C – Tabela 14).

O uso de drogas e, mais ainda, determinados tipos de substâncias entorpecentes pode se revelar como um signo de *status* de superioridade ou degradação *simbólica* (econômica, social, cultural etc.) para os grupos de usuários. As drogas também possuem hierarquias e o acesso (seja pela dificuldade de se obtê-la, seja pelo elevado custo) a certos

⁸⁷As informações foram cedidas pela Coordenação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, responsável pela Liberdade Assistida Municipalizada, da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI, após solicitação. Os dados apresentados são relativos a março de 2010, nesse período a LAM acompanhava 1835 adolescentes.

⁸⁸ Segundo observação no arquivo com os dados sobre o uso de drogas, “o campo nada consta é devido não haver informação sobre drogadição no prontuário dos adolescentes, isso ocorre por alguns motivos, tais como: adolescentes que não compareceram aos atendimentos no núcleo e informou endereço errado ao juizado impossibilitando o acompanhamento, adolescente recém admitido que ainda não passou por atendimento inicial.”

⁸⁹ Cigarro no qual se mistura a maconha e o *crack*.

⁹⁰ Conhecido vulgarmente por “Ripinol”, “Rupinol” e “Aranha”. É, muitas vezes, utilizado em superdoses e associado ao álcool e outras substância psicoativas. “Sua substância ativa é a flunitrazepam, que é um agonista benzodiazepínico com alta afinidade por receptores centrais. É indicado para o tratamento de curta duração da insônia. Os benzodiazepínicos são indicados apenas quando a insônia é grave, incapacitante ou submete o indivíduo a extremo desconforto. O uso de benzodiazepínicos e similares pode levar ao desenvolvimento de dependência física e psíquica. O risco de dependência aumenta com a dose e a duração do tratamento; também é maior em pacientes com história de abuso de álcool ou outras substâncias. O uso concomitante de álcool deve ser evitado. Os efeitos sedativos e as reações adversas do flunitrazepam podem ser potencializados, se ele for associado a álcool. A superdosagem de benzodiazepínicos geralmente se manifesta por depressão do sistema nervoso central, variando da sonolência ao coma. Em casos discretos, os sintomas incluem sonolência, confusão mental e letargia. Nos casos mais graves, os sintomas podem incluir ataxia, hipotonia, hipotensão arterial, depressão respiratória, coma (raramente) e morte (muito raramente). Entretanto, como com outros benzodiazepínicos, a superdosagem não apresenta risco de vida, a não ser quando associada a outros depressores do Sistema Nervoso Central (inclusive álcool).”

Disponível em: <<http://www.medicinanet.com.br/bula/4565/rohypnol.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2012.

psicotrópicos pode ser restrito para alguns grupos sociais. Em contrapartida, outras substâncias que se mostram mais acessíveis são rejeitadas por grupos mais privilegiados devido ao seu baixo valor *simbólico* e demonstração de “rebaixamento” social. Além disso, existem aquelas que permeiam vários universos sociais como a maconha, por exemplo.

Grande parte dos adolescentes tem ou teve contato com drogas, e o maior consumo é de maconha, inalantes e psicotrópicos. Tal incidência pode revelar o fácil acesso e menor custo das substâncias, fatores associados à baixa renda econômica, predominante na amostra, bem como no universo da L.A. (PINHEIRO, 2005, p. 81).

Mais uma vez, deve-se pensar de modo relacional, pois o valor simbólico de determinada droga só faz sentido com referência às demais substâncias e aos seus respectivos consumidores.

Deve-se ressaltar também o fato de o *crack* aparecer em segundo lugar na estatística apresentada, ficando à frente das drogas lícitas (álcool e cigarro) e atrás apenas da maconha⁹¹. A utilização de substâncias psicoativas como *crack*, droga de custo econômico baixo (uma pedra varia entre R\$5,00 e R\$10,00), com um nível de probabilidade de dependência alto e com forte associação a usuários de grupos mais desfavorecidos sociais e economicamente – como pode ser balizado pelos noticiários e jornais, análises de especialistas etc. –, também reforça a condição de “subalternidade” ou “marginalidade” desses indivíduos dentro da hierarquia social.

O caráter simbólico dessa dimensão deve ser ressaltado, uma vez que outros tipos de substâncias, tal como o êxtase, a heroína ou LSD⁹² consumidas por grupos mais bem posicionados no *jogo social*, possuem também um caráter *distintivo*, pois seu custo é mais elevado, o acesso mais limitado, porém também possuem níveis de dependência elevados, entretanto, não sofrem as mesmas pressões estigmatizantes impetradas pela maior parte dos segmentos sociais.

Ao lado dos dados apresentados, pode-se acrescentar ainda outras variáveis não exploradas, mas que ajudam a constituir o quadro social de inserção em práticas delituosas, bem como as dificuldades de saída desse universo por parte de adolescentes infratores em cumprimento de medida socioeducativa:

⁹¹ Interessante notar que os dados da Polícia Civil apontam para uma prevalência na apreensão de *crack* em relação às demais drogas ilegais. Segundo dados da Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA), em 2009, foram apreendidas 1.103 pedras de *crack*, 642 papelotes de maconha, 311 papelotes de cocaína e 14 comprimidos psicotrópicos.

⁹² [Ingl., sigla de *lysergic acid diethylamide*.] Substantivo masculino. 1. Quím. Substância alucinógena, a amida derivada do ácido lisérgico, substituída com duas etilas; dietilamida do ácido lisérgico [fórm.: C₂₀H₂₅N₃O]. (FERREIRA, 2004)

[...] componentes psicossociais que parecem vir constituindo dificuldades e/ou obstáculos à reinserção dos adolescentes atendidos pela L.A.: consumo de drogas; ameaças de “gangues” rivais e de policiais, baixa renda, convivência com pessoas também em conflito com a Lei; escolas de má qualidade; as próprias condições ambientais do lugar onde moram e o desconhecimento sobre direitos e deveres [...]. As condições sociais em que vivem os sujeitos de nosso estudo contribuem para uma possível exclusão social, frente à vulnerabilidade a qual estão expostos. (PINHEIRO et al, 2005, p. 83).

Em face de todos os indicadores discutidos em relação aos adolescentes em cumprimento da liberdade assistida, Pinheiro (2005, p. 83) alerta que deve se levar em consideração mais dois fatores:

Outro fator que pode ser constatado é que grande parte dos jovens assistidos provêm de família de baixa renda, o que nos faz pensar em algumas associações passíveis de serem realizadas ante tal constatação. Uma delas seria o fato dos atos infracionais cometidos por adolescentes de baixa renda serem mais constantemente registrados, o que não se verifica em relação a jovens de outros segmentos econômicos da sociedade, que, no mais das vezes, permanecem no anonimato. Outro fator seria a proporcionalidade populacional brasileira, que aponta para uma imensa predominância numérica de pessoas pertencentes a classes de baixa renda, o que levaria à previsão de um maior número de adolescentes em conflito com a Lei, mormente aqueles provenientes dessas camadas sociais.

Esses últimos argumentos reforçam o que tem se tentado mostrar acerca da situação dos adolescentes em conflito com a lei, a saber: para além das condições objetivamente precárias de socialização em vários sentidos – como o distanciamento entre a cidadania formal e a real –, há que se ressaltar a *violência simbólica* a qual⁹³ esses indivíduos se encontram envolvidos e que se revelam objetivada nos diversos indicadores analisados.

Ao implementar, a fim de apreciar o valor de sua posição e de suas propriedades, um sistema de esquemas de percepção e apreciação que nada é além da incorporação das leis objetivas segundo as quais se constitui objetivamente seu valor, os dominados tendem a se atribuir, em primeiro lugar, o que a distribuição lhes atribui; recusando o que lhes é recusado (‘isso não é para nós’), contentando-se com o que lhes é concedido, avaliando suas expectativas mediante suas oportunidades definindo-se como a ordem estabelecida os define; no veredicto que proferem a seu respeito,

⁹³ “Violência simbólica” de acordo com Pierre Bourdieu (2005, 2008) é uma forma velada de aceitação de atitudes e comportamentos de submissão. Nas relações sociais em que o vínculo é de domínio/submissão, os dominados, inconsciente e involuntariamente, assimilam os valores e a visão do mundo dos dominantes e desse modo tornam-se cúmplices da ordem estabelecida sem perceberem que são as vítimas dessa mesma ordem. Aparentemente não há coação nem constrangimento, ou seja, não é sentido e por isso é ignorado (e reconhecido). Assim, a violência se apresenta de forma sutil e escondida, como no modo de ver, a maneira de valorar, as concepções de fundo são as dos dominantes, mas os dominados (e dominantes) ignoram quase totalmente esse processo. O reconhecimento do poder simbólico só se dá “na condição de se despreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia.” (2005, p. 15).

reproduzindo o veredicto da economia sobre eles; em suma, dedicando-se, de qualquer modo, ao que lhes é próprio [...]. (BOURDIEU, 2008, p. 438).

Em outras palavras, Norbert Elias (2000, p. 28) aponta para a mesma conclusão ao afirmar que “(...) quando o diferencial de poder é muito grande, os grupos na posição de outsiders avaliam-se pela bitola de seus opressores. Em termos das normas de seus opressores, eles se consideram deficientes, se vêem como tendo menos valor.”

Dessa maneira, o reduzido *capital simbólico* e, conseqüentemente, a pouca possibilidade de ocupar os lugares sociais privilegiados, torna os grupos *dominados* ou *outsiders* vulneráveis a serem estigmatizados e não conseguem reagir de forma eficaz nas *lutas simbólicas* das quais participam.

Assim sendo, como no estudo de Elias, algo semelhante pode ocorrer com adolescentes e jovens da nossa sociedade, segundo o autor: “é provável que algumas das crianças que cresceram no ‘beco dos ratos’ de Winston Parva (tal como era chamado o loteamento pelo grupo estabelecido) tenham sofrido de uma imagem do nós similarmente maculada e por isso se tornado desviantes”. (ELIAS, 2000, p. 49). Pode-se concluir que ao dar “a um grupo uma reputação ruim é provável que ele corresponda a essa expectativa”. (ELIAS, 2000, p. 30).

Entretanto, apesar do volume de estudos sobre o fenômeno da conflitualidade dos adolescentes com os códigos legais, não se tem, por isso, conseguido na mesma proporção apontar respostas conclusivas. Portanto, permanece pertinente a indagação de Alba Zaluar sobre as causas da incidência da violência entre os adolescentes e jovens, homens e pobres:

A situação particular dos jovens entre 11 e 24 anos tem sido muito discutida por causa de sua gravidade no quadro de mortes violentas, em especial homicídios. Mas ficaram sem respostas algumas questões: como e por que, nos bolsões de pobreza, a família se fratura, a instituição escolar se dilacera pela presença da violência simbólica e física, a classe social perde suas referências, a hipermasculinidade se instaura nos corações e mentes, as organizações vicinais se paralisam e o movimento social se esvazia? (ZALUAR, 2004, p. 386).

4.2 O percurso dos adolescentes no LAC: socialização e controle social

A legislação brasileira, por meio do ECA, detalha todo procedimento por parte das instâncias legais quando verificado cometimento de ato infracional por adolescente. Tais procedimentos jurídicos versam, entre outras coisas, sobre os tipos de sanções e a forma que as mesmas devem ser aplicadas quando o adolescente está envolvido com práticas delitivas⁹⁴.

⁹⁴ Conforme pode ser observado no Apêndice A deste trabalho, na página 148.

Entretanto, o objetivo nesta seção é mostrar quais atividades são ofertadas para adolescentes, após sentenciamento, ou seja, no cumprimento da medida socioeducativa liberdade assistida dentro do Programa LAC.

O percurso dos adolescentes no LAC ocorre de duas maneiras: a) no cumprimento jurídico-legal; e b) na realização de atividades que a instituição acredita serem importantes para os adolescentes em conflito com a lei.

O fluxo de acompanhamento dos adolescentes começa após a audiência no Juizado da Infância e da Juventude. O LAC recebe do referido Juizado os termos de audiência da semana para que seja feita a *admissão*, isto é, a formalização legal do encaminhamento.

O primeiro contato dos profissionais do LAC com o adolescente e sua família se dá por meio da atividade denominada *Visita Domiciliar* que é executada prioritariamente pelo Serviço Social. Nessa visita, através de questionários, se objetiva explicar à família e ao adolescente em que consiste a medida socioeducativa liberdade assistida e como será o acompanhamento do LAC.

Além disso, visa-se diagnosticar a situação socioeconômica da família (verificando as condições de moradia, o mobiliário doméstico, o ambiente, a renda familiar e os equipamentos comunitários existentes na comunidade); extrair dos familiares dados específicos sobre a trajetória do adolescente, bem como da própria família abordando aspectos sobre o comportamento e a saúde durante a infância e a adolescência; os acontecimentos marcantes na família e a reação do socioeducando; o conhecimento acerca dos amigos e a opinião em relação aos mesmos; diálogo entre adolescentes e família; quem o adolescente obedece mais, entre outros aspectos.

Ainda na visita domiciliar é realizado o Plano Individual de Atendimento⁹⁵ (PIA) com a família, no qual se inclui aspectos como habitação, saúde, dependência química, escolaridade, profissionalização, desemprego, documentação/benefícios sociais, vínculos familiares. Todas essas atividades são realizadas em mais de uma visita no decorrer da medida.

Após o primeiro contato, agenda-se o comparecimento do adolescente e do responsável ao local de atendimento (que ocorre nos quatro bairros de atuação do projeto), esse segundo momento é denominado *Acolhida* e é realizado por toda a equipe.

⁹⁵ Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui-se numa importante ferramenta no acompanhamento da evolução pessoal e social do adolescente e na conquista de metas e compromissos pactuados com esse adolescente e sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. A elaboração do PIA se inicia na acolhida do adolescente no programa de atendimento e o requisito básico para sua elaboração é a realização do diagnóstico polidimensional por meio de intervenções técnicas junto ao adolescente e sua família. (SINASE, 2006: 52).

Nesse encontro é explicada a metodologia de trabalho do LAC e o preenchimento da Ficha Individual que constam os denominados Dados de Identificação (nome, data de nascimento, estado civil, filiação, endereço, responsável, número do processo, ato infracional, data de admissão em LA e admissão no LAC); Dados de Documentação (verifica-se a documentação dos adolescentes, caso seja necessário providencia-se a retirada de documentos); Situação Escolar e Profissional; Situação Socioeconômica e Familiar, Antecedentes (ato infracional, admissão em outra medida etc.); Conduta Vivenciada (drogas, furtos etc.); Estado Emocional Aparente (alegre, triste, inseguro etc.); Expectativas do Adolescentes com relação à Medida; Pontos a Serem Abordados na Elaboração do Plano Individual de Atendimento.

Depois dessas etapas o adolescente será acompanhado semanalmente, a cada semana o atendimento será realizado por uma das áreas que compõe o LAC (Psicologia, Pedagogia e Serviço Social).

No *atendimento* do campo *pedagógico* é feita a denominada Sondagem Pedagógica, na qual se avalia a situação escolar do adolescente. Verifica-se se o adolescente é alfabetizado; se está estudando; local onde estuda ou estudou; os pontos negativos e positivos da escola; última série concluída; se tem interesse em voltar a estudar (caso não esteja estudando); se já fez cursos profissionalizantes e se tem interesse em fazê-los.

Caso venha da medida socioeducativa *internação*, examina-se qual a unidade o adolescente é oriundo, se estudava e qual a série estava cursando, se fez alguma avaliação, se recebeu algum documento comprovante, se fez algum curso profissionalizante e o tempo que permaneceu interno na unidade. Após esse questionário o adolescente faz um teste de escrita a partir da construção de um texto. Além disso, busca-se visitar as escolas dos adolescentes pelo menos uma vez a cada semestre.

O *atendimento psicológico* consiste na avaliação psicológica do adolescente, verificação em relação à dependência química e construção do Plano Individual Atendimento (PIA) que se refere a toda equipe, que é construído nesse atendimento. O PIA consiste nos seguintes indicadores: Dependência Química; Documentação; Profissionalização; Escola; Perspectivas, Vínculos Familiares. Além disso, busca-se visitar instituições que possam dar um suporte maior na parte psicossocial e dependência química, tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), clínicas de internação para o tratamento de dependência química.

O *atendimento do Serviço Social* refere-se às questões mencionadas na Visita Domiciliar, bem como a visitas aos equipamentos que ofertam serviços aos quais os adolescentes e suas famílias possam ser encaminhados.

A partir dos três eixos destacados, Pedagogia, Serviço Social e Psicologia, a equipe também objetiva realizar **encaminhamentos** de acordo com as possibilidades dos adolescentes e da oferta em outras instituições, tais como cursos profissionalizantes, estágios, clínicas de tratamento ao uso de drogas, projetos sociais de arte-educação etc.

Existem, ainda, os **Relatórios** que são uma norma jurídica a qual o LAC deve proceder. Tais relatórios devem ser enviados ao Juizado da Infância e da Juventude trimestralmente, como a medida é de no mínimo seis meses, devem ser realizados pelos menos dois. No primeiro relatório será descrito como está o andamento da medida e o cumprimento da mesma por parte do adolescente. No segundo relatório, além de expor as informações no primeiro, indica-se o *desligamento* ou *permanência* do adolescente na medida. Há também o chamado **Relatório Circunstancial**, no qual é informado ao Juizado algum fato extraordinário sobre o adolescente.

Essas constituem, portanto, as atividades centrais do Programa. No entanto, o LAC possui ainda projetos e atividades de caráter pedagógico que os agentes que o compõem acreditam contribuir para o desenvolvimento do adolescente e suas famílias, são eles:

- **Linhas e Letras** que visa alfabetizar os adolescentes que estão cumprindo a liberdade assistida;
- **Círculo de Cultura** que objetiva ser um espaço de trabalho, pesquisa, exposição de prática, dinâmicas e vivências que possibilitam a construção coletiva do conhecimento pelo adolescente;
- **Grupo de Apoio à Família (GAF)** é uma atividade voltada para a busca de inclusão dos familiares, favorecendo a formação de vínculos, fortalecimento da autoestima, relacionamento familiar, exercício da cidadania e criatividade;
- **Ações de Esporte** tem o objetivo de implementar atividades sistemáticas de esporte como espaços de promoção da cultura e conhecimento. Orienta-se a partir dos valores do esporte educacional e da arte-educação, buscando fortalecer a *confiança*, *afetividade*, *sexualidade e autoestima*, bem como trabalhar questões de *agressividade*, *limites e afirmação com os adolescentes*, através da articulação dos atendimentos sociais, psicológicos e pedagógicos com a criatividade, integração e trabalho em equipe;

- **Formação Política com as Famílias**, nessa atividade procura-se comprometer as mães/pais para a promoção e defesa dos direitos de seus filhos através da realização de oficinas com o objetivo principal de sensibilizar e promover a autonomia e o comprometimento das famílias em relação aos direitos e às responsabilidades para com a situação dos seus filhos e trata dos seguintes temas: Cidadania; Rede Sócio-assistencial; ECA: Direitos; Garantias e Responsabilidades; Medidas Socioeducativas; Violência.

Essas últimas atividades citadas, em geral, dependem da adesão dos adolescentes e seus familiares, não constituindo-se como obrigatórias. Além disso, algumas dependem de parcerias com outros órgãos, caracterizando-se por serem intermitentes.

Observa-se que apesar da liberdade assistida constituir-se como meio de punição ao adolescente autor de ato infracional, as atividades ofertadas visam uma ação de caráter mais educativo. Isso remete ao fato de que a partir do ECA tem-se uma mudança no tipo de intervenção junto aos adolescentes autores de atos infracionais, no sentido de expansão nas formas de interferência nos processos de socialização, como a vida familiar e comunitária.

Conforme o ECA, na liberdade assistida deve haver o acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por pessoa capacitada ou o encaminhamento para entidade ou programa de atendimento (Art. 118 §1º). Ela prevê, ainda, o acompanhamento que objetive a promoção social do adolescente e de sua família. Caso seja necessário deve-se incluí-lo em programas de auxílio de assistência social. É previsto, também, a obrigação de supervisionar a matrícula, a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, além de diligenciá-lo no sentido da profissionalização e inserção no mercado de trabalho (Art. 119).

Assim sendo, vê-se que tanto pelas atividades ofertadas, como em termos legais, a liberdade assistida é uma medida que visa investir na socialização dos adolescentes por meio da mediação entre estes e as instituições escolhidas para assegurar seu ingresso e permanência no “mundo social da ordem”, quais sejam, a família, a escola e o mundo do trabalho.

Desse modo, envolve intervenções orientadas para o desenvolvimento pessoal, social e político do adolescente fora do chamado “mundo infracional/criminal” e que buscam restabelecer suas relações com as referidas instituições como meio de garantir tal desenvolvimento.

Diferentemente das medidas de internação e semiliberdade que também realizam atividades com os mesmos objetivos (pelo menos do ponto de vista legal), a Liberdade Assistida realiza suas ações interventoras no contexto social de origem do adolescente.

Conforme mencionado, uma das atividades do LAC, ao começar o acompanhamento propriamente dito do adolescente, é a busca por construir com o mesmo o seu PIA, como indicado pelo SINASE, sendo esse o caminho pelo qual devem ser norteadas as atividades da equipe.

Nessa perspectiva, há uma busca de *controle* por parte dos operadores do Programa sobre os modos pelos quais os adolescentes devem atuar em sociedade. “Os dispositivos disciplinares são responsáveis por um treinamento constante que vise à formação da ‘noção do eu’ dentro de um campo possibilidades” (PINHEIRO, 2000, p. 197).

Portanto, entende-se que o Programa atua de acordo com a lógica do “controle social” e da transmissão dos valores hegemônicos:

Entendemos o controle social, portanto, como ‘o conjunto de sistemas normativos (religião, ética, costumes, usos, terapêutica e direito – este último entendido em todos os seus ramos, na medida em que exercem esse controle reprodutor, mas especialmente no campo penal; em seus conteúdos como em seus não conteúdos) cujos portadores, através de processos seletivos (estereotipia e criminalização) e estratégias de socialização (primária e secundária ou substitutiva), estabelecem uma rede de contenções que garantem a fidelidade (ou, no fracasso dela, a submissão) das massas aos valores do sistema de dominação; o que, por motivos inerentes aos potenciais tipos de conduta dissonante, se faz sobre destinatários sociais diferencialmente controlados segundo a classe que pertencem’”. (ANIYAR DE CASTRO, 2005, p. 53-55)

O investimento nessas ações, cabe ressaltar novamente, se dá tanto de forma repressiva, uma vez que as intervenções são punitivas e impostas judicialmente, quanto de forma assistencial, por meio da atuação dos profissionais do Programa que operacionalizam o investimento na integração ao mundo da ordem: é preciso promover socialmente quem não está inserido na ordem ou que está em suas bordas; deve-se escolarizar quem, supostamente, está fora da escola; deve-se também profissionalizar o adolescente para que possa ser integrado ao mercado formal de trabalho.

4.3 Do delito à liberdade assistida: representações sociais sobre a (re)socialização dos adolescentes em conflito com a lei através do LAC

“Acredito numa ressignificação na vida dos meninos, acredito nas medidas, acredito que todo mundo possa mudar a sua vida.”

(JP – integrante do LAC)

As *representações sociais* dizem respeito a “versões” da realidade elaboradas através de mecanismos sociais, culturais, ideológicos, cognitivos, psicológicos etc. Entende-se, daí, que:

Através de seus diversos significados, as representações exprimem aqueles (indivíduos ou grupos) que lhe forjam e dão ao objeto que elas representam uma definição específica. Essas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo. (JODELET, 1991, p. 04).

Essa definição de que as *representações sociais* são elaboradas e partilhadas socialmente e funcionam como sistemas de interpretação pelos quais os comportamentos e a comunicação entre os indivíduos são regidos foi tomada como forma de entender como os profissionais elaboram e interpretam a realidade da qual participam.

Em outras palavras, as *representações sociais* ajudam os indivíduos a saberem como agir em relação ao mundo que os cercam. É através delas que se confere definições aos diversos aspectos da realidade, interpretando-os e dotando-os de significados. Tendo em vista que “qualificar esse saber de ‘prático’ referindo à experiência a partir da qual ele é produzido, nos quadros e condições nas quais ele o é, e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e sobre o outro” (JODELET, 1991, p. 10). Além disso, “o lugar, a posição social que os indivíduos ocupam ou as funções sociais que eles preenchem determinam os conteúdos representacionais e sua organização” (JODELET, 1991, p. 15).

Diante disso, entende-se que as *representações* sobre a vida dos adolescentes, as atividades do LAC e as suas consequências são forjadas a partir das posições sociais que os interlocutores possuem dentro do universo do qual participam, possibilitando agirem num terreno em que os sentidos dados às ações e os significados atribuídos a elas são comuns aos agentes do grupo.

A partir disso, colocam-se duas questões para análise, a saber: 1ª) de que maneira os integrantes do LAC enxergam a realidade dos adolescentes, ou seja, os seus outros

processos de socialização (anteriores e atuais)?; 2ª) como eles veem as atividades por eles desenvolvidas, quer dizer, de que forma o processo de socialização imposto pelo LAC é compreendido em relação aos resultados (esperados e obtidos) junto aos adolescentes?

Para responder tais indagações não se fez uma separação rígida entre uma e outra, uma vez que as falas sobre o “mundo do adolescente” (família, comunidade, escola, trabalho etc.) e acerca das “ações do LAC” (no intuito de interferir nesse “mundo”) se misturam e formam uma “realidade” na qual essas representações se vinculam mutuamente.

Os agentes do LAC atribuem uma série de significados ao trabalho realizado por eles, todavia, ao entrarem em contato com uma realidade diferente da vivida pelos mesmos, é afirmado a existência de uma mudança deles próprios, como sendo uma “quebra de paradigmas”:

E acho que é muito positivo também pra um profissional que atua né, que é uma profissão, digamos assim, que é difícil né, que muita gente tem muito preconceito, que muita gente tem medo, mas pro profissional que atende é muito bom. Assim, é um quebra mesmo de paradigma, de estereótipos né, ele começa a ver o mundo de outra forma assim, pelo menos nessa parte né, começa a lidar diariamente com os meninos que são exatamente os que a gente vê nos programas de televisão, os tachados né, o assaltante, o marginal, o bandido, o assassino, quer dizer, a escória, os grandes vilões da humanidade atualmente e os profissionais lidam com esses grandes vilões e acabam percebendo que nem são tão grandes vilões assim. Enfim, eu acho que isso é muito bom, eu acho que pro profissional é uma experiência que ele carrega mesmo pro resto da vida mesmo, assim, de mudança de olhar. (J – integrante do LAC).

Essa fala revela como os agentes do LAC veem o trabalho realizado e como sentem que o trabalho é visto. Quer dizer, internamente o trabalho é visto como “uma experiência que se carrega para o resto da vida”, pois propicia uma “mudança de olhar” em relação ao adolescente infrator. Ao mesmo tempo, externamente, é uma profissão que “muita gente tem preconceito e medo”.

Ressalta-se, ainda, um segundo ponto revelado na mesma fala, no qual se observa uma das formas que os integrantes do LAC enxergam esses adolescentes e, ao mesmo tempo, como eles veem a percepção social sobre os mesmos por outros setores da sociedade, como os programas de televisão. Em outras palavras, fora do LAC o adolescente é “tachado de marginal”, é visto como “escória”, “os grandes vilões da humanidade”, já no Programa ele é percebido como “não sendo tão vilão assim”.

Outra percepção recorrente sobre os adolescentes do LAC é construída sobre o prisma de que o público atendido possui em sua trajetória a marca de ser vítima de “violação de direitos” e da “exclusão social”. De acordo com a fala de uma técnica do Programa, “todos nós sabemos que o público de liberdade assistida são meninos de vulnerabilidade social, que

vêm de uma realidade totalmente de violação de direitos” (S – integrante do LAC). Visão compartilhada pelos demais agentes, que afirmam que: “eles têm todos os outros fatores: não ter acesso a uma educação de qualidade, são restritos de muitos direitos”. (JP – integrante do LAC).

Eu acho que esse público que a gente atende já vem sofrendo várias violações de direitos, né. E, aí, assim, mesmo ele não tendo esse atendimento, ele não sendo de medida já sofrem algumas violações de direito, imagine eles tando nessa situação, né. Então, acho que é um público fragilizado, né, nas suas relações familiares, comunitárias também, né. (D – integrante do LAC).

Ou que “trabalhar com meninos que tão em medidas socioeducativas é você trabalhar com o excluído do excluído no sentido de que ele é excluído, mas ao mesmo tempo ele é o agressor”. (J – integrante do LAC)

Um desdobramento dessa visão de que o adolescente em cumprimento de medida socioeducativa tem sua trajetória marcada pela violação de direitos e exclusão social está na representação sobre os processos de socialização que perpassam suas vidas. Na visão dos profissionais do LAC, os espaços sociais sob os quais se constrói a vida dos socioeducandos influenciam em suas ações transgressoras, ou seja, o ambiente de origem “propicia” o envolvimento com *atos infracionais*.

Segundo uma integrante do LAC, “por algum motivo ou caminho, uma construção histórica, uma bagagem de vida, algo que se perdeu lá atrás que veio acarretando e trazendo aquele menino àquela situação que ele tá hoje em dia”. (S – integrante do LAC). Essa construção histórica, além da exclusão e da violação de direitos, acresce-se à “realidade” que relata J, no qual a “vida é muito mais banalizada” e que é “comum matar e morrer”:

Porque é muito da realidade do local onde eles moram, os meninos desde criança convivem com isso, com gente matando gente na porta da casa deles, com o irmão tendo sido assassinado não sei por quem, barra pesada, praticamente barra pesada todo dia com fulano. Isso é muito real. Se você for pra uma área, tipo lá no Bom jardim ou no Tancredo Neves e conversa com uma criança de sete anos ela vai trazer muito isso no discurso. [...] Porque eles lidam com uma realidade que é morte, bala e roubo ali diário. Então, assim, é banalizado. A vida é muito mais banalizada que a nossa. [...] Eles vivem o momento e o hoje porque o amanhã é totalmente incerto. É comum morrer, é comum matar. (J – integrante do LAC)

A “realidade” que vivem os adolescentes, na qual uma criança de sete anos já “carrega” no discurso a questão da violência, denota a visão de como o meio social afeta os indivíduos em cumprimento da medida socioeducativa e os mobilizam às práticas delitivas. Dessa forma, o “contexto social” referente aos locais de origem de onde os adolescentes advêm aparece como determinante em suas características “desviantes”.

Uma grande parte também vive muito numa realidade, digamos assim, desorganizada no sentido dessa coisa do cotidiano né, das famílias mais de classe média e classe média alta, de acordar, o pai e a mãe deixa na escola, pega, não sei o que. [...] Não tem essa coisa da rotina, é tudo, o dia a dia é muito bagunçado, a maioria às vezes mora numa casa pequena que convive todo mundo junto, é uma confusão, que tem criança, que tem velho e realmente, assim, essa falta de rotina organizada dificulta né, porque dificulta essa coisa de se concentrar, de ler, de estudar, não tem muito. (J – integrante do LAC)

Agora assim, têm realidades bem distintas na LA. Têm aqueles meninos que a gente vê que, como te explicar, assim, que tem um perfil, digamos assim, que tem tipo uma realidade mais tranquila mesmo, de morar ainda com pai e mãe, de ir pro colégio, de conversar sobre o futebol e têm aqueles outros que já tem aquele perfil de um maior envolvimento né, digamos assim, que tem uma maior desorganização, que conversam também sobre futebol, sobre isso, sobre aquilo, mas falam muito assim, tem muitos jargões, assim, como: “Ai a arma não sei de quem, assalto não sei de quem, o fulano matou cicrano”. (J – integrante do LAC)

O contraponto entre a “realidade desorganizada” e a “realidade tranquila” aponta para um olhar dos agentes do LAC no qual a construção de suas representações acerca dos adolescentes, pelo menos em parte, se dá através do viés dos padrões dominantes. Em outras palavras, suas condutas são avaliadas de acordo com as normas estabelecidas e aceitas social e moralmente, tendo como premissa, por exemplo, uma vida *disciplinada* ou uma maior “organização da rotina”, de “morar com pai e mãe” e “ir para o colégio”.

Talvez por isso, “mudança” seja um dos termos mais repetidos entre os agentes do LAC. A representação sobre a medida liberdade assistida, bem como acerca da atuação da equipe, está vinculada em possibilitar mudanças de valores e de práticas sociais por parte dos adolescentes, ou seja, a incorporação de visões de mundo e de atitudes consideradas boas para eles. Tendo nesse processo a dimensão do êxito do trabalho:

[a liberdade assistida] “eu acho bastante positivo né, a gente vê ainda que surte efeito, dá resultado né, tem os seus pontos negativos que é a questão da justiça que às vezes é muito lenta, de poucos profissionais, de espaço físico né, mas assim, é muito positivo, e é muito gratificante quando a gente vê quando o adolescente chega e sai de lá com outro pensamento, com outra visão né, querendo outras coisas, eu acho superpositivo [...]”. (JP – integrante do LAC).

Então, eu acho assim, que a liberdade assistida ela faz toda a diferença na vida de um adolescente mesmo, porque a gente sabe que alguns né, que foi um momento de vacilo, vamos dizer assim, de vacilo mesmo. Então ali, e eles querem mesmo, querem mesmo, querem ressignificar, querem dar um novo olhar e a gente faz isso assim, a gente percebe isso no adolescente, então a gente faz o possível pra gente poder ter sucesso nessa proposta da liberdade assistida, esse acompanhamento sistemático mesmo. (S – integrante do LAC).

Essa possibilidade de induzir a transformação dos adolescentes, segundo indicado nas falas, deveria ser mais valorizada pelo poder público, pois os integrantes do LAC possuem a percepção de que os profissionais que trabalham com os adolescentes em

cumprimento de medidas socioeducativas têm grande oportunidade de minimizar um dos problemas mais enfatizado na Cidade, a chamada violência urbana:

Uma coisa que é extremamente contraditória, porque uma das coisas que se fala muito, que se bate muito aqui na nossa cidade, na nossa realidade, aqui é uma cidade que tá ficando cada vez mais violenta e o pessoal que entra no, digamos assim, os autores dessa violência muitas vezes começam a praticar antes dos 18 anos e o objetivo das medidas é exatamente tentar dar novas possibilidades pra aqueles adolescentes, novos projetos de vida e pra não continuarem nessa, não continuarem roubando, assaltando ou mesmo cometendo homicídios. Então teoricamente, é nas medidas que deveria, digamos assim, que a prefeitura e o próprio estado deveriam investir bem mais, porque nas medidas, os profissionais das medidas eles exatamente lidam com esses adolescentes que tão roubando, que tão matando e que tão traficando no dia a dia. Eles chegam pro profissional e dizem: “ó tia ou tio” – sei lá como eles chamam – “eu assaltei, eu tava com arma e tudo”. É uma grande possibilidade que aquele profissional tem de pensar em novas coisas, em novos projetos. Então assim, acredito que seja algo extremamente importante, pela minha prática no projeto, a gente observa que existe grandes possibilidades de atuação, o profissional que lida com essa realidade ele vislumbra que existe sim uma grande, grandes possibilidades através do atendimento, através dos encaminhamentos com esses adolescentes, mas se tivesse uma maior estrutura, maiores serviços, sem dúvida nenhuma funcionaria assim, eu acho que uns 80% melhor”. (J – integrante do LAC)

Mais do que qualquer adolescente pobre que muitas vezes é tratado como “ameaça” e pode ser considerado como estando em “situação de risco”, que pode se envolver em atividades delitivas, o público em questão já cometeu tais práticas, já faz parte da população dos “desviados” e, por isso, precisam adequar-se às normas sociais dominantes. Como é afirmado: “a gente atua já com indivíduos, adolescentes que estão já em outra esfera de comportamento”. (D – integrante do LAC).

De acordo com a perspectiva de êxito dos profissionais, eles precisam mudar sua atitude e seu comportamento e mesmo em um contexto de “vulnerabilidade”, “levar uma vida de uma maneira diferente, mais digna”:

Porque a gente acredita que ninguém nasce infrator, né? A gente acredita que a gente consegue intervir na vida desse adolescente. E, às vezes, a gente consegue fazer com que a partir dali ele tenha um caminhar diferente e eu acho que é um ganho pra família porque a gente percebe a alegria das famílias. Pra gente é muito prazeroso saber quando a família chega pra gente agradecendo pelo que a gente tem feito que, no caso, a gente não faz nada mais do que tá na nossa função de fazer. [...] Eu já encontrei adolescentes no ônibus e vê que aquele adolescente realmente teve, a partir daquele momento, teve um, vamos dizer assim, um novo jeito de caminhar, saber que ele tá levando a vida dele de uma maneira diferente, mais digna, sabendo agora o que faz bem pra ele, né. Acho importante por isso: a construção de uma nova sociedade, de dá novas oportunidades, de fazer com que todos nós tenhamos esse direito de viver uma vida digna e mais igual e mais justa. Tentar de alguma maneira minimizar esse abismo que existe. Os nossos meninos são todos de comunidade carentes que vivem em situação de vulnerabilidade social. Tentar de alguma maneira ou outra fazer com que haja uma esperança para que eles possam mudar a história deles e através dele a descendência dele possa ser diferente, posso tá transmitindo pra quem venha futuramente, a partir dele, uma nova família, até pros que estão

próximos mesmo a construção dessa nova perspectiva de esperança mesmo. [...] (S – integrante do LAC).

Além disso, ressentem-se do fato de o programa, segundo os integrantes do LAC, não atingir a todos, pois quando os adolescentes saem da medida e não tem um novo olhar ou um caminhar diferente, é sinal que o Programa não atingiu o êxito esperado:

Lógico que eu num vou dizer que cem por cento dos meninos que chegam no LAC saem da medida com um novo olhar, com um caminhar diferente que não é. Isso é uma verdade, mas a gente tem muitos resultados positivos. (S – integrante do LAC).

Observa-se que as ações do LAC são vistas como uma oportunidade dos adolescentes serem legitimados aos olhos da sociedade. Para a equipe do LAC, as atividades oferecidas são consideradas capazes de fazerem força contra o meio de origem, pois oferece “novas possibilidades” para indivíduos “excluídos” ou envolvidos num “contexto de violência e de criminalidade”:

E no sentido do impacto mesmo dos meninos, né, dos adolescentes. Essa questão mesmo, que são adolescentes que estão envolvidos em toda uma criminalidade. São adolescentes que tão em todo um contexto de exclusão e eu acho que o atendimento ele contribui pra isso. Assim, no sentido de te dá novas possibilidades, de dá... eu num gosto nem muito de falar nessa palavra exclusão porque ela é muito complicada... porque exclusão é uma coisa muito relativa, mas, assim, eles normalmente tão num contexto de violência, de muita coisa e eu acho que o programa, as medidas socioeducativas, é pra elas contribuírem pra isso, né, para esses acessos, pra mostrar outras coisas para além daquilo. (J – integrante do LAC).

Essa situação aparece na forma mais radical quando é exemplificado o fato do LAC ser, para muitos adolescentes, a primeira porta de entrada para o exercício da cidadania. O que é considerado pelos agentes como positivo, pois para eles o LAC consegue fazer essa inserção. Contudo, ao mesmo tempo, é considerado negativo, pois reforça a constatação da falta de acesso aos direitos básicos por parte dos socioeducandos:

Uma das coisas positivas que a gente verifica também é que, por exemplo, o adolescente muitas vezes quando ele chega na LA, (é que é positivo por um lado, mas extremamente negativo por outro né, é contraditório) é que na LA é que eles têm acesso a todo uma, digamos assim, uma cidadania, é lá que eles conseguem tirar documento que eles nunca tiveram, às vezes é na medida socioeducativa que eles conseguem um curso, um trabalho, então assim, isso é muito interessante pra eles e eles digamos assim, eles têm, pelo menos, em grande parte, a gente vê pelos discursos, eles têm essa reflexão ou o sentimento – até porque são meninos que muitas vezes não conseguem muito abstrair no nível da reflexão –, mas, digamos assim, eles têm um sentimento de que foi a partir da LA que eu consegui isso e isso é muito bom. Assim, eles veem: “realmente quando alguém olha pra mim, me dá uma oportunidade eu consigo”. Agora é extremamente negativo por outro lado porque verifica a fragilidade de todo o sistema né, que às vezes a gente tem, nós temos meninos com 15, 16, 17, 18 anos que não têm documento né, têm meninos que não chegam a ter nem certidão de nascimento com 16 anos e que não tiveram

acesso à escola, então assim, isso também é muito complicado. (J – integrante do LAC)

As mudanças objetivadas pela equipe, tantas vezes citadas, se referem a uma espécie de “plano de metas institucionais” conformadas em comportamentos socialmente aceitos que também estão presentes nos dispositivos legais, como retorno à escola, a entrada no mundo do trabalho, o bom relacionamento com a família e a não reincidência, constituindo-se como representação de uma conquista de legitimação social:

Mas percebe-se que a família fica mais aliviada em saber que seu filho tá trabalhando, que tá estudando, que num tá mais... Às vezes não tá estudando, mas tá só trabalhando, né. Às vezes não tá mais envolvido com ato infracional e pra gente, assim, como ser humano, como fazendo parte dessa sociedade é importante você olhar. (S – integrante do LAC).

O que eu acho que é positivo é ver os resultados, a partir dos resultados é que a gente vê até mais o positivo né. Quando a gente vê, por exemplo, vários adolescentes que passaram pelo LAC, que foram atendidos, que realmente cumpriram direitinho a medida e a gente vê que hoje em dia tão superbem, que tão com as suas famílias, tão trabalhando, isso é um dado que é muito positivo. (J – integrante do LAC).

Busca-se, portanto, articular a criação de condições de socialização para que o adolescente possa adquirir e internalizar normas de condutas e transformar suas percepções, adequando-se minimamente aos padrões de comportamento legitimados na sociedade. Dentre esses padrões, a escola aparece como um dos pontos que possui bastante importância, pois visa-se:

Trabalhar com os meninos na perspectiva de futuro através da educação, trabalhar com esse adolescente, mostrar que a educação é um caminho em longo prazo, mas que se colhe fruto né, e que assim através dela você consegue ressignificar, ter novos olhares, conhecer outras, ter outras vivências, ter outras oportunidades. (S – integrante do LAC).

Os agentes do LAC esclarecem que a escola é considerada prioritária devido ao papel social que ela ocupa na sociedade, uma vez que é vista socialmente (e, inclusive, pela equipe do LAC) como sinônimo de cidadania.

Além disso, a escola é também entendida como contraponto às ações “desviantes”, pois quando o adolescente não estuda e não trabalha é “tachado de vagabundo”. Isso do ponto de vista da equipe pode realmente fazer o adolescente adotar essa identidade, pois ele estando fora das atividades socialmente aceitas é mais fácil ele “chutar o balde”, conforme a fala a seguir:

Pra gente a escola sempre tem uma função prioritária né, sempre muito grande até pela função social que a escola tem que a escola representa na sociedade, mas pra gente ainda escola é muito sinônimo de cidadania, como trabalho é muito sinônimo de cidadania né, quem não estuda, quem não trabalha muitas vezes é tachado como vagabundo, como isso, e às vezes a pessoa nem é, mais é, acaba sendo. Então assim, por toda essa representação social, sem dúvida nenhuma, a escola é fundamental né, e aí, e tipo assim, e pra eles isso também existe né, o adolescente que tá estudando, digamos assim, na escola que ele projeta toda uma vida futura né, e tipo às vezes assim, ai eu não faço mais nada, eu não tô estudando, é como se: “ai eu abandonei mesmo essa coisa da vida, de uma vida correta né, de uma vida dos trâmites seguindo as regras”. E eles saindo da escola tipo: “ah, chutei o balde, não tô mais estudando, não quero mais nada, então eu vou é assaltar, vou roubar. (J – integrante do LAC).

Portanto, a escola é evidenciada como um espaço de “construção de identidade”, no qual se tem um “mundo” onde se “projeta toda uma vida futura” e, principalmente, contribui para que o adolescente esteja fora do circuito infracional/criminal devido ao que ela representa para a sociedade.

Simultaneamente a essa visão, se tem também a percepção de que a escola pública não agrega aos jovens, de fato, aprendizagem acadêmica. Nesse sentido, não exerce tanta contribuição, pois somente (e talvez) “alguns aprendem”:

Eu acho que têm alguns que aprendem, porque realmente a maioria estuda em escola pública, a grande maioria, e é uma realidade complicada também né. Mas, assim, a escola sem dúvida, o adolescente, a criança e o adolescente termina de, termina não, dá continuidade pra essa construção pessoal né, é fundamental. [...] E pela também, enormemente pela possibilidade de mudança de vida mesmo concreta. Se eu tô estudando eu vou consegui um trabalho, eu tenho possibilidade de ter um dinheiro. Mas assim, se ele não estuda, não trabalha, muitos têm muito essa coisa mesmo: “ah, eu não tô estudando nem tô trabalhando então eu vou é roubar mesmo”, tipo, é uma identidade que eu assumo. A escola é muito, faz muito parte da construção da identidade da pessoa, como um trabalho né, então sem dúvida é fundamental. Assim, muito por isso, confesso, eu acho que muito mais por isso do que pelo que se aprende, porque o ensino hoje em dia é muito complicado, têm meninos que já tão no, tem uma menina que a gente acompanhou que ela tava eu acho que no 8º ano que ela não sabia ler, não sabia escrever, aquela analfabeta funcional, que a gente, quando a gente descobriu isso a gente ficou impressionada”. (J – integrante do LAC)

Assim, agora eu acho que com algumas mudanças ela [escola] com certeza é um ponto muito positivo, porque eu acho que a escola é um mundo, que é lá que tudo, que a gente vai pro mundo através da escola né. [...] Eu acho que a escola é superpositiva, eu acho que lá se cresce, se aprende, se troca experiências né, eu acho que ela poderia ser um pouco mais interessante. (JP – integrante do LAC)

Na perspectiva de que a escola contribui para adequação do adolescente à “norma” fazendo frente ao “desvio”, aparece também uma percepção mais pragmática para sua valorização, uma vez que “até um Programa Social do Governo já está vinculado à questão do adolescente estar na escola. (S – integrante do LAC).

Além dos benefícios sociais, a participação em cursos de “qualificação profissional” e inserção em estágios também dependem da matrícula e frequência escolar. Desse modo, o fato da escola ser pré-requisitos para esse universo aceitável socialmente (o mundo do trabalho) é um fator ressaltado para sua importância na vida dos adolescentes do LAC, pois “uma das coisas que também é importante, é que muitas vezes as oportunidades, como eles são adolescentes, os cursos profissionalizantes, os estágios, eles exigem que eles estejam estudando”. (J – integrante do LAC).

Entretanto, segundo os interlocutores, há grande dificuldade de inserção, permanência e aproveitamento dos adolescentes em relação à escola. Segundo os membros da equipe do LAC, essa dificuldade é reputada, primeiramente, por conta de uma característica presente na maioria dos adolescentes atendidos no programa, no qual “a gente nota é muito só o meu hoje, é muito intensa a vida deles, é só o hoje né, eles não têm muito essa visão de, daqui a uns cinco anos o que é que eu vou tá fazendo, não têm, até por conta que são adolescentes né, é típico da fase”. (JP – integrante do LAC).

Na mesma perspectiva, outro agente do LAC aponta que “os meninos, eles são muito do imediatismo, eles querem fazer algo que dê resultado agora como é o trabalho pra eles, eles trabalham hoje e de quinze em quinze dias eles recebem aquele dinheiro, a escola já é diferente.” (S – integrante do LAC).

Outro fator que dificulta a relação do adolescente com a escola remonta mais uma vez à “realidade” deles, citada anteriormente, pois o envolvimento com o “mundo do crime” traz também relações de rivalidades com outros indivíduos e grupos, no qual a ameaça e a vingança estão presentes:

Outra dificuldade é que tem uma grande parte também tem inimigos né e são ameaçados e não dá pra estudar por isso. [...] Por conta da localização, porque têm pessoas que moram perto, têm meninos que estudam lá que eles são brigados, que isso é uma coisa muito séria entre eles, essa coisa da ameaça, que qualquer coisa é ameaçado de morte, roubou um celular, têm meninos que passaram pelo LAC que morreram por conta de um celular, por conta de um desodorante, digamos assim, esse valor de vida e de morte é bem sério entre eles. (J – integrante do LAC).

Além disso, a disciplina que a escola exige é, segundo os relatos, difícil de ser assimilada pelos adolescentes devido aos referidos processos de socialização primários, como a família. Sobre isso são descritas características como: “muitas vezes eles já vivem numa realidade de uma falta mesmo de uma responsabilidade e tal e que a escola entra como mais uma”. (J – integrante do LAC). A “falta de responsabilidade” pode também ser denominada, eufemisticamente, de “realidade muito livre”, remetendo mais uma vez à associação da

dificuldade de inserção na escola com o meio social de que os adolescentes fazem parte, que é considerada “muito diferente da nossa”, pois eles não têm uma “família ali cobrando”:

Eles até conseguem reconhecer essa importância, eles conseguem reconhecer na escola esse, essa questão da transformação, da mudança, eles conseguem perceber que eles conseguiriam um emprego melhor, eles reconhecem isso, que a gente percebe na fala deles, porém, é uma coisa que é uma realidade muito diferente da nossa, tipo da minha que eu cresci meu pai e minha mãe me incentivando a estudar, vá pra escola que a escola isso e aquilo. Os meninos de liberdade assistida, eles têm uma, vêm de uma realidade muito livre, eu acho que de uma família que não tá ali cobrando, exigindo, então eles acabam que, tipo, eles não têm muita cobrança nem da família, eles não aceitam a cobrança do professor em sala de aula, pra eles isso aí é muito complicado. (S – integrante do LAC)

Apesar do reconhecimento da importância da escola por parte dos adolescentes, segundo os agentes do LAC, isso em geral não os atinge ou conforme relata uma técnica do Programa: “eles conseguem ver, reconhecer na escola esse local [importante], só que não chega, não chega pra eles isso e não afeta, não faz com que eles parem, pensem e reflitam, assim, eu vou estudar porque eu vou mudar, eu quero conseguir um emprego, eu quero me formar”. (S – integrante do LAC).

Em outro depoimento, vê-se que, na perspectiva do LAC, há, de fato, o reconhecimento por parte dos adolescentes da importância da escola ou que “já tá gravado”, mesmo que numa visão pragmática de conseguir um “trabalho melhor”, mas apesar disso, ela não é vista como algo positivo, sendo “mais uma obrigação”:

Então, eu acho que os adolescentes do LAC enxergam a escola como todo e qualquer adolescente, toda e qualquer criança ou adolescente vê a escola, é um espaço que eles sabem que é importante né, já tá gravado na cabeça deles que é importante tá estudando, importante pra conseguir um trabalho melhor, mas que é difícil, como todo e qualquer adolescente, é uma obrigação né, não é uma coisa assim, ai que coisa maravilhosa acordar cedo e ir pra escola, eles veem como uma obrigação. (J – integrante do LAC)

Essa “obrigação” é também tratada de forma mais radicalizada pela equipe quando dizem que os adolescentes do Programa possuem uma “aversão” a escola, constituindo-se como um desafio e uma necessidade a compreensão dessa rejeição: “a gente tem muita necessidade de entender o porquê dessa aversão à escola” (S – integrante do LAC).

As hipóteses apresentadas sobre essa “aversão” deslocam-se também para a própria instituição escolar, que é vista como um local onde os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa são excluídos e sofrem preconceito, chegando até “atrapalhar” o adolescente que está em conflito com a lei:

Os meninos tarem ali, mas ao mesmo tempo não são presentes em nada, hoje em dia assim, têm os meninos que eles relatam, alguns relatos, muito assim, que sofrem preconceito, que são excluídos, mesmo estando em sala de aula. [A escola] não era pra atrapalhar né, mas eu acho que atrapalha por exemplos que nós temos como eu te falei, do menino tá ali, a professora passa todas as atividade e não dá pro menino, todo mundo rindo, acontece alguma coisa: foi você, isso a gente já escutou vários relatos né. [...] Eu acho que precisa é o pessoal com a cabeça mais aberta né, eu acho que o pessoal com a cabeça mais aberta, querendo trabalhar e menos preconceito né. (JP – integrante do LAC)

Inclusive, quando o próprio adolescente ou sua família não comunica à escola sobre o cumprimento da medida socioeducativa, a equipe em visita escolar também não o faz, visando evitar que o socioeducando seja vítima de preconceito:

[Não informa à escola que o adolescente está em LA porque] Ele não quer, porque ele acha que vai se sentir mal, acha que a escola pode tirar ele da escola, ele vai sentir preconceito né, mas têm outros não, têm outras [escolas] que sabem isso, é bem tranquilo. Então, assim, realmente é uma coisa que varia muito, mas é uma grande dificuldade inserir na escola. É com certeza, por conta da realidade deles, por conta da situação das escolas que é uma situação complicada e muitos, alguns têm essa coisa mesmo de não se sentir bem porque tem preconceito, o pessoal tem preconceitos, essas coisas. (J – integrante do LAC)

A escola aparece, desse modo, como uma questão dilemática, sendo alvo de muitas críticas e, ao mesmo tempo, também é vista como uma grande “oportunidade de mudança para a vida deles”. Entretanto, segundo a visão dos agentes que lidam com os adolescentes, é difícil para eles pensarem a educação formal como um processo a longo prazo que exige esforço, pois a perspectiva é restrita a no máximo terminar o ensino fundamental e médio. Portanto, fazer com que esses adolescentes vislumbrem algo além de “assinar o nome” e “aprender a ler e escrever”, como um “curso superior” é uma grande meta:

A gente tem que trabalhar com os meninos a perspectiva de uma mudança de que estudar não é só até o ensino fundamental, não é só até o ensino médio como eles pensam, porque tem muito mais além, por exemplo, uma faculdade, de uma graduação, de um nível superior, porque eles não têm essa perspectiva como eu e você tem e eles não têm. Pra eles isso é muito difícil, isso é muito distante, e eu não entendo, até entendo né, entendo o porque, mas assim, a gente tenta trabalhar também isso, mostrar pra eles que eles podem conseguir isso, que eles podem sim se formar, não é porque tão cumprindo medida hoje, cometeram um ato infracional que isso vai levar pra vida toda, não, mas que existe sim oportunidade, mas assim, muito esforço, porque a gente sabe que é muito esforço mesmo, é dedicação, a gente tem que trabalhar isso com essa perspectiva que estudar não é só aprender a ler e a escrever e assinar o nome não, é muito além, faz parte de uma formação, pra vida deles, de mudança mesmo assim de chegar ao nível superior”. (S – integrante do LAC).

Dentre os fatores considerados exitosos ou positivos, apesar de todas as ressalvas, é quando os socioeducandos, de fato, se integram à escola, sendo considerada uma grande “vitória” e motivo de “grande satisfação”, até porque “muitos não querem, não estudam”:

Têm muitos que realmente não se interessam, não querem, não estudam né, que é feito todo um trabalho, mas eles não. É tanto que quando um adolescente se matricula e tá frequentando a escola pra gente é uma vitória, uma grande satisfação de ver, porque realmente têm aqueles que não tão a fim, que não querem né, e têm aqueles que se matriculam, mas que ficam nessa, não estudam. (J – integrante do LAC)

Percebe-se, portanto, que mesmo o acesso à educação escolar sendo um direito assegurado de crianças e adolescentes, o mesmo converte-se, enquanto intervenção prevista na liberdade assistida, em dever do adolescente para com sua sentença. Essa conversão se reflete na forma como os adolescentes acompanhados vivenciam a inserção na escola, pois devem “ajustar” as demandas da legislação, dos juízes e da equipe que os acompanha a realidade objetiva da qual fazem parte e as suas próprias percepções dessa realidade.

Demonstra-se, assim, que essa inserção é entendida como o cumprimento de um dever, ao qual não chega a converter-se em um direito, uma vez que os adolescentes não percebem a educação escolar desse modo.

Nota-se, portanto, que a inserção escolar possui um caráter ambíguo para os profissionais da Pastoral do Menor que atuam no LAC, apesar da importância dada a escola, pois ela é “uma das condições da medida”, ao mesmo tempo ela também “não é o fator preponderante” no que concerne à “liberação”⁹⁶ do adolescente:

É, assim, a gente sabe que uma das condições da medida socioeducativa é estar estudando, então se ele não estuda a gente coloca, o adolescente não está estudando, apesar da gente ter encaminhado, a gente coloca realmente que não está estudando. Porque a gente sabe que a escola não é o fator preponderante pra essa liberação, é importante é, mas não é o principal, então assim, se o menino não está estudando porém, está trabalhando, tá fazendo algum curso, tá, a gente percebe que não há mais envolvimento em atos infracionais, pela fala que a família traz, pelas visitas que foram feitas né, pelo comportamento do adolescente, a gente coloca que aquele adolescente, apesar de não estar estudando, tá envolvido em atividade laboral, então sugere liberação e ok, não tem problema não. Agora o ideal é que ele esteja estudando, matriculado e a gente tenta fazer esse acompanhamento. (S – integrante do LAC)

Para a “liberação” do adolescente, ainda na perspectiva da mudança, um fator bastante ressaltado trata da questão do *trabalho*. Essa importância se deve por três fatores presentes no discurso dos indivíduos pesquisados: primeiro, é uma demanda dos adolescentes, pois eles têm um retorno financeiro mais imediato; segundo, o trabalho constitui uma representação socialmente positiva; e, por fim, os agentes de fato acreditam que essa inserção no mundo do trabalho ou em cursos que os “qualifique” para essa inclusão contribuem para o rompimento com o circuito delitivo.

⁹⁶ Expressão para se referir ao relatório que deve ser enviado ao Juizado da Infância e Juventude indicando o cumprimento ou não da medida, bem como sugerindo o seu desligamento ou permanência.

Conforme já mencionado, uma característica vislumbrada pelos profissionais sobre os adolescentes é o “imediatismo” ou a “intensidade” de como eles vivem o presente: “os meninos, eles são muito do imediatismo, eles querem fazer algo que dê resultado agora como é o trabalho pra eles, eles trabalham hoje e de quinze em quinze dias eles recebem aquele dinheiro [...]”(S – integrante do LAC). Esse fato é exemplificado na fala que, segundo os agentes, é recorrente entre os adolescentes: “Ah, sei nem se vou tá vivo!”.

Como o trabalho possui essa preponderância na vida dos adolescentes, existe uma percepção de que o estudo é visto apenas como uma porta para o trabalho: “têm uns que estudam mais pra conseguir estágio, eles são realmente mais focados na questão do trabalho, eles trazem mais isso, a grande maioria”. (J – integrante do LAC).

A positividade do trabalho como signo de legitimação social ressalta para os membros do LAC a importância da inserção no chamado mundo do trabalho, tendo em vista “que a gente vive nessa sociedade muito, ainda vive muito do trabalho né, da obrigação, digamos assim, mudando um pouco também já pra história do consumo”. (J – integrante do LAC).

Essa visão sobre o trabalho como um marco da sociedade na qual se vive, é também assimilada pelos operadores do LAC, pois conforme a fala anteriormente citada, “está trabalhando”, está “fazendo um curso” são fatores bastante relevantes para a “liberação” do adolescente no cumprimento da medida.

Além disso, resente-se de mais possibilidade de inserção em cursos profissionalizantes, tendo em vista que geralmente, exige-se uma escolaridade não compatível com a realidade dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, dificultando o “sucesso” da medida:

Eu acho que o que torna mais difícil [a execução da medida], torna complicado, que torna às vezes até difícil da gente ter sucesso em algumas coisas, é a questão da articulação, eu tô falando assim, em relação a cursos né, a gente tem toda uma proposta, quando vem o processo do menino, ah, lá vem lá: “reinserção e curso profissionalizante e isso e isso”, só que existe um buraco em relação à faixa etária, em relação à escolarização do adolescente, então isso dificulta o nosso trabalho, isso faz com que a gente às vezes fique sem nenhum resultado positivo porque a gente encaminha, quer encaminhar o adolescente, mas pro curso que tá oferecendo, ele não tem aquela idade, não tem aquela escolarização necessária. [...] Sabemos que a realidade escolar deles, são meninos que fazem 4º, 5º ano, não são meninos de... pouquíssimos são meninos de ensino médio, a gente tem alguns adolescentes de ensino médio mas são poucos. Então, às vezes, são cursos que requer que o menino esteja no primeiro ano do ensino médio e isso pra gente é muito complicado, porque são as exceções da liberdade assistida que fazem ensino médio, a regra geral são meninos de ensino fundamental, então isso dificulta.(S – integrante do LAC).

A partir daí, compreende-se que o *trabalho* é “reafirmado por sua positividade simbólica” (PINHEIRO, 2000, p. 201), mesmo que o adolescente não ingresse diretamente no denominado mercado de trabalho precisa “qualificá-los” por meio dos referidos cursos. A imersão em outros ambientes, tais como visitas em empresas e a inserção em cursos preparatórios para a vida profissional ou em estágios, na perspectiva da equipe, são fundamentais para que os adolescentes sejam atingidos e possam “se vislumbrar no futuro” e de “tá trazendo pra questão do trabalho”:

[...] a gente também tem um trabalho muito interessante que é o grupo de orientação profissional, não é aquele orientação profissional que a gente vê na escola, é uma coisa adaptada pra realidade dos meninos, mas que fluiu muito bem [...] muito interessante, foram seis encontros bem vivenciais mesmo né, a gente levou os meninos pra fazer visita em empresas e trabalhamos os interesses deles. (JP – integrante do LAC).

A gente também realizou no ano passado um grupo no qual foi trabalhado projetos de vida assim, foi tipo um grupo de orientação profissional, mas bem voltado pra realidade deles né, foi mais um grupo de expectativa, de se vislumbrar no futuro né, de se colocar, de tá pensando e de tá trazendo pra questão do trabalho. (J – integrante do LAC)

Apesar da compreensão do trabalho como parte do conjunto de possibilidades para inverter a relação com as práticas ilícitas, tem-se a compreensão de que, em geral, as “oportunidades” no tal mercado de trabalho restringem-se a posições subalternas e em condições precárias. Talvez por isso seja afirmado que “tem aquela coisa de que o dinheiro é muito pouco, o que se ganha nas vias legais né, e às vezes é uma disputa injusta, do que dinheiro com o tráfico”. (J – integrante do LAC).

Os limites da intervenção que visa à inserção do adolescente no mundo do trabalho se relacionam aos que atuam na inserção na escola, uma vez que a baixa escolarização restringe sobremaneira as possibilidades reais de ingresso no mercado formal de trabalho, conforme demonstram os dados analisados na primeira parte deste capítulo.

O mercado aberto é, contudo, o informal. A inserção nesse, ainda que de maneira precária e instável, é aceita pelas famílias e também pelos técnicos do LAC e juízes, pois simboliza alguma vinculação que se busca promover ao mundo social, pois como visto é um fator muito importante para a liberação da medida.

Nessa dicotomia percebida entre as atividades “socialmente aceitas” e o “mundo do desvio”, sendo estas referentes à “condição social” do adolescente e aquelas às “alternativas” propostas pelo programa, se constrói outra ambiguidade presente no discurso da

equipe do LAC sobre o “meio social” onde vive o adolescente, principalmente o familiar e comunitário.

Conforme mostrado, as representações sobre os processos de socialização fora do programa são vistos como influenciadores das práticas delitivas e de contribuírem (pela falta de acesso aos direitos sociais ou por ser considerado um público fragilizado) para o não envolvimento em atividades socialmente aceitas. Entretanto, o mesmo “contexto social”, do qual os adolescentes são oriundos, também é visto como fundamental para alcançar o objetivo de mudança comportamental dos adolescentes.

Nesse sentido, considera-se importante, na aplicação da liberdade assistida, acompanhar o adolescente autor de *ato infracional* sem retirá-lo do convívio do ambiente familiar e da comunidade onde reside em contraponto à privação de liberdade:

Existe essa discussão mesmo de tá valorizando o meio aberto, não que digamos assim, ai então vamos tirar todo mundo do meio fechado e ir pro meio aberto, não, não é isso, existe uma função nas medidas de meio fechado e elas devem existir, só que a forma como ela tá sendo executada, e as medidas em meio aberto elas dão mais possibilidades que o adolescente tá lá, ele tá na casa dele, e é possível você acompanhar, digamos assim, de forma, eu acho que de uma melhor forma do que como tá acontecendo no meio fechado. (J – integrante do LAC)

A gente acha que as medidas em meio, priorizar as medidas em meio aberto, fortalecer, na verdade, a política da medida socioeducativa em meio aberto já que a gente não concorda muito com a internação. A gente saber que internação é preciso, mas se puder evitar... A gente trabalha muito na linha preventiva, né? A gente tenta minimizar a questão da internação, tenta não priorizar, não fortalecer. A gente prefere fortalecer as medidas em meio aberto, até pela questão do Estatuto mesmo que a gente trabalha na linha do Estatuto, à luz do Estatuto onde a questão de garantir a convivência familiar e comunitária que a gente acha que dá mais resultado. A gente acredita muito nisso. (S – integrante do LAC).

O discurso dos profissionais do LAC indica que apesar de toda a “realidade complicada” eles acreditam que seguir a linha do “Estatuto e garantir a convivência familiar e comunitária” proporciona “acompanhar de uma melhor forma” e que “dá mais resultados”.

É ainda evidenciado que a privação de liberdade ou o “meio fechado” não possui, na prática, um caráter socioeducativo, sendo avaliada como uma medida que deve ser evitada, mesmo sendo necessária em alguns casos, pois em geral a sua execução torna mais “complicada” a condição do adolescente. “Eles saem com todo um jargão” do mundo criminal, demonstrando que a “socialização educativa”, prevista no ECA e nos discursos dos operadores do programa não se efetiva no meio fechado, ao contrário, fortalece os vínculos com as práticas delitivas, tendo em vista também as precárias condições as quais são submetidos, conforme se observa na fala a seguir:

Assim, quando a gente vê no meio fechado os meninos vão, ficam lá seis meses, um ano e eles saem de lá numa situação que até bem mais complicada de que quando eles entraram, assim, a gente acompanha muito esses meninos que saem com todo um jargão, que não sei o quê, que conheceram fulano, beltrano e tal, e que pegaram 157 e que pegaram não sei o quê, né? E eles lidam com essa realidade e ficam muito tempo confinados. [...] Então, na realidade do meio fechado nós vemos que é bem complicado, que na realidade os meninos ficam lá amontoados em pequenos espaços e com condições precárias de higiene e superlotados e a ideia da medida enquanto um caráter socioeducativo acaba realmente se configurando mais como um caráter prisional mesmo, de confinamento. (J – integrante do LAC)

A liberdade assistida, por sua vez, ao contrário da internação que possui um “caráter mais prisional”, consegue ter, na visão dos interlocutores, uma perspectiva mais pedagógica ou de “socialização”, entendida nesse caso como uma prática capaz de possibilitar ao adolescentes uma adequação aos padrões de valores e de comportamento socialmente aceitos de modo mais eficiente:

Aí conhecendo um pouco essa realidade [dos Centros educacionais] a gente acaba, digamos assim, valorizando as medidas em meio aberto, considerar que elas acabam tendo mais essa função, de socialização, de educação, digamos assim, de reinserção entre aspas (eu nem gosto muito de falar em reinserção) mas, enfim... é muito esse o objetivo. (J – integrante do LAC)

Tendo em vista que o “contexto social” dos adolescentes é visto como “complicado” e, em muitos casos, favorece a imersão em práticas delitivas e que concomitantemente, também tem-se a compreensão de que a medida socioeducativa liberdade assistida possui mais eficácia do que a internação, torna-se necessário intervir em tal realidade.

Portanto, são considerados aspectos tidos como importantes para se obter bons resultados (na perspectiva do programa), a realização de intervenções familiares e comunitárias

Acho que também a gente tem um ganho por causa da nossa metodologia de trabalho, né. A gente tem um planejamento que vê o adolescente não como autor de ato infracional, “fulano cometeu o número tal”, que a gente costuma dizer o código. Não. Ele é o Francisco, ele é o Paulo, ela é a Maria, né. Ele faz parte daquela família. O pai dele é o Seu Antônio, a mãe dele é a Dona Fátima. Ele mora na comunidade tal. A comunidade passa por isso, por isso e por isso. O que é que isso incide na convivência familiar, na convivência do adolescente? Então, a gente tenta ver o adolescente como sujeito. Sujeito de direitos que estão sendo violados e aí a gente leva em consideração isso e também um olhar mais apanhado mais profundo também da família. A gente... tem essa...esse olhar que a família também é responsável, né, pelo não cumprimento e pelo cumprimento da medida do adolescente. Ela incide diretamente nesse processo. E a comunidade, né”. (D – integrante do LAC).

Nesse sentido, visa-se trabalhar a aceitação da família e da comunidade em relação ao adolescente em cumprimento da medida socioeducativa, pois uma das dificuldades apontadas é que ambos veem o adolescente como o “ladrão”, o “marginal”, ao contrário do LAC que tem em sua “metodologia” concebê-lo como “sujeito de direitos”.

Olha, assim, a gente tá atuando hoje em quatro comunidades. Quatro comunidades difíceis, né. A gente tá no Pirambu, Jardim Iracema, Bom Jardim e Tancredo Neves. Comunidades que têm, assim, como em outras comunidades, mas essas são, de fato, as que requerem mais atenção. E, assim, a gente tem, juntamente com algumas partes, alguns agrupamentos da Igreja tentando trazer o menino que tá sendo acompanhado pela gente, pra que ele faça parte da comunidade em que ele tá vivendo, que ele seja realmente acreditado novamente, que ele seja é... ser visto com outros olhos, né. Então, assim, a família que a gente acompanha a gente também tem essa preocupação de fazer eles com que eles entendam que tão na comunidade e que, assim, que a comunidade receba-os novamente. Porque o filho é visto como ladrão, como um marginal, que é o popular que eles chamam. Não é por isso que eles vão ter que ter todas as portas fechadas dentro da própria comunidade que eles vivem. Então, a gente procura trabalhar isso. (D – integrante do LAC).

[...] a gente faz visita às famílias quando necessário né, quando a gente acha que muito dos problemas do adolescente é por conta da família a gente faz esse acompanhamento na família, não tão intenso como a gente gostaria né, enfim, de horários, de demandas e tal, mas é assim. (JP – integrante do LAC).

Apesar das incursões objetivando participar da socialização dos adolescentes em seus lugares de origem, os profissionais do LAC ressentem-se da limitação em termos de recursos o que dificulta criar uma maior estrutura para a realização de mais atividades:

A principal dificuldade que eu vejo, a maior, é a falta mesmo de profissionais, assim, eles têm várias ideias, várias propostas, mas é difícil, às vezes. Por exemplo, tem que administrar só com uma Kombi, tudo, tem que administrar com a quantidade mínima de profissionais, às vezes, aquele profissional quer realizar uma visita, quer realizar uma coisa superinteressante, mas precisa tá no atendimento, porque o atendimento é a bola mestra, o atendimento tem que acontecer toda semana, é a grande prioridade, mas a gente tenta realmente não engessar só naquilo, tenta sempre tá trazendo coisas novas”. (J – integrante do LAC)

Eu acho que se tivesse mais dinheiro, mais investimento mesmo nas medidas no geral, meio aberto meio e fechado, em LA eu acho que teríamos resultados mais positivos, e não precisaria de medidas tão extremas como redução da maioridade penal. (JP – integrante do LAC).

Mesmo sendo expostas diversas dificuldades, tem-se a percepção de que o trabalho tem bons resultados e grande importância para a vida dos adolescentes acompanhados. Considera-se que mesmo o número de adolescentes direcionado ao programa seja pequeno, ele faz muita diferença e sua execução é muito relevante para a cidade:

E a gente com esse pequeno número a gente ainda consegue, apesar da dificuldade, apesar dos obstáculos, porque nem tudo é perfeito. Mas eu acho que, na minha opinião, a gente ainda consegue fazer um diferencial dentro das medidas de

Fortaleza. Com a nossa metodologia, com o nosso acompanhamento, com o nosso trabalho, com essa visão que a gente tem do adolescente, da família, da comunidade, eu acho que a gente ainda consegue atingir. Nem que seja, pelo ao menos, um pouquinho, mas a gente consegue atingir ainda. Fazer com que alguns meninos consigam mudar, transformar, ver pelo ao menos de uma forma diferente o mundo que ele tá vivendo. Ter, pelo ao menos, uma perspectiva de vida. E eu acho que isso é a grande contribuição que a gente dá. (D – integrante do LAC).

A expectativa, entretanto, em relação aos êxitos das atividades ancora-se nas mudanças desses adolescentes independentes de seu meio social original, apesar da ressalva de que “nem tudo é perfeito”. A partir das avaliações dos resultados feitas pela equipe, vê-se que é afirmada a crença de que o Programa atinge, pelo menos em parte, os êxitos esperados ou que o LAC oportuniza que “as portas se abram” e isso vai influenciar os espaços sociais que o adolescente frequenta. Dessa maneira, há a crença de que o Programa contribua para uma mudança social mais ampla, mesmo que isso seja feito “minando” de “pouquinho em pouquinho”:

E isso vai influenciar na casa dele, acho que na comunidade em que ele vive, na escola que ele passou a frequentar agora, no curso em que ele não tinha acesso, só foi ter acesso quando ele cometeu um ato infracional, aí, as portas se abriram, né; no curso que ele tá fazendo. Então, assim, eu acho que é de pouquinho em pouquinho, sabe, que a gente vai conseguindo. A gente vai minando aqui, minando ali. Acho que a gente vai conseguindo. Eu acho que pouquinho em pouquinho a gente vai contribuindo com a vida dos meninos, de criança e adolescente na cidade de Fortaleza, principalmente, os meninos que estão cumprindo medida”. (D – integrante do LAC).

Outro ponto que chama atenção na atuação dos agentes do LAC é que as atribuições profissionais são vistas também sob o aspecto da doação, remetendo ao que foi discutido na seção 3.3.1, pois mais uma vez, a *mística* da Pastoral do Menor parece influenciar a realização das atividades.

Isso fica evidenciado quando os técnicos do LAC afirmam que: “A gente trabalha, nós trabalhamos uns três meses sem receber nada, os técnicos, estagiários, a gente trabalhou porque a gente gosta, acredita, tem um compromisso mesmo né” (JP – integrante do LAC), ou “pra falar a verdade com certeza eu dou bem mais do que a carga horária (J – integrante do LAC). Nesse sentido, outra integrante ressalta a questão da carga horária:

Quando precisa a gente sabe que o nosso trabalho não é só a carga horária que a gente tá aqui, às vezes precisa fazer um encaminhamento pra um adolescente, ai a gente faz pela tarde, às vezes tem algum evento que a gente precisa participar a gente tá participando também, no sábado, na maioria das vezes é sábado pela manhã a gente vai. (S – integrante do LAC).

Dessa maneira, destaca-se que a visão sobre o meio social de onde advêm os adolescentes do LAC chama atenção pelo fato de demonstrar um paradoxo em relação ao próprio princípio da *liberdade assistida*, uma vez que é valorizada uma política que não retire o indivíduo dos vínculos do seu contexto social de origem (contrapondo-se à pena de internação/prisão) e, ao mesmo tempo, de acordo com os discursos, resseente-se do quanto esse ambiente interfere negativamente na transformação desse indivíduo.

A expectativa, entretanto, em relação aos êxitos das atividades ancora-se nas mudanças desses adolescentes independentes de seu meio social original. Tais mudanças fundamentam-se em três pilares: as relações familiares, a escola e o trabalho.

A partir disso, compreende-se que essa *socialização secundária* instituída pelo LAC visa à interiorização, por parte dos atendidos, das normas aceitas socialmente, uma vez que a *socialização primária*⁹⁷ (família) não foi suficiente para isso.

A aceitação dessas normas corporificadas nas instituições que forma os pilares mencionados é tido como “conquistas” alcançadas pelos adolescentes. Estas vão ao encontro das mudanças que os profissionais acreditam terem contribuído que ocorressem na vida dos indivíduos por eles acompanhados (mesmo que a quantidade de adolescentes atendidos não seja grande). Tendo em vista que as “oportunidades” oferecidas pelo LAC são raras na vida dos adolescentes acompanhados, pois eles vêm de uma “realidade de vulnerabilidade”, de “exclusão” e de “violação de direitos”, conforme explicado pela equipe do programa.

A eficácia da execução da medida comporta uma necessidade de assimilação dos valores dirigidos aos adolescentes, pois parte-se do pressuposto que as mudanças de comportamento são viáveis à medida que os adolescentes são integrados à escola e ao mundo do trabalho. Parte-se, portanto, da percepção de que o “êxito” das atividades diz respeito à adequação individual dos sujeitos a quem a medida se dirige e da “deficiência” do trabalho quando não há esse “ajustamento”.

A forma como o “meio social” sob o qual os adolescentes construíram suas trajetórias aparecem no discurso da equipe de técnicos aponta para um afastamento entre a instituição e os processos sociais. Essa distância está fundada na valorização do próprio empenho e das limitações que sofrem os operadores no desempenho de suas atividades em termos de recurso.

Contudo, juntamente com os modelos de “conquistas” ou “êxitos”, refere-se a uma dificuldade que se insere no próprio princípio de funcionamento do programa, pois o

⁹⁷ “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade” (Berger & Luckmann, 1983: 175).

mesmo procura atuar na transformação da sociedade a partir dos indivíduos, ou seja, através da *disciplinarização*. E estes mecanismos estão antes de tudo comprometidos com a conformidade e a fragmentação do agir coletivo.

Diante desse quadro, constata-se que “as propostas políticas, oriundas desse contexto, apontam como saída para a condição de ‘marginal’ a participação em programas de desenvolvimento”. Em relação aos adolescentes conflitantes com a lei, atenta-se para como a “integração apresenta-se como a saída para um comportamento considerado ‘marginal’. Assim, a inserção no mundo do trabalho representa a possibilidade de ser diferente dos que não trabalham”. (PINHEIRO, 2000, p. 204).

Não estar integrado (ou pelo menos não almejar estar) no mundo de atividades socialmente aceitas, da “adequação”, como o trabalho (“mesmo que ganhe pouco”), a escola (“mesmo que não se aprenda”) ou “querer fazer um curso superior”, pode significar um requisito básico para a inserção nas “classes perigosas”, caracterizadas como estando à margem da sociedade e vulneráveis a um comportamento “desviante”.

Portanto, a participação nas atividades do LAC, na educação escolar e no mundo do trabalho é representada como práticas que trazem em si “benefícios” aos adolescentes em conflito com a lei. Dessa forma, é feita toda uma apologia às instruções e ações do programa, bem como à inserção no mercado de *trabalho* (estágios ou cursos de “qualificação” profissional), pelo fato de induzir a participação em atividades socialmente aceitas entre as quais, estariam a produção de coisas úteis e adequação às normas vigentes.

Em outras palavras, há uma crença na educação escolar e no trabalho, como potenciais transformadores das trajetórias dos adolescentes, ainda que isso não implique mudanças nos contextos sociais dos quais fazem parte. Assim, há o reforço da ideia de mudança, a partir das medidas socioeducativas, por meio de intervenções centradas na transformação dos indivíduos e não dos contextos sociais.

Denota-se daí que as vivências proporcionadas pelo programa são marcadas por uma rede de significações que acionam a assimilação de um novo *habitus* de vida *disciplinada* e de acordo com as normas estabelecidas e aceitas social e moralmente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A punição como meio de promoção da cidadania é o aspecto central da proposta da liberdade assistida, embora inovadora e inusitada, coloca questões difíceis em termos de implementação prática, bem como sobre os efeitos dessas ações.

A liberdade assistida como parte das representações mais recentes sobre crianças e adolescentes, objetivadas na legislação em vigor, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), tem sua instituição como um espaço possível de garantia de direitos e exercício da cidadania.

Porém, as práticas dessa medida traduzem a garantia de direitos em esquemas formais de intervenção que se apoiam nas relações familiares e na inserção na escola e no mundo do trabalho, e mesmo que sejam considerados os conflitos e tensões sociais inerentes aos contextos vividos pelos adolescentes, não se consegue intervir de modo significativo. Reitera-se, assim, situações que limitam e inviabilizam o exercício pleno da cidadania.

Essa representação, entretanto, não é exclusiva do programa Liberdade Assistida Comunitária ao qual este trabalho se direcionou. No que se refere especificamente à liberdade assistida, o próprio SINASE define como sendo seu objetivo:

O cumprimento em meio aberto da medida socioeducativa de liberdade assistida tem como objetivo estabelecer um processo de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente. Sua intervenção e ação socioeducativa devem ser estruturadas com ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que é a base de sustentação do processo de inclusão social a qual se objetiva. Desta forma o programa [de liberdade assistida] deve ser o catalisador da integração e inclusão social desse adolescente (BRASIL, 2006, p. 44).

Nesse trecho, vê-se como pressupostos do trabalho a ser desenvolvido pelos operadores da medida que o adolescente autor de ato infracional não está socialmente incluído e as relações estabelecidas até então entre ele e mundo social são, de alguma forma, negativas porque não viabilizaram essa inclusão.

Essa percepção, presente no SINASE, produz como efeito uma intervenção com foco na individualização de contradições da vida em sociedade, conforme se viu na atuação do LAC. Embora tanto os documentos oficiais, como os agentes entrevistados percebam que o adolescente em conflito com a lei está inserido em um contexto social mais amplo, com desigualdades que se manifestam de diferentes formas e direitos sociais que não se universalizam, a intervenção que propõem não se direciona a esse contexto, mas à forma como o adolescente se relaciona com ele.

Assim, se a problematização do ato infracional e do atendimento socioeducativo envolve questões sociais (pobreza, desigualdade, discriminação, violação de direitos), a solução encontrada é depositar nos indivíduos a possibilidade de superarem isoladamente essas questões.

Nesse sentido, o SINASE, ao definir o desenvolvimento pessoal e social do adolescente, ratifica a aposta na capacidade individual de fazer escolhas:

Segundo o Paradigma do Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), “toda pessoa nasce com um potencial e tem o direito de desenvolvê-lo. Para desenvolver o seu potencial as pessoas precisam de oportunidades. O que uma pessoa se torna ao longo da vida depende de duas coisas: as oportunidades que tem e as escolhas que fez. Além de ter oportunidades, as pessoas precisam ser preparadas para fazer escolhas”. Portanto, as pessoas devem ser dotadas de critérios para avaliar e tomar decisões fundamentadas.” (BRASIL, 2006, p. 52).

Para o desenvolvimento da capacidade dos adolescentes fazerem escolhas e fundamentarem suas decisões o SINASE recomenda aos operadores da medida que:

As ações socioeducativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultural, étnico-racial, de gênero e orientação sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de acontecimentos que fomentem o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas. (BRASIL, 2006, p. 52).

A construção de “projetos de vida” ou “políticas de vida” (BAUMAN, 2001), representada através da busca pelo desenvolvimento de competências como ser autônomo, ter capacidade de tomar decisões fundamentadas e outras variadas habilidades, são ações que remetem à concepção contemporânea de indivíduo, que está presente nas entrelinhas dos documentos da SDH e também aparece nas práticas do LAC.

O individualismo contemporâneo presente nessa concepção é percebido quando se acentua no indivíduo a potencialidade para solucionar contradições inerentes ao contexto social em que vive, é também reforçado a partir dos conceitos de “resiliência⁹⁸” e “protagonismo juvenil⁹⁹”, considerados ferramentas a serviço do trabalho socioeducativo, conforme encontra-se nos manuais para o atendimento socioeducativo.

⁹⁸ “A *resiliência* é ferramenta educativa que desenvolve no educando sua capacidade de usar as situações adversas em favor do seu próprio crescimento. O educando se torna mais capaz de enfrentar e superar desafios, crescendo, mediante a adversidade.” (COSTA, 2006, p. 44, grifo do autor).

⁹⁹ “O *protagonismo juvenil* amplia e qualifica os mecanismos de participação do educando na ação social e educativa. O educando é percebido como fonte de iniciativa (ação), liberdade (opção) e compromisso

Portanto, a partir da compreensão da história das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil, principalmente pobres, percebe-se que elas apontam para um incômodo por parte do Estado e das classes dominantes. Apesar das transformações ocorridas no transcurso de nossa história, é presente que pobreza e *desvio* na maioria das vezes foram associados.

O *desvio*, ou melhor, o sujeito *desviante* quase sempre foi alvo de ações que visaram à sua adequação. Mesmo reconhecendo que a perspectiva da Constituição de 1988 e do ECA avançou em admitir crianças e adolescentes como detentores de direitos, suas diretrizes estão em conformidade com a ideologia dominante.

O Programa acaba por atuar numa perspectiva disciplinar. Sua ação encontra-se dentro de uma perspectiva “educacional”, com intuito de um *controle social* sobre as condutas antissociais dos adolescentes partícipes. As atividades realizadas no âmbito do LAC e a condução dos adolescentes para a educação formal e o mundo do trabalho, implicam em se ter um comportamento exemplar que os diferencie dos que estão à margem da sociedade.

Investir na mudança não só de indivíduos enquadrados institucionalmente, mas do contexto social de origem, na tentativa de inverter o “circuito de criminalização”, seria um passo para a desvinculação com o discurso que fundamenta a internação/prisão, uma vez que este se ancora na necessidade de retirar o indivíduo de seu meio. O marco conceitual e operacional do discurso, então, sofreria uma mudança: da “repressão” e “segregação” (discurso penal e policial) à “prevenção” (educação, assistência social etc.).

Esse é o movimento que se tenta ensaiar com a municipalização e a delegação da execução das medidas em meio aberto a organismos da sociedade civil, visto que as instituições estatais são encarregadas dos “aparelhos repressivos” e os municípios e as instituições comunitárias, por seu poder mais capilar, teria chance de agir por outros meios.

Contudo, a ruptura com o discurso prisional não elimina as demais implicações que envolvem o lugar da Pastoral do Menor e, por conseguinte do LAC como órgãos articulados ao sistema de “controle social” e também com os “mecanismos disciplinares”.

A *representação* dos agentes sobre a atuação da equipe está vinculada à mudança de valores e de práticas sociais, ou seja, a incorporação de visões de mundo e de atitudes que eles consideram boas para os adolescentes. O entendimento de que a medida consiste em não afastar os adolescentes, na maioria dos casos, dos meios sociais onde vivem encontra-se em

(responsabilidade), atuando como parte da solução e não apenas do problema [...]” (COSTA, 2006, p. 44, grifo do autor).

meio a um dilema, pois o meio de origem, muitas vezes, é percebido como influência prejudicial ao bom andamento da medida.

Conclui-se, daí, que o Programa tem dificuldade, mesmo considerando necessário, de se envolver de fato em atividades comunitárias, que é a ideia já evidenciada em seu próprio nome, e direcionar o indivíduo para uma adaptação às “metas institucionais” (interesse nas atividades, se inserir no mundo do trabalho, voltar a estudar, não envolver-se em atos infracionais etc.) que nem sempre garantem bom êxito para o indivíduo e podem não garantir o rompimento permanente dos vínculos com o “circuito infracional/criminal”.

A liberdade assistida possui, portanto, um duplo caráter, pois torna a pobreza alvo da repressão (sanção jurídica de caráter punitivo) ao mesmo tempo em que dá a essa última um aspecto assistencial e educativo. Dessa maneira, o discurso que fundamenta o exercício da cidadania mostra-se, muitas vezes, numa perspectiva utilitária, no sentido de ser um mecanismo disciplinar que visa manter a ordem estabelecida através do acesso aos direitos sociais:

Nesse sentido de investimento político sobre a socialização dos pobres para integrá-los ao mundo da ordem, a inserção do tema da cidadania na liberdade assistida tende a instrumentalizá-la enquanto acesso formal a direitos. O acesso a direitos sociais – sobretudo, assistência social e educação – é garantido formalmente pelas intervenções punitivas enquanto instrumento de integração ao mundo da ordem. A cidadania aparece, assim, reduzida a um valor utilitário, sendo promovida em sua dimensão formal porquanto assegure a manutenção da ordem social. (PAULA, 2011, p. 108)

A cidadania compreendida como um valor utilitário pode ser percebida, por exemplo, nos discursos propagados em diversos meios sociais nos quais apontam-se o acesso à escola, ao trabalho ou à atividades lúdicas como preventivos para que crianças e adolescentes não se envolvam em práticas delitivas.

Todavia, é possível empreender outro sentido político para as intervenções da liberdade assistida, em especial, as realizadas pelo LAC. Tendo em vista que a introdução da retórica e de práticas com vistas ao exercício da cidadania junto às intervenções punitivas enseja uma margem para ações inovadoras que possibilitam ir além da integração do adolescente pobre ao “mundo da ordem”. Desse modo, possibilita-se a busca da participação na dimensão política dessa ordem.

Na experiência da Liberdade Assistida Comunitária da Pastoral do Menor, como efeito de uma trajetória iniciada aos finais dos anos 1970 e fortalecida no início dos anos 2000, tem-se também a marca de um trabalho que não é meramente utilitário, uma vez que a

motivação é, ao mesmo tempo, religiosa (expressa na chamada *mística* e também no sentido mais amplo de compartilhamento de valores) e política.

Nesse sentido, a cidadania é mais do que o acesso a direitos, como uma experiência formal e objetiva da cidadania, é também resultado de um processo de subjetivação a partir do qual os indivíduos aderem a valores que conferem sentido a essa experiência.

Finalmente, a partir da promulgação do ECA e demais dispositivos legais sobre a intervenção pública para com crianças e adolescentes abriu-se um novo debate sobre a dimensão política no processo de socialização dos pobres, assegurando aos adolescentes o direito a terem direitos.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda; KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 4. ed. 1991.

ABREU, D. S.; XAVIER, N. P.; OLIVEIRA, J. A. **Censo da Exclusão ou Falta de Inclusão nos Censos? A (in)visibilidade de meninos e meninas em situação de moradia nas ruas nas capitais brasileiras**. Fortaleza: Inesp, 2009. 66 p. Disponível em: <[http://www.criancanaoederua.org.br/CENSO%20DA%20EXCLUSS%C3%83O%20OU%20FALTA%20DE%20INCLUS%C3%83O%20NOS%20CENSOS.pdf?id=%3C?=%2Fstripslashes\(\\$pesquisas%5B\\$x%5D%5B](http://www.criancanaoederua.org.br/CENSO%20DA%20EXCLUSS%C3%83O%20OU%20FALTA%20DE%20INCLUS%C3%83O%20NOS%20CENSOS.pdf?id=%3C?=%2Fstripslashes($pesquisas%5B$x%5D%5B)>. Acesso em: 22 nov. 2010.

ABREU, D.S.; XAVIER, N.P.; SILVA, R.S. **Perfil dos profissionais do social de Fortaleza: condições e aspirações no seu trabalho**. Revista de CIÊNCIAS da EDUCAÇÃO - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 22 - 1º Semestre/2010. (pág. 341-364). Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n3/n3a23.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2011.

ABREU, D. S.; SILVA, R.S. **Sob a proteção do estado: controle e contenção social**. O Público e o Privado (UECE), v. 15, p. 173-188, 2010. Disponível em: <[http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path\[\]=78](http://seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path[]=78)>. Acesso em: 18 set. 2011.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. São Paulo Perspec. [online]. 1999, vol.13, n.4, pp. 62-74. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a06.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2008.

ALVAREZ, Marcos César.; SALLA Fernando; SOUZA, Luiz Antônio F. **Políticas de Segurança Pública em São Paulo: uma perspectiva histórica**. In: Justiça & História - VOL. 4- Nº 8 p. 173-199. Revista do memorial do Judiciário. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. 2004. Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down148.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2008.

ALVES, Vanessa. **A escola e o adolescente sob medida sócio-educativa em Meio Aberto**. Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniban.br/index.php/RBAC/article/viewFile/164/123>>. Acesso em: 26 set. 2011.

ARIÈS. Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Maruza B. **Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso**. *Cad. Saúde Pública* [online]. Vol. 15, n.4, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v15n4/1023.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2007.

ASSIS, Simone Gonçalves de e CONSTANTINO, Patrícia. **Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina**. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. Vol.10, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a08v10n1.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2012.

_____. **Filhas do mundo: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ANCED. **Pelo direito de viver com dignidade: homicídios de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Internação (Relatório Final)**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.anced.org.br/cyberteca/atividades-realizadas/seminario-de-apresentacao-da-pesquisa-homicidios-de-adolescentes-em-cumprimento-de-medidas-socioeducativas-de-internacao>>. Acesso em: 07 ago. 2011.

BARROS FILHO, Alberto dos Santos. **Violência: o cotidiano de crianças e adolescentes explorados sexualmente**. In: DIÓGENES, Glória (org.). **Os sete sentimentos capitais: exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2008.

_____. **Representações sociais sobre o processo de ressocialização de adolescentes em conflito com a lei**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNARDO, Julia Ferreira. **Competência moral e perfil de profissionais que atendem o adolescente em conflito com a lei**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2011. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/handle/123456789/40838?mode=simple&submit_simple=Mostrar+item+simples>. Acesso em: 15 jun. 2012.

BLANE, Ruy Llera. **Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais: Focolares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga**. *Anál. Social* [online]. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/aso/n184/n184a17.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.

_____. **Meditações Pascalianas**. Oeiras, Celta, 1998.

_____. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2005.

_____. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

_____. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução de Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. **Constituição de 1988**. 23. Ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

_____. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei nº 8.069/1990. COMDICA. Fortaleza, 2007.

_____. **Levantamento Nacional: Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei 2010.** Secretaria Especial de Direitos Humanos – Brasília - DF: CONANDA, 2011. Disponível em:
<<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/LEVANTAMENTO%20ANUAL%20OFICIAL%202010.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2012.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.** Secretaria Especial de Direitos Humanos – Brasília - DF: CONANDA, 2006. Disponível em:
<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/publicacoes/.arquivos/.spdca/sinase_integr al1.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2007.

_____. **Projeto de lei.** Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR. 2007. Disponível em:
<http://portal.sdh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/prosinase/legislacao_MSE/spdca/prosinase/legislacao_MSE/.arquivos/.spdca/prejetodelei.pdf>. Acesso em: 22 maio 2012.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros.** São Paulo: Editora 34, Edusp, 2000.

CALLIGARIS, Contardo. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Juventudes: as identidades são múltiplas.** Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, v.1, nº1, Rio de Janeiro, 2000.

CATÃO, Francisco. **O que é Teologia da Libertação.** São Paulo: Nova Cultural/ Brasiliense, 1986.

CAUREL, Ana Lúcia. **Representação social da escola para o adolescente infrator.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Marília, 2003.

CHARTIER, Roger. Prefácio. In: ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **A Missão da Pastoral Social.** Brasília: CNBB, 2008.

_____. **Pastoral do Menor: Princípios, Diretrizes e Organização.** (Cartilha). 2008.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Câmara Técnica de Saúde Mental. **Cracolândia, por diretrizes convergentes.** *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.* [online]. Vol.15, n.1, 2012. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v15n1/01v15n1.pdf>>. Acesso em: 03 Jun. 2012.

COSTA, Joaquim. **Sociologia dos Novos Movimentos Eclesiais. Focolares, Carismáticos e Neocatecumenais em Braga**. Porto: Afrontamento, 2006.

COSTA, Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da e ASSIS, Simone Gonçalves de. **Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo**. *Psicol. Soc.* [online], vol.18, n.3, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n3/a11v18n3.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da (coord.). **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH/PR, 2006. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

CRUZ, Ana Vlândia Holanda. **O adolescente em conflito com a lei e a escola: criminalização e inclusão perversa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal-RN, 2010. Disponível em: <http://bdtd.bczm.ufrn.br/tesdesimplificado//tde_arquivos/1/TDE-2010-06-16T230642Z-2697/Publico/AnaVHC.PDF>. Acesso em 08 ago. 2011.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco et al. **Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas**. *Paidéia (Ribeirão Preto)* [online], vol.15, n.30, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v15n30/13.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

DAMASCENO, Maria Cleunice Gomes. **As Representações Sociais do Estatuto da Criança e do Adolescente**. Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 1997.

DURKHEIM, Émile. Representações individuais e representações coletivas. *In: DURKHEIM, Émile. Sociologia e Filosofia*. São Paulo: Forense-Universitária, 1970.

_____. **As regras do método sociológico**. 17ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. Editora Positivo, 2004.

FORTE, Joannes Paulus Silva. **A Igreja dos Homens: o trabalho dos agentes de Cáritas para o desenvolvimento da Economia Popular Solidária no Ceará**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2008. Disponível em:

<http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=5958>. Acesso em: 08 jan. 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Isaurora Cláudia Martins de. **Da Periferia ao Palco – A ressocialização de crianças e adolescentes da periferia de Fortaleza através da arte**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE, 2000.

FREITAS, Geovani Jacó de et al. **Cartografia da Criminalidade e da Violência na Cidade de Fortaleza (Relatório de Pesquisa)**. Fortaleza: UECE, 2010. Disponível em: <<http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/relatorio.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

GABRIEL, Eduardo. Expansão da RCC brasileira: a chegada da Canção Nova em Fátima-Portugal. In: CARRANZA, Brenda; MARIZ, Cecília; CAMURÇA, Marcelo (Org.). **Novas Comunidades Católicas: em busca do espaço pós-moderno**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 16ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

INSTITUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Org.). **Pra pagar de boa: “Dê oportunidade – Medidas Socioeducativas responsabilizam, mudam vidas”: uma campanha da Pastoral do Menor – CNBB**. Belo Horizonte: ICA/PUC Minas, 2010. Disponível em:

<http://www.pastoraldomenornacional.org/site/component/docman/cat_view/8-campanha-em-favor-das-medidas-socioeducativas-e-contra-a-reducao-da-idade-penal>. Acesso em: 28 jan. 2012.

LEMENHE, Auxiliadora. Prefácio. In: PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **Criança e Adolescente no Brasil: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

LEPRE, Rita Melissa. **Raciocínio moral e uso abusivo de álcool por adolescentes**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005. Disponível em:

<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110040P5/2005/lepre_rm_dr_mar.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2012.

JODELET, Denise. **Les Représentation Sociales**. Paris: Presses Universitaires de France. (Tradução Ismael Pordeus Jr.), 1991.

LONDOÑO, Fernando Torres. **A origem do Conceito Menor**. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da Criança no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

MACIEL, Carlos Alberto BATISTA. **Políticas Públicas e Controle Social: encontros e desencontros da experiência brasileira**. Revista Intercâmbio – X Congresso, Sociologia. p. 1-18. s/d. Disponível em: <<http://www.onda.eti.br/revistaintercambio/conteudo/arquivos/1031.doc>>. Acesso em: 15/10/2008.

MAGNANI, Guilherme. **O bom e velho diário de campo**. São Paulo: Revista Sexta-feira n. 1, maio de 1997. Disponível em: <http://n-a-u.org/novo/wp-content/uploads/2011/11/caderno_de_campo.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2006.

MANN, Peter H. **Métodos de investigação sociológica**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

MARCELLI, Daniel, BRACONNIER, Alain. **Adolescência e Psicopatologia**. 6ª edição, Porto Alegre: Artmed, 2007.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MIRANDA, Júlia. **Convivendo com o "diferente": juventude carismática e tolerância religiosa**. *Relig. soc.* [online], vol.30, n.1, p. 117-142, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rs/v30n1/a07v30n1.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: Cadernos. CRH., Salvador, nº. 21. P. 29-47, 1994.

NETO, Ana Maria Q. F; QUIROGA, Consuelo. Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. In. PEREIRA, Carlos Alberto M., et al (org). **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

OLIC, Maurício Bacic. **A casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores**. Cadernos de Campo (USP. 1991), v. 18, p. 107-125, 2009. Disponível em: <http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/cadernos_de_campo_n18_p107-125_2009.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2012.

OLIVEIRA, Carmem Silveira de. **Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PASSETI, Edson. **O menor no Brasil Republicano**. In: Priore, Mary Del (Org). História da Criança no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PASTORAL DO MENOR. **Sistematização da Experiência do Programa Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida executado pela Pastoral do Menor - 2002 a 2007**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora “O Lutador”, 2010.

PASTORAL DO MENOR (ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA). **A Serviço da vida de crianças e adolescentes**. s/d.

PAULA, Liana de. **Liberdade assistida: punição e cidadania na cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo-SP, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-07102011-145637/pt-br.php>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

PAULILO, Maria Angela Silveira; JEOLÁS, Leila Solberger. **Jovens, drogas, risco e vulnerabilidade: aproximações teóricas**. Serviço Social em Revista. Londrina, vol. 3, n. 1, p. 36-60, Jul/Dez, 2000.

PINHEIRO, Antônio dos Santos. **A Menoridade Vigida: as estratégias de disciplinamento pelo trabalho**. In: BARREIRA, César (Org.). Poder e Disciplina: diálogos com Hannah Arendt e Michel Foucault. – Série Percursos n. 4 - Fortaleza: EUFC, 2000.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe. **Criança e Adolescente no Brasil: Porque o Abismo entre a Lei e a Realidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

PINHEIRO, Ângela de Alencar Araripe et al. **Adolescentes em conflito com a lei: estudo das práticas efetivadas pela Liberdade Assistida**. Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 20, n. 1, p. 78-85, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.unifor.br/images/pdfs/pdfs_notitia/1573.pdf>. Acesso em: 13 ago 2009.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860 – 1930)**. 3ª ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PRIORE, Mary Del. **O papel branco, a infância e os jesuítas na Colônia**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História da Criança no Brasil. 4ª edição, São Paulo, Contexto, 1996.

RICCI, Rudá. **Religião, Fé e Política: a Teologia da Libertação como Projeto Político Nacional**. Revista Espaço Acadêmico – N. 58 – 2006.

ROSA, Miriam Debieux. **O jovem e o adolescente na cena social: a relação identificação, ato e inserção no grupo social**. Políticas Públicas em Debate – Ciclo de Seminários / Seminário Juventude Juventudes: presente e devir. Fundap em 31 de março de 2010. Disponível em: <http://www.fundap.sp.gov.br/debatesfundap/pdf/15_seminario/Exposi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Miriam%20Debieux.pdf> Acesso em: 08 jan. 2012.

SALES, Miome Apolinário. **(In)Visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANGARI, Ben. Violência, educação, cidadania. In: WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SILVEIRA, Diego Omar da, OLIVEIRA, Fabrício R. Costa e FERREIRA, Rodrigo Souza. **IN NOMINE JESU: entrevista com Dom Luciano Mendes de Almeida**. Revista eletrônica

Cadernos de História (UFOP), Ano I, n.º 2, setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria/download/CadernosDeHistoria-02-11-Livre.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

SOUZA, Laura de Mello e. O Senado da Câmara e as Crianças Expostas. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da Criança no Brasil**. 4ª edição, São Paulo, Contexto, 1996.

SOUSA, Luiza Eridan Elmiro Martins de. **Sob o fio da navalha: percepções de adolescentes em conflito com a lei sobre a medida sócio-educativa de liberdade assistida**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/politicasuece/index.php/arquivos/doc_view/101-luizaeridan1?tmpl=component&format=raw>. Acesso em: 09 fev. 2011.

TAKENTI, Norma. Juventude, exclusão e identidade. In. PORDEUS JÚNIOR, Ismael e BARREIRA, César (Org.). **Cultura, Narração e Identidade**. São Paulo: terceira margem, 2000.

TELLES, Vera da silva. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n1/30013.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

TRASSI, Maria de Lourdes. **Adolescência-violência: desperdício de vidas**. São Paulo: Cortez, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da UFC**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2012. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufc.br/images/stories/arquivos/bibliotecauniversitaria/guia_normalizacao_ufc_2012.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2012.

WASELFISZ, Júlio Jacob. **Mapa da violência: os jovens do Brasil**. Rio de Janeiro: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Garamond, 1998. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. **Mapa da violência IV: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, SEDH, 2004. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. **Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil**. Brasília: OEI, 2006. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. **Mapa da violência dos municípios brasileiros 2008**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2008. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. **Mapa da Violência 2010: anatomia dos homicídios no Brasil**. Brasília: RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2010. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 14 mai. 2012.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Vol. 1. Brasília: editora UNB, 2004.

_____. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais.** São Paulo: ática, 2006.

XIII, Leão. **Rerum Novarum.** 15. Ed. São Paulo: Paulinas, 2005.

XXIII, João. **Mater Et Magistra.** 12. Ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

_____. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública.** *Estud. av.* [online], vol.21, n.61, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a03v2161.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2012.

ZANELLA, Maria Nilvane. **Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível?** *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.uniban.br/index.php/RBAC/article/viewFile/169/128>>. Acesso em: 26 set. 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Das Medidas Socioeducativas: percursos jurídicos

Está conformado em lei o modo de atuação de diversos setores da sociedade no tocante aos adolescentes envolvidos com práticas delitivas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece o caminho a ser percorrido dentro do sistema judiciário até o cumprimento, por parte do adolescente, das medidas socioeducativas.

Em relação às disposições legais das *medidas socioeducativas* que podem ser aacionadas, pela autoridade competente, quando verificado o *ato infracional* cometido pelo adolescente, o ECA prevê seis medidas: “a) advertência; b) obrigação de reparar o dano; c) prestação de serviços à comunidade; **d) liberdade assistida**; e) inserção em regime de semiliberdade; f) internação em estabelecimento educacional”. (ECA - Art. 12. Grifo nosso).

O *ato infracional* pode ser atribuído ao adolescente por meio de apreensão e acusação da autoridade policial quando houver flagrante (Arts. 106, 172) ou por ordem judicial (ECA - Art. 106, 171). Se apreendido em flagrante, o adolescente pode ser ou não liberado para a família (Art. 174 e 175 §1º) e depois deve ser encaminhada uma apresentação ao Ministério Público (Art.179).

O Ministério Público, através de um representante deverá seguir os trâmites burocráticos, podendo arquivar os *autos* (Art. 180, I), conceder a *remissão* (Art. 180, II) ou representar à autoridade judicial para a aplicação de *medida socioeducativa* (Art. 180, III). A autoridade judicial pode homologar ou não a decisão de *arquivamento* ou *remissão* expedida pelo representante do Ministério Público (Art. 181, §1º e §2º).

Quando feita à representação, a autoridade judicial é quem vai decidir se libera para a família ou decreta a *internação provisória* (Arts. 108, 183 e 184). Em seguida, na audiência de apresentação, a autoridade judiciária decidirá sobre a decretação ou manutenção da *internação* (Arts. 184 e 186) ou utilizar a *audiência de continuação* (Art. 184 e 186). Comparecendo o adolescente, seus pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá conceder *remissão* ouvindo o representante do Ministério Público, proferindo essa decisão (Art.188) ou poderá sentenciar o adolescente (Arts.112 e 186). Essa sentença pode ser considerada improcedente ou procedente (Art. 112).

Sendo considerada procedente, o adolescente poderá ser encaminhado para alguma *medida protetiva* (Art. 101, I a VI), ou encaminhado para cumprir determinada *medida socioeducativa* prevista na lei. A medida mais branda é a *advertência*, que consiste em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada (Art. 115). Outra medida

prevista no Estatuto é a *obrigação de reparar o dano*, que é aplicada quando se tratando de *ato infracional* com reflexos patrimoniais, impondo ao adolescente que restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima (Art. 116). Existe ainda a possibilidade de aplicação da medida de *prestação de serviços à comunidade* (Art. 117).

Além das medidas mencionadas, outra medida, que não priva a liberdade do adolescente, é a chamada *liberdade assistida* (Art. 118). Conforme o ECA, nessa medida deve haver o acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por pessoa capacitada ou o encaminhamento para entidade ou programa de atendimento (Art. 118 §1º). A medida tem o tempo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida (Art. 118 §2º). Ela prevê, ainda, o acompanhamento que objetive a promoção social do adolescente e de sua família. Caso seja necessário deve-se incluí-lo em programas de auxílio de assistência social. É previsto em lei, também, a obrigação de supervisionar a matrícula, a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, além de diligenciá-lo no sentido da profissionalização e inserção no mercado de trabalho (Art. 119).

Existem, ainda, mais duas medidas, estas privam o adolescente da liberdade, uma parcialmente e outra integralmente, são chamadas *semiliberdade* (Art. 120) e *Internação* (Art. 121), respectivamente. A última poderá ser aplicada de forma provisória e no caso de sentença definitiva deverá ser avaliada no máximo a cada seis meses. Ela deve ser utilizada quando “tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa”. (Art. 122, I). “Por reiteração no cometimento de outras infrações graves” (Art. 122, II) ou “por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta”. (Art. 122, III).

Nota-se, também, que no primeiro parágrafo do artigo 112 do ECA, há a ressalva de que “a medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração”.

Para suprir a necessidade de estabelecer parâmetros, atribuições e diretrizes mais precisas na forma de aplicação das *medidas socioeducativas* criou-se, também, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo¹⁰⁰ (SINASE).

¹⁰⁰ Apresentado em 2006 pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e pelo Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Ele direciona os padrões técnicos e arquitetônicos, as responsabilidades das três esferas governamentais e da sociedade civil na aplicação das medidas socioeducativas, além de indicar a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto (SINASE, 2006).

ANEXOS

ANEXO A - Mapa de atuação da Pastoral do Menor no Brasil



Fonte: Site da Pastoral do Menor

A Pastoral do Menor atua nas cinco regiões do país dividindo-se em 17 Regionais: Norte 1 (Norte do Amazonas e Roraima), Norte 2 (Amapá e Pará), Noroeste (Acre, sul do Amazonas e Rondônia), **Nordeste 1(Ceará)**, Nordeste 2 (Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), Nordeste 3 (Bahia e Sergipe), Nordeste 4 (Piauí), Nordeste 5 (Maranhão), Leste 1 (Rio de Janeiro), Leste 2 (Espírito Santo e Minas Gerais), Sul 1 (São Paulo), Sul 2 (Paraná), Sul 3 (Rio Grande do Sul), Sul 4 (Santa Catarina), Centro Oeste (Distrito Federal, Goiás, Tocantins, e parte do Mato Grosso), Oeste 1 (Mato Grosso do Sul) e Oeste 2 (Mato Grosso). (CNBB, Pastoral do Menor, 2008, p. 19).

ANEXO B – DADOS QUANTITATIVOS DOS ADOLESCENTES DO LAC¹⁰¹

Tabela 1 – Divisão por sexo

Sexo	Abs.	(%)
Masculino	213	92,2
Feminino	18	7,8
Total	231	100

Tabela 2 – Divisão por local de atendimento e sexo

Local	Masculino/%	Feminino/%
Pirambu	21,6	33,3
Tancredo Neves	20,6	22,2
Jardim Iracema	22,6	16,7
Bom Jardim	35,2	27,8

Tabela 3 – Divisão por idade e sexo

Idade	Masculino / %	Feminino / %
12	0	0
13	0,4	0
14	3,0	0,43
15	6,5	0,86
16	11,2	2,16
17	17,7	2,16
18	20,0	0,86
19	16,45	1,3
20	9,5	0
21	6,0	0
+21	1,3	0

Tabela 4 – Com quem reside

Variáveis	Total%
Só Mãe	33,4
Pai e Mãe	32,1
Com os Avós	14,2
Com Companheiro(a)	6,5
Só Pai	5,2
Com outros Familiares	2,6
Outros	6,0

¹⁰¹ Dados referentes ao período de 2009 a 2010, cedidos pela coordenação do LAC.

Tabela 5 – Quanto à escola

Escola	
Estuda	Não Estuda
33%	67%

Tabela 6 – Quanto à escolaridade

Série	Total%	Série	Total%
1º Ano	2,7	EJA ¹⁰² I	1,3
2º Ano	2,2	EJA II	0,9
3º Ano	2,2	EJA III	7,6
4º Ano	6,2	EJA IV	7,2
5º Ano	6,7	EJA V	0,9
6º Ano	13,7	Ensino Médio	9,7
7º Ano	9,7	Ensino Superior	0,0
8º Ano	7,2	Não Alfabetizado	14,2
9º Ano	6,7	Nunca Frequentou a Escola	0,9

Tabela 7 – Quanto ao trabalho

Tipos de Trabalho	Total%
Formal	3,4
Informal	16,5
Não Trabalha	45,2
Curso Profissionalizante	15,3
Não Informado	19,6

Tabela 8 – Renda Familiar

Renda	Total%
Menos de 1 salário mínimo	28,1
1 salário mínimo	21,5
De 1 a 2 salários mínimos	17,4
2 salários mínimos	6,6
Mais de dois salários mínimos	4,9
Não informado	21,5

Tabela 9 – Benefícios Sociais

Variáveis	Total%
Programa Bolsa Família	29,1
Aposentadoria	17,8
Não recebe nenhum benefício	12,5
Benefício de Prestação Continuada – BPC	4,7
Pensão	4,1
Família Cidadã	0,6
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	0
Programa criança fora da rua dentro da escola	0
Não informado	31,0

¹⁰² Educação de Jovens e Adultos.

Tabela 10 – Uso de drogas

Quanto ao Uso	Total%
Usam	46,8
Não Usam	29,4
Não Informado	23,8

Tabela 11 – Tipificação do Ato Infracional

Ato Infracional	Total%
Roubo	31,2
Porte ilegal de arma de fogo	18,8
Roubo qualificado	7,0
Furto	6,5
Tráfico de drogas	6,1
Furto qualificado	3,2
Tentativa de roubo	2,8
Porte ilegal de arma branca	2,6
Tentativa de furto	2,0
Ameaça	2,0
Tentativa de furto qualificado	2,0
Porte de substâncias tóxicas	1,6
Perturbação da tranquilidade	1,6
Dano	1,6
Lesão corporal doloso	1,6
Lesão corporal	1,2
Homicídio	1,15
Tentativa de latrocínio	0,8
Receptação	0,8
Formação de quadrilha	0,8
Tentativa de homicídio doloso	0,8
Direção perigosa	0,8
Crime ambiental	0,8
Atentado violento ao pudor	0,4
Vias de fato	0,4
Desacato	0,4
Estelionato	0,4
Tentativa de roubo qualificado	0
Tentativa de homicídio	0
Motim de presos	0
Outros	2,0

Tabela 12 – Quanto ao cumprimento da medida

Situações	Total%
Cumprindo regularmente	63,3
Descumprimento	36,7

ANEXO C – Dados quantitativos dos adolescentes da LAM¹⁰³

Tabela 13 – Uso de drogas

Uso de Drogas	Abs.	(%)
Faz ou fez uso de drogas	1115	60
Nunca usou	506	28
Nada Consta	214	12
Total	1835	100

Tabela 14 – Tipo de drogas utilizadas

Tipos de Drogas	Abs.	(%)
Maconha	643	39
<i>Crack</i>	225	14
Cocaína	187	11,5
Cigarro	176	11
Álcool	162	10
Mesclado	88	5,5
Comprimidos	81	5
Outros	71	4
Total	1629	100

¹⁰³ As informações foram cedidas pela Coordenação de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, responsável pela Liberdade Assistida Municipalizada, da Coordenadoria da Criança e do Adolescente/FUNCI, após solicitação. Os dados apresentados são relativos a março de 2010, nesse período a LAM acompanhava 1835 adolescentes.